

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Área de concentração: Tecnologia da Arquitetura

A CASA DOS SONHOS: necessidades, aspirações, símbolos...

Clovis Chiezzi Seriacopi Ferreira



Uma avaliação de residências unifamiliares
idealizadas, planejadas e empreendidas pelos próprios usuários,
em Alphaville, Região Metropolitana de São Paulo.

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Prof^a Dr^a SHEILA WALBE ORNSTEIN

São Paulo, 2006.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Área de concentração: Tecnologia da Arquitetura

CLOVIS CHIEZZI SERIACOPI FERREIRA

A CASA DOS SONHOS:
necessidades, aspirações, símbolos...

Uma avaliação de residências unifamiliares
idealizadas, planejadas e empreendidas pelos próprios usuários,
em Alphaville, Região Metropolitana de São Paulo.

Dissertação apresentada no
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
para a obtenção do Título de Mestre.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. SHEILA WALBE ORNSTEIN

São Paulo, 2006.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: archiezzi@yahoo.com.br

Créditos da Capa: fotografia de *quebra-cabeças* montado, "Puzzle Grow *Ilha do Caribe*", foto de Ohne Titel, Ravensburger Spieleverlag GmbH. Grow Jogos e brinquedos S/A.

Ferreira, Clovis Chiezzi Seriacopi
F383c A Casa dos Sonhos: necessidades, aspirações, símbolos... Uma avaliação de residências unifamiliares idealizadas, planejadas e empreendidas pelos próprios usuários em Alphaville, Região Metropolitana de São Paulo / Clovis Chiezzi Seriacopi Ferreira. – São Paulo, 2006.

247 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) – FAUUSP.

Orientadora: Sheila Walbe Ornstein

1. Casas – São Paulo 2. Avaliação pós-ocupação I. Título

CDU 728(816.1)

Dedicatória

Dedico esta dissertação aos objetos
das minhas necessidades,
das minhas aspirações,
dos meus símbolos
e dos meus sonhos:

ao *Victor*,

ao *Raphael*,

à *Cinthia*,

à *Fabiana*,

ao *Leonardo*

e à *Rosana*,

sem a qual não teria sido possível,

a materialização *desses sonhos*.

Agradecimentos

À minha família não agradeço,
pois, a bem da verdade,
é ela quem, comigo, agradece a todos aqueles
que contribuíram para a realização deste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Sheila Walbe Ornstein
eu deveria agradecer pela orientação segura e dedicada.
Mas devo agradecer primeiro pelos sacrifícios pessoais,
inclusive de tempo e de *horários*, causados por este orientando.

Devo agradecer por sua atenção,
desde o nosso primeiro encontro causal,
ao recepcionar um grupo de arquitetos catalães,
na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo (FAUUSP),
onde se *acendeu o estopim* desta dissertação.
Mas, acima de tudo, preciso e quero agradecer-lhe
pelo empenho e pela paciência
em fazer-me aprender um mínimo de rigor acadêmico,
para que este trabalho pudesse ter algum valor.

Agradeço à Prof^a. Dr^a. Gilda Collet Bruna,
de quem, simbólica e cronologicamente, recebi
o primeiro convite para realizar esta pesquisa,
de cuja *essência* fazem parte os *símbolos*.

O grupo de docentes e discentes da disciplina
Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído
estava se reunindo ao sol, para uma foto de fim de curso,
na escadaria de entrada da Vila Penteados,
sede da Pós-Graduação da FAUUSP.

Recém aprovado na minha primeira disciplina,
ainda como aluno especial, dois degraus abaixo,
sentindo-me como que a dois passos do topo do mundo,
perguntei a ela: "*e agora?*"

À semelhança de quem estende a mão, ela respondeu:
"*Agora, venha fazer o mestrado!*"

Agradeço
à Prof^a. Dr^a. Heliana Comin Vargas
e ao Prof. Dr. Adilson Costa Macedo,
que num momento decisivo,
o Exame de Qualificação,
contribuíram de forma substancial
para a *afinação* da abordagem do tema.

Agradeço ao Arquiteto José Roberto da Costa Lima, também aluno, em 2002, da mencionada disciplina Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído, com quem foi elaborado o primeiro questionário orientativo, depois testado, aplicado e analisado, e que se tornou a base desta pesquisa.

Agradeço em especial aos entrevistados que cederam parte do seu tempo e da sua privacidade para relatar as suas experiências, as suas satisfações, as suas frustrações, as suas aspirações, os seus símbolos e os seus sonhos.

Agradeço a todos os conhecidos, aos colegas e aos amigos, tanto da população fixa como da flutuante de Alphaville, que nos últimos vinte e quatro anos vêm contribuindo, não apenas com a realização esta pesquisa, mas principalmente com a produção de realidades que eu venho selecionando para construir esta parte da minha própria experiência humana.

*"Nada há no intelecto,
que antes não tenha passado pelos sentidos".¹*

*"O coração tem razões
que a própria razão desconhece".²*

*"Eu quase que nada não sei.
Mas desconfio de muita coisa...
O que muito lhe agradeço
é a sua fineza de atenção."*

Riobaldo³

¹ Aristóteles.

² Pascal

³ ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 20ª Ed. - Rio de Janeiro - Nova Fronteira, 1986, p. 14 e 93.

RESUMO

A *Casa dos Sonhos*, objeto desta pesquisa, é uma casa ideal. Ao longo do seu ciclo de vida, cada pessoa vai construindo sua própria experiência humana, seus valores e seus símbolos, a partir dos conhecimentos que ela própria vai selecionando para si, de tudo aquilo que o universo lhe oferece. Ao longo da vida, no seu dia-a-dia, as pessoas vão experimentando necessidades, que geram anseios e aspirações. Desse complexo sistema de símbolos, valores, anseios, aspirações e necessidades começa a surgir a idealização de espaços adequados para a realização de cada uma das atividades cotidianas. São aspirações nem sempre bem definidas, independentes umas das outras, às vezes inconciliáveis. Empreender a produção de uma casa sob medida é, sem dúvida, uma tarefa extremamente complexa. Ainda que muitos se resignem a adquirir pronta a sua *casa própria*, porquê cada ser humano parece sempre *desejar criar a sua própria casa*, sob medida para seus valores, suas aspirações e suas necessidades? Utilizando meios e métodos da Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído, que considera fundamentalmente o ponto de vista dos usuários, esta pesquisa investiga as motivações e o processo de produção de uma residência idealizada, planejada e realizada por uma família, sob medida para as suas necessidades, as suas aspirações, os seus valores e os seus símbolos. Este trabalho se fundamenta em entrevistas realizadas com membros de trinta famílias que produziram a sua *Casa dos Sonhos*, em Alphaville, um complexo residencial, empresarial e comercial situado na Região Metropolitana da Capital do Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The *Dream Home* that is the purpose of this research is an ideal house. Through the human life cycle, every human being builds its own human experience, values, and symbols from the achievements that each one selects from everything the universe offers. Along their life, through the day-by-day activities, people experience and realize needs that generate expectations and desires. From this complex set of symbols values and needs emerges the idealization of adequate space to perform each one of the day-by-day activities. Most of the time, these needs are not quite clear and works independently and also frequently are not compatible. Entrepreneurs a tailor made home is a very complex task. Although most of the people have to acquire shelf houses, why everyone desires to create their own tailor made *dream houses* that reach their values, symbols, expectations and needs? Where comes this desire for a personalized **home** from? Using methods and techniques of Post-Occupancy Evaluation (POE), which considers fundamentally users point of view, this research investigates motivation and the production process of an *idealized, planned* and *built* house by a family, intending to fulfill their needs, desires, values and symbols. This work is based on research and interviews with 30 families that have built their own *dream home* in Alphaville, a residential complex located on the suburban area of the city of São Paulo - Brazil.

Listas de Ilustrações

Listas de Figuras

Fig. 1. Publicidade imobiliária. 2006.	34
Fig. 2. Publicidade dos Loteamentos Tamboré, em Barueri e Santana de Parnaíba, Região da Grande São Paulo. Evidente associação simbólica com a Av. Brig. Faria Lima e com alguns dos mais sofisticados centros de compras da Capital. 1996.	35
Fig. 3. Folheto publicitário com <i>Skykine</i> da cidade ao fundo. S.d.	36
Fig. 4. Sagrada Família, de Gaudí.	59
Fig. 5. Esboço para a Catedral de Brasília.	60
Fig. 6. Planta de residência paulista do século XIX.	62
Fig. 7. Pavimento Térreo da Residência 19. 2005.	65
Fig. 8. Esboço do Pavimento Térreo da Residência 15. 1996.	73
Fig. 9. Residência 18, idealizada, planejada e empreendida para um novo ciclo de vida. 2001.	81
Fig. 10. Siena, cidade medieval da Toscana, Itália.	91
Fig. 11. Mapa do bairro Alto de Pinheiros. 2003.	100
Fig. 12. Mapa do Alphaville Residencial 1.	101
Fig. 13. Residenciais da Região de Alphaville. 2003.	102
Fig. 14. Perspectiva artística do Condomínio Residencial Fechado Fortezza di Ferrara. 1987.	106
Fig. 15. Anúncio de residência popular em condomínio fechado. 2005.	108

Fig. 16. Folheto promocional de venda de casa de praia de médio padrão em condomínio fechado. 2005.	108
Fig. 17. La Ville Radieuse.	110
Fig. 18. Modelo Bauhaus de desenvolvimento intensivo. 1930.	111
Fig. 19. Comparação de arranjos espaciais, intensivo e extensivo. 1926.	112
Fig. 20. Pôster promocional de <i>Casa dos Sonhos</i> , Inglaterra, década de 1920.	113
Fig. 21. Capa de periódico oficial do Partido, mostrando a <i>Casa dos Sonhos</i> soviética. 1926.	113
Fig. 22. Desenho esquemático da localização das principais áreas de implantação de <i>condomínios residenciais fechados</i> , horizontais, na Região Metropolitana de São Paulo em 2006.	117
Fig. 23. Planta da área de lazer do Condomínio Ilhas do Sul.	118
Fig. 24. Desenho esquemático da localização das habitações cujos Moradores foram entrevistados nos Condomínios Residenciais da região de Alphaville.	169
Fig. 25. Esboço da cozinha feito pelo entrevistado, à época do projeto, 2005.	188
Fig. 26. Esboços do projetista, fornecidos pelo entrevistado. 2005.	189
Fig. 27. Esboços finais desta cozinha, fornecidos pelo entrevistado. 2005.	190
Fig. 28. Parte do desenho de implantação, centralidade e a permeabilidade da cozinha em relação a toda a área social desta casa. 2005.	191
Fig. 29. Churrasqueira integrada à cozinha e à varanda. 1994.	211

Listas de Fotografias

Foto 1. Residenciais Alphaville 1 e Plus. 2005.	37
Foto 2. O casal micro-empendedor inspeciona o final da construção de sua casa dos sonhos. 1997.	45
Foto 3. Convívio diário em Taliesin.	46
Foto 4. Wright com aprendizes, em Taliesin.	52
Foto 5. Fachada típica de exemplares construídos a partir da década de 1990.	56
Foto 6. Adornos similares, mais suntuosos. 2005.	56
Foto 7. Fallingwater. Pérgula	60
Foto 8: Catedral de Brasília.	61
Foto 9. Residência paulista do século XIX.	64
Foto 10. Porta de entrada principal.	66
Foto 11. Vista da entrada e do estar, desde a sala de jantar.	67
Foto 12. O eixo e a escada, vistos da saída para o estar externo em direção à lareira.	68
Foto 13. Permeabilidade interior-exterior. 2006.	69
Foto 14. Volumetria da residência 19, para a qual a <i>função</i> teve a primazia. 2006.	71
Foto 15. Praça de convívio em lugar de recepção. 2005.	75
Foto 16. Sala de estar da residência 21. 2006.	87
Foto 17. Alphaville Residencial 1. 2003.	98
Foto 18. Bairro Alto de Pinheiros em 1950.	100

Foto 19. Casa à Av. Brasil, em São Paulo, Capital. 2006.	115
Foto 20. Condomínio vertical Ilhas do Sul.	118
Foto 21. Alameda Rio Negro, entrada de Alphaville. 1976.	136
Foto 22. Alameda Rio Negro, entrada de Alphaville 2005.	136
Foto 23. Alameda Rio Negro, entrada de Alphaville. 2005	136
Foto 24. área de lazer confinada entre a casa e um elevado muro de arrimo, recebendo insolação insatisfatória. 2005.	172
Foto 25. Liberdade para brincar na rua. 1987.	176
Foto 26. Convivência com vizinhos. 1987.	176
Foto 27. Área de lazer com o referido salão ao fundo. 1984.	180
Foto 28. A sala de estar da casa 11, sem saída direta para os jardins. 2005.	187
Foto 29 A área de lazer vista desta sala, 2005.	187
Foto 30. Vista da parte destinada à produção. 2005.	191
Foto 31. Vista para a área externa. 2005.	191
Foto 32. Área de lazer de um exemplar pesquisado. 2005.	210
Foto 33. A área de lazer vista da sala de estar. 2005.	210
Foto 34. A área de refeições, o <i>hometheater</i> e ao fundo o ateliê. 2006.	213
Foto 35. Vista do ateliê para o <i>hometheater</i> e a área de refeições. 2006.	213
Foto 36. Fachada principal da residência 21. 2006.	217
Foto 37. Fachada com insolação insuficiente. 2004.	217
Foto 38. Degraus internos dificultando acessibilidade. 1987.	220

SUMÁRIO

Dedicatória	2
Agradecimentos	3
Epígrafe	6
Resumo	7
Abstract	8
Listas de ilustrações	9
- lista de figuras	
- lista de fotografias	11
Capítulo 1. Introdução	14
Capítulo 2. A Casa dos Sonhos	40
Capítulo 3. Condomínio Residencial Fechado	89
Capítulo 4. Métodos e Técnicas	120
4.1. Observando o <i>micro-empendedor-usuário</i> .	134
4.2. Coleta de dados	142
4.3. Limites da pesquisa	147
4.4. O Questionário Orientativo.	154
Capítulo 5. Análise comparativa das entrevistas aplicadas a moradores de Alphaville	165
Capítulo 6. Considerações finais	222
Referências Bibliográficas	233
Anexo - Quadro. Características Básicas dos Imóveis e Situação Sócio-Familiar dos Entrevistados.	241

Capítulo 1

Introdução

"Deixando de lado a relevância e importância da experiência humana cotidiana vivida, o poder e a sofisticação das ciências cognitivas contemporâneas poderiam dar origem a uma cultura científica dividida, na qual nossas concepções científicas de vida e de mente, por um lado, e a compreensão de nós mesmos em nossa vida diária, por outro, se tornariam irreconciliáveis. Por essa razão, aos nossos olhos os assuntos em questão, embora científicos e técnicos, são inseparáveis das profundas preocupações éticas que exigem uma nova compreensão, igualmente profunda, da dignidade da vida humana. [...]"

Enquanto muitos lamentam esse fato, outros o festejam. O inegável é que ele está ocorrendo, e a uma velocidade e profundidade crescentes. Sentimos que a cooperação criativa entre cientistas, tecnólogos e o público em geral detém o potencial para uma profunda transformação da consciência humana. Consideramos essa possibilidade fascinante, e a vemos como uma das aventuras mais interessantes hoje aberta para todos". (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991).

Na obra "The embodied mind: cognitive science and human experience", Varela, Thompson e Rosch (1991) salientam que, segundo o *cognitivismo*, que representaria o centro ou o núcleo das ciências cognitivas, acredita-se que a mente opera manipulando símbolos que representam características do mundo. A cognição, ou seja, a compreensão que o ser humano tem de sua própria experiência, é uma representação mental por meio de símbolos. O símbolo "7", por exemplo, é uma representação mental de uma quantidade, isto é, de um conjunto de sete unidades. Mais adiante, porém, estes autores questionam essa centralidade da idéia de que a cognição seja mera e fundamentalmente representação, e, para tanto, estabelecem três pressupostos fundamentais.

"O primeiro é que habitamos um mundo com propriedades particulares, como extensão, cor, movimento, som, etc. O segundo é o de que selecionamos ou recuperamos essas propriedades representando-as internamente. O terceiro é o de que existe um 'nós' subjetivo separado que realiza essas tarefas. Esses três pressupostos, juntos, constituem um compromisso forte, freqüentemente tácito e inquestionável, com o realismo ou o objetivismo/subjetivismo sobre a forma como é o mundo, sobre o que somos e como chegamos a conhecer o mundo". (Ibidem, ibidem, 26).

Esta forma de abordagem, substancialmente diversificada e aprofundada pelas ciências cognitivas nas últimas quatro décadas, é de suma importância na realização do presente trabalho. Seu objeto de estudo, *a Casa dos Sonhos*, e o seu objetivo, investigar o processo de realização desse espaço criado, podem ser melhor compreendidos à luz desses três pressupostos. Essa casa não é um simples ambiente físico, dotado de particularidades próprias. É, principalmente, um ambiente criado a partir de certas propriedades *selecionadas ou recuperadas* por seus usuários, os quais visavam a atender, também, àquilo que para a *percepção de cada um deles* tinha alguma significância, objetiva ou subjetiva.

Considerando que aprofundar no campo das ciências cognitivas não seria pertinente ao escopo deste estudo, o emprego de uma imagem relativamente familiar pode mostrar com suficiente clareza o significado e a importância dessa forma de abordagem. Dentre as muitas pessoas que já visitaram a Cidade do Rio de Janeiro, dificilmente se encontrará alguém que não a considere como a *cidade maravilhosa*. Raramente se encontrará alguém que não possua a representação mental do *Pão de Açúcar*, do *Corcovado* ou da praia de *Copacabana*. Contudo, mesmo para duas pessoas que, por exemplo, a visitaram juntas, estiveram juntas nos mesmos lugares, ao mesmo tempo e pelo mesmo tempo, as *imagens selecionadas e internadas* serão diferentes. Posteriormente, cada um desses dois indivíduos não só *relatará experiências* diferentes, como poderá descrever cidades diferentes ou, pelo menos, diferentes aspectos dos mesmos lugares.

Alexander (1980, 78), ao discorrer sobre *a magia da cidade*, na obra "A Pattern Language. Towns, Buildings, Construction", destaca que somente uma grande metrópole pode manter uma vasta gama de restaurantes extremamente exóticos, ao lado de lugares onde se podem comprar livros de mais de trezentos anos e, ainda, oferecer os mais diversos espetáculos, líricos ou populares, simultaneamente, sendo este um dos principais componentes de tal magia. Outro visitante ou habitante da mesma grande metrópole poderia mencionar a variedade de museus, de redes de *fast food* ou de lojas de *griffes* internacionais. Para um dos dois fictícios visitantes do Rio de Janeiro, mencionados antes, uma noite no desfile de carnaval no *sambódromo* pode representar um *programa imperdível*. Já para o outro, sentar-se no *Bar do Veloso*, diante de um pôster com a foto do guardanapo onde foram manuscritos, pela primeira vez, os versos de *Garota de Ipanema*, de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, pode implicar na internação de uma imagem indelével.

Ainda que o ambiente físico ou o evento, quer dizer, o objeto da cognição, seja exatamente o mesmo, a forma de conhecê-lo será diferente para cada sujeito da cognição. Tanto a sua representação mental quanto a significação subjetiva do símbolo internado, determinam a própria manipulação do conhecimento adquirido.

É sob esta ótica que se desenvolve este trabalho, que investiga as motivações, os anseios, as aspirações e as necessidades, os símbolos e as expectativas mais básicas e simples daqueles que sonharam e se propuseram a materializar um ambiente doméstico específico para si mesmos.

Se neste guarda-roupas coubessem mais alguns cabides ...

Por que não tentamos colocar o televisor na outra parede?

Seria bem mais fácil guardar as coisas nesta geladeira, se a sua porta abrisse para o outro lado.

Como você pode pensar em reunir 14 pessoas nesta sala?!

Eu gostaria de ter muitas tomadas, para poder trabalhar com o computador em outros lugares da casa...

A entrada principal da casa no fundo da garagem, não é o ideal...

Questões simples como estas, retiradas ao acaso das diversas entrevistas realizadas nesta pesquisa, mas que se apresentam no dia-a-dia de tantas pessoas, são como que os estopins capazes de detonar uma verdadeira reação em cadeia, em que se constitui o processo de produção dessa *Casa dos Sonhos*. A necessidade de um espaço adequado para cada atividade cotidiana, seja para trabalho, seja para repouso ou para lazer, já foi experimentada por cada pessoa, em alguma circunstância, em diferentes pontos de seu ciclo de vida, por maior ou melhor que fossem os ambientes de que dispunham em suas casas.

Além das simples necessidades, quem nunca experimentou o desejo de criar para si algum ambiente que, além de prover abrigo e espaços adequados, atendesse também às suas aspirações estéticas e, de alguma forma, ainda refletisse a sua individualidade, a sua personalidade, o seu ser? É fácil perceber como o desejo de expor a própria individualidade, com freqüência se traduz na criação de algum ambiente próprio, não importando quão insignificantes sejam os espaços objetivos. Ainda que seja, por exemplo, apenas o arranjo espacial da parte que lhe cabe numa estante para livros e enfeites, somado à decoração da parede que ladeia a própria cama, num dormitório compartilhado por irmãos. Pode até mesmo se limitar à face interna da porta de um armário.

Alexander (1980, 1012), no padrão 253, *os objetos de sua vida*, discorre sobre um instinto que as pessoas teriam para as coisas que realmente desejam ao seu redor. Menciona, inclusive, um relato do próprio Jung, em que este revela como, a partir de pinturas que ele fazia no dia a dia, seu estúdio foi adquirindo gradualmente o caráter de um ser vivo perante ele, como se converteu numa contrapartida exterior de seu inconsciente.

De fato, a aspiração por manifestar a própria individualidade por meio da composição de um ambiente seu, parece ser inerente à natureza humana.

"A ordenação do espaço nas edificações significa, na realidade, a ordenação das relações entre as pessoas". (HILLIER; HANSON, 1984, 2)

E é muito provável que, por essa razão, exerça tanto fascínio nas pessoas, aquela profissão que dispõe da habilidade de interpretar anseios, símbolos, necessidades e aspirações para criar novos ambientes (VENTURI, 1985).

As famílias, no seu sentido mais restrito, ou seja, o núcleo constituído por pais, filhos e, eventualmente, uma avó ou avô, por serem, no mínimo, um grupo de indivíduos que compartilham uma mesma residência, também experimentam tais aspirações em relação aos ambientes de que dispõem. Por isso, quando podem, mudam de residência ou realizam reformas, buscando espaços maiores e melhores. Ao mesmo tempo, é inegável que nessas empreitadas as famílias sejam movidas não só pela intenção de que o novo ambiente seja melhor e mais bonito, mas também, que de alguma forma este reflita melhor a imagem que elas fazem de si.

Bechtel (1987, 11) salienta que, assim como as pessoas não podem parar de se comportar, elas nunca podem estar e, portanto, se comportar fora de algum ambiente. Por haver sempre um ambiente circundante, sempre haverá uma relação comportamento-ambiente.

Marcus (1997), na obra "House as a Mirror of Self; exploring the deeper meaning of home", e Rybczynski (1997), na obra "Home: A Short History of an Idea", fazem com clareza a distinção conceitual entre casas e lares. Essa distinção pode ser mais simples em língua inglesa, pois ambos os termos são de uso habitual, cada um em seu significado preciso. Em português pode ser menos simples, pois se emprega a mesma expressão em ambos os sentidos. Não é coloquial alguém dizer que está indo para o seu lar ou para a sua residência, ou que ficou em seu domicílio. Tal distinção conceitual, e não apenas semântica, no entanto, é essencial para a compreensão desses espaços criados que constituem o objeto deste estudo. Esses autores demonstram nessas obras que as "*Relações Ambiente & Comportamento (RAC)*" (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 36), estão presentes na própria origem e composição de cada residência, quando tomadas no sentido de um lar e não de um imóvel.

A partir de reflexões e inquietações como as anteriormente mencionadas, algumas famílias, em dado momento de seu ciclo de vida, entram num processo em que começam por idealizar, depois passam a planejar e, por fim, se decidem a empreender a construção de uma casa especialmente criada para atender aos seus desejos, *sob medida* para si, uma *casa dos seus sonhos*.

Se, em arquitetura, fosse possível distinguir entre o macro e o micro, como existe nas ciências econômicas a distinção entre *economia de atacado* e *economia de varejo*, por exemplo, então as reflexões e considerações pertinentes ao processo de realização de uma residência unifamiliar feita sob encomenda de uma família, poderiam se situar no escopo de uma *arquitetura de varejo*.

Contudo, considerar essa casa como um ambiente construído de menor importância, mais do que injusto, pode ser um erro. Uma residência unifamiliar feita sob encomenda de uma família é como que uma das menores células que compõem *o todo* do tecido construído, sendo conveniente encará-la como um empreendimento completo. Na prática, a *Casa dos Sonhos* em questão é um *micro-empreendimento idealizado, planejado e produzido* por iniciativa de uma determinada família.

Coelho (2000) estudou com profundidade, dezenas de fatores que afetam a qualidade arquitetônica residencial, tais como, agradabilidade, convivialidade, privacidade e domesticidade, acessibilidade e funcionalidade entre outros.

Esta pesquisa, pelo contrário, tem seu principal enfoque nas percepções subjetivas dos usuários e não nas qualidades do ambiente construído, muito embora também se utilizem conceitos presentes nestes fatores.

Investigar acerca dos principais anseios, aspirações e símbolos desses indivíduos e dessas famílias é um dos objetivos do estudo de caso realizado com trinta famílias que *produziram a sua casa dos sonhos*. Quais seriam os principais ingredientes que proporcionam os ambientes ideais para o exercício das atividades do dia-a-dia, no entender desses usuários, ou seja, desses micro-empresendedores que criaram seu próprio ambiente construído?

"Por que Peter escolheu um desgastado apartamento numa perigosa vizinhança quando ele podia estar vivendo em qualquer lugar? Por que Sara adora sua casa de campo, Jeff sua casa-barco, Michael seu loft? O que há por traz desses profundos sentimentos a respeito de casa e lar? Estas são questões que me têm intrigado e fascinado, a maior parte de minha vida. Eu saí em busca de respostas e, freqüentemente, fui surpreendida pelo que aprendi". (Marcus, 1997, 1)

É importante notar que Clare Cooper Marcus não saiu em busca de respostas por simples ou vã curiosidade. Conforme ela própria relata, **depois** de ter dedicado grande parte de sua carreira acadêmica ao estudo de projetos habitacionais destinados às pessoas de baixa renda, *"estava intrigada em descobrir o que os moradores de conjuntos habitacionais públicos sentiam a respeito dos ambientes físicos em que eles viviam, [...] A avaliação dos profissionais coincide com a experiência dos moradores?" (Marcus, 1997, 3).*

A descoberta deste relato representou uma das mais gratas surpresas da revisão bibliográfica realizada para esta dissertação. Apesar de percorrerem caminhos diferentes, pois o autor desta pesquisa tem se dedicado mais a projetos residenciais qualificados como de alto ou médio padrão para as expectativas brasileiras, as inquietações e as motivações que geraram este estudo são bastante semelhantes às de Marcus.

"Eu estava interessada nesta questão, porque a maioria das pessoas de baixa renda têm pouca chance de escolher onde morar, ao mesmo tempo em que quem projeta conjuntos habitacionais raramente tem tempo, treinamento ou inclinação para perguntar-lhes sobre suas preferências". (Ibidem, ibidem)

Desconsiderar que a natureza humana seja única, que independa das arbitrárias classificações por níveis de renda ou do *berço em que se nasceu*, mais do que fútil, pode ser prejudicial e, até mesmo, perverso em determinadas situações. As manifestações concretas das aspirações individuais, estas sim, obviamente, podem ser compartimentadas por classes sociais. Mas não a essência das aspirações e sonhos humanos.

Uma ampla pesquisa neste sentido, foi coordenada por Tramontano (2004), com pessoas entre 16 e 35 anos, com formação escolar de nível superior concluída ou em andamento, com renda familiar mensal acima de vinte salários mínimos, ou seja, uma amostragem característica de classe média. Seu objetivo era entender as atuais alterações da relação entre comportamentos e espaços de morar, no Brasil, e, particularmente, na região Sudeste.

Além de produzir um extenso mapeamento de padrões de aspirações, de usos e de consumo em todo o país, essa pesquisa também revela diversas insatisfações desses usuários, de classe média, com relação aos seus espaços domésticos atuais, salientando sobretudo, de um ponto de vista qualitativo, *"a enorme diversificação de padrões comportamentais que se encontram em curso na sociedade brasileira, como, de resto, em muitos outros países ocidentalizados"*. (TRAMONTANO, 2004, 7).

Para a classe média, portanto, tais considerações dão conta de *descontentamentos* dos usuários. Para as classes de baixa renda, no entanto, se comparados alguns dos índices portugueses e espanhóis, por exemplo, com os índices brasileiros apresentados por Roméro e Ornstein (2003), chega-se à conclusão de que o termo perverso não chega a ser um exagero.

Enquanto que em Portugal, um apartamento popular de dois dormitórios deve ter uma área útil mínima de 72 m² (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 55) e na Espanha, 56 m² (Ibidem, 58), a Prefeitura do Município de São Paulo, ou seja, da Capital do estado mais desenvolvido da Nação, admite um mínimo de 36 m² (Ibidem, 58). Estes autores também relatam que:

"Em anos recentes, foram poucos os estudos no âmbito da arquitetura voltados às variáveis dimensionais e funcionais, associados aos aspectos ergonômicos do espaço habitacional. Muitas vezes, somente são adotados pelos profissionais brasileiros, no seu dia-a-dia, critérios mínimos discutíveis, tais como o Código de Edificações do Município de São Paulo e o já ultrapassado Código Sanitário do Estado de São Paulo". (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 55)

Kowaltowsky (2004), fundamentada em pesquisa realizada conjuntamente por professores e estudantes da UNICAMP, também destaca a insuficiência de espaço funcional das moradias e afirma que seus resultados podem ser ampliados para a habitação popular em outras regiões do país.

Sintomaticamente, é de se salientar que para habitações **autoconstruídas** por usuários das classes menos favorecidas, neste mesmo Estado de São Paulo, o índice médio de área útil encontrado é de 52 m² (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 55), muito maior do que os 36 m² admitidos pela legislação vigente.

Embora a habitação popular não seja objeto deste trabalho, o *entre-deux*, ou seja, o espaço existente entre o *self* e o mundo, e que provê a continuidade entre ambos (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991, 21), é parte integrante de sua abordagem, sendo o continente de suas motivações originais. A interface de todos os projetos residenciais, isto é, a atenção dada pelo *criador dos espaços* aos sentimentos incorporados, ao conjunto de emoções percebidas, acima do mero abrigo (RYBCZYNSKI, 1997, 84), faz parte do ponto focal desta pesquisa.

Neste sentido, torna-se digna de destaque a constatação de que aquelas habitações populares **autoconstruídas**, isto é, as que são *definidas pelo próprio usuário*, apresentam índices de área construída bastante próximos dos índices europeus. De fato, fica evidente que quando se considera uma dimensão afetiva da arquitetura de espaços habitacionais (PERDIGÃO, 2005), ou seja, **quando o próprio beneficiário decide**, a área construída média de *sua* habitação se torna compatível com índices internacionais, de países desenvolvidos.

Considerando a amplitude e a profundidade com que este tema vem sendo estudado, por Ghoubar (1995, 1999) e Medvedovski (1998), só para citar alguns, inclusive com abordagem multidisciplinar, relativa à acessibilidade, ao desenho universal (ORNSTEIN, 2004), com relação à participação dos usuários nas tomadas de decisão, não há como não se solidarizar com a conclusão de que,

"basta de fazer 'tábua rasa' e de concretizar espaços e edifícios sonhados por quem não os habita (quer habitar) e para isso é necessário desenvolver na prática uma análise habitacional construtiva, atualizada e 'aberta', que possa ir sendo melhorada, revista e simplificada e que, cada vez mais, seja do domínio público, incorporando-se nos hábitos e nos gostos de todos nós, habitantes".
(COELHO, 2000, 475, grifo nosso).

Em sua recente publicação, "53 Research Papers in Social Architecture. 1965-2005", Sanoff (2006) salienta que o propósito dessa obra é propor métodos para aperfeiçoar o processo projetual, fundamentado em sua crença de que os arquitetos podem melhorar o mundo. A seguir ele afirma que, mesmo numa sociedade democrática e aberta como a sua, as necessidades e preferências das pessoas ainda são perigosamente ignoradas.

Infelizmente, parece ser difícil discordar de Paul-Alan Johnson quando, na obra "The Theory of Architecture. Concepts, Themes, & Practices", antes de tratar do tema dos beneficiários da arquitetura, afirma: "*O estado e o mercado são um substituto estéril para um padrão individual, em torno do qual uma poderosa e profícua arquitetura pode ser criada*" (JOHNSON, 1994, 132).

Face às decisões superficiais e preconceituosas que por vezes se observam nas classificações e listagens das necessidades das pessoas, tabuladas conforme seu poder aquisitivo, pode ser oportuno estender-se um pouco nestas considerações relativas às aspirações, aos anseios e aos sonhos, que relutam em se deixar enquadrar nitidamente em faixas de renda, *per cápita* ou familiar, prévia e arbitrariamente definidas.

Hoje, enquanto alguns desejam um *hometheater com plasma*, outros sonham apenas com uma TV de vinte e nove polegadas. Muitos sonham com um modesto computador com acesso grátis à Internet, enquanto que outros já usam, sem se dar conta, *notebooks, ipods, canais de TV pay-per-view*, disponíveis até em seus próprios dormitórios. Ao mesmo tempo em que uns planejam um *espaço gourmet* para receber seus amigos, outros estão esperando o dia de pagamento para ir à *feijoada com pagode* confraternizar com os seus.

Ainda que mapeamentos sejam de extrema importância para o estudo das Relações Ambiente & Comportamento, seria uma modesta descoberta a simples percepção de que as aspirações e os anseios se concretizam em objetos diferentes, variando conforme o poder aquisitivo do sujeito de tais desejos.

Os objetos são diversos, mas a essência das aspirações é a mesma, por que é inerente ao gênero humano. *Internet, espaço gourmet* ou *feijoada com pagode* são frutos de um mesmo desejo de socialização, como também o são, as *"reuniões à volta dos balcões de cachaça, em redor das mesas de jogos de dominó e cartas"*. Como Lemos afirma em seguida, *"o botequim tem razões de existência muito mais profundas do que a gente pode pensar"*. (LEMOS, 1978, 19).

Extrapolando-se, ou parodiando, o que Rybczynski (1997, 228) afirma a respeito de conforto, se as aspirações fossem apenas subjetivas, se não houvesse uma essência, caberia esperar que houvesse uma maior diversidade de atitudes a respeito; pelo contrário, em qualquer época histórica determinada sempre existiu um consenso demonstrável acerca das aspirações humanas.

Assim como Marcus (1997, 4), estudando residências de pessoas que tinham alguma liberdade de escolher como e onde morar, buscava subsídios visando a aperfeiçoar habitações de interesse social, espera-se que este trabalho também possa trazer algumas contribuições ao processo de pensar os demais projetos de habitação, inclusive àqueles destinados às pessoas que não têm possibilidade de escolha, que apenas e tão somente se permitem *sonhar* com *alguma casa própria, seja ela como for*.

A propósito, o próprio Lemos, antes de Marcus por sinal, já avalizava essa pretensão, ao afirmar que sua obra, *"Cozinhas, etc."*,

"é um trabalho de preparação, que enfoca os antecedentes, que explica as raízes, que fornecerá subsídios à boa interpretação da casa popular paulistana, já tendo analisado necessariamente as casas das classes média e alta, que poderá ajudar os arquitetos a projetar a morada pobre do homem humilde". LEMOS (1978, 23).

E, por mencionar cozinhas, é inevitável lembrar de uma entrevista cedida por Artigas em sua própria cozinha, por sinal um ambiente muito agradável que ocupava o centro da sua casa, de onde irradiavam e para onde convergiam todos os acessos para as demais dependências. Nessa entrevista à revista *Mais Gente*, em dezembro de 1973, Artigas fez a seguinte reflexão:

"Na nossa cultura, no nosso passado, é ou não a cozinha o lugar mais importante da casa?" (ARTIGAS, 1973, 33)

A menção da informalidade do local e do clima descontraído em que transcorreu tal entrevista é proposital. Como se verá no capítulo 4, que trata de métodos e técnicas, essa atitude informal, é de grande importância para a presente pesquisa.

Considerações desse teor acerca do ambiente doméstico, hoje seriam desnecessárias, ou seriam variáveis desprezáveis, quando o objeto do pensar são habitações destinadas às pessoas economicamente pouco favorecidas?

Não seria exatamente na criação desses pequenos imóveis, onde não há opção entre usar mais este ou aquele ambiente, onde a escassez de espaço funcional freqüentemente se situa abaixo do mínimo indispensável, que se deveriam empregar os melhores esforços para a interpretação de aspirações e de necessidades?

Para a realidade brasileira, os conceitos de *comodidade*, de *agradabilidade*, de *convivialidade* ou de *domesticidade*, de *conforto e bem estar*, detalhados por Rybczynski (1997) e por Coelho (2000), entre outros, além dos conceitos mais rudimentares, mas também usualmente ignorados, tais como de *espaço funcional*, *insolação*, *iluminação e ventilação naturais*, seriam extravagâncias destinadas apenas às classes média e alta?

Em primeiro lugar, Ghoubar (1999) já demonstrou cabalmente que apenas a questão dos custos não justifica tanta precariedade. Kowaltowsky (2004), por sua vez, salienta que as transformações realizadas em conjuntos habitacionais, promovidas por seus moradores, que representam um "*desperdício do investimento público*", em contraponto, "*quebram a monótona repetição típica das unidades padronizadas*".

Estas constatações fazem lembrar afirmações de Montaner, seja de que as cidades não são constituídas apenas e tão somente de fatores funcionais e produtivos, seja de que "*toda coletividade necessita de lugares arquetípicos, impregnados de valores simbólicos: se a cidade não os oferece, a sociedade os cria*". (MONTANER, 1999, 174, grifos nossos).

Adicione-se ao investimento *público*, o investimento *privado*, provido pelos próprios moradores para realizar tais transformações, e se constatará que o custo não é o centro desta questão. Nos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), ainda na década de 1950, já se manifestava uma intenção de não impor um modo de vida, de "*propor uma utopia do possível, aceitando os gostos e as necessidades das pessoas. (...), de encontrar uma relação precisa entre forma física e necessidade social e psicológica das pessoas*" (MONTANER, 2001, 30).

Apesar da complexidade e das mais diversas dificuldades de diálogo, muitas vezes ocasionadas por diferenças sociais e culturais entre as partes intervenientes (MARCUS, 1997, 4), também constatadas, entre outros, por Shimbo e Ino (2004, 6), pesquisadoras do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos - EESC-USP, são muitos os especialistas que defendem a participação dos usuários nas decisões de projeto.

Henry Sanoff (1990, 1), dentro do conceito de projeto participativo (*participatory design*), destaca que será tanto maior a eficácia de um empreendimento, quanto maior a participação de seus beneficiários no processo de tomada de decisões.

Para Cliff Moughtin, apenas com o envolvimento ativo das pessoas no processo de desenvolvimento se pode criar um ambiente construído que preencha suas aspirações e represente seus valores. *"Mas a participação não pode ser imposta: tem que começar de baixo para cima"* (MOUGHTIN, 1992, 11).

Jockusch (1989, 36) salienta que as alternativas devem ser apresentadas de uma forma que as pessoas consigam reconhecer elementos de sua experiência cotidiana e não apenas em desenhos arquitetônicos abstratos. Neste sentido, há um interessante relato de um dos entrevistados desta pesquisa, que vale a pena antecipar e inserir neste ponto.

Conforme o critério estabelecido no item 4.3. desta dissertação, para designação dos entrevistados desta pesquisa (p. 156 e Anexo), trata-se do entrevistado 6M, ou seja, o marido do sexto grupo familiar entrevistado, constituído por um casal bastante jovem e sem filhos à época do projeto, ele morador de Alphaville desde a sua infância.

Para a questão *Morar na casa é como você imaginava?*, este entrevistado 6M responde:

*"Taí um negócio interessante. Eu não entendia nada de plantas. Mas o arquiteto fazia umas plantas com móveis, sofazinho, geladeirinha, fogãozinho, tudo na planta mesmo, não na... perspectiva..., ó, tô sabendo até os nomes dos desenhos, hein? Perspectiva é fácil de entender. Mas ele fazia na planta mesmo, coloridinha... Desenho a mão livre, mas com o tamanho certo... Bom, ele fazia a gente ir andando pelo desenho, pensando nas coisas, nas situações..., em dia de semana, nos fins de semana..., ele ia fazendo a gente imaginar como se já estivesse morando na casa. Aí, quando a casa foi ficando pronta, construída, era muito igual ao que a gente tinha imaginado! E eu, que no começo não entendia nada de planta! Eu ficava, no começo, olhando para uma planta que nem um boi olhando a *Monalisa!*"*

O homem, como beneficiário, é o ponto central da criação de qualquer ambiente construído, com seus valores, aspirações, símbolos e sonhos. O autor de um projeto de arquitetura ou de urbanismo deve, portanto, *"ser um ator significativo ao interpretar os valores culturais e desejos daqueles que serão os usuários de seu projeto"* (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 90).

O relacionamento que se estabelece entre a *família-cliente* e o arquiteto, durante a *co-produção* de uma residência unifamiliar, *idealizada, planejada e empreendida* por essa família, dentre os possíveis relacionamentos humanos, tem a possibilidade de ser um dos mais íntimos e interativos de todo o arco da produção arquitetônica.

Considerando a profundidade de tais relacionamentos, que muitas vezes extrapola as relações *cliente-patrão-arquiteto* (JOHNSON, 1994), não deve ser menosprezada essa oportunidade de obtenção de subsídios projetuais para outras áreas (ZEISEL, 1989, 171).

Investigar alguns dos principais ingredientes que proporcionam ambientes mais agradáveis ao exercício das atividades do dia-a-dia, para o convívio e para a privacidade, a partir de reflexões relativas às motivações daqueles que tiveram possibilidade de escolher será, portanto, útil à missão de projetar habitações de quaisquer natureza (BECKER, 1989, 129).

O sereno e eficiente desempenho das mais diversas atividades domésticas, por outro lado, não é a única motivação para as famílias se decidirem a produzir uma *residência sob medida* para suas necessidades e aspirações.

Outro relevante fator de influência é representado pelo *ir e vir da família*. A mobilidade gerada pela necessidade de suprimento de bens e serviços, bem como para atender aos compromissos sociais, profissionais, às atividades culturais e de lazer, manifesta-se, às vezes, até como elemento condicionante nesse processo da produção da *casa dos sonhos*.

Marcial Echenique, na obra "Cities For The New Millennium", afirma que as decisões relativas à moradia são "*dirigidas por uma lógica baseada em dois fatores: a demanda por mobilidade e a demanda por espaço. Se entendermos as razões por trás dessas demandas, veremos a lógica das estruturas das cidades de hoje*". (ECHENIQUE, 2001, 29).

Há ainda um terceiro fator de forte influência, a ser considerado junto com a demanda por mobilidade e por espaço, quando se trata da escolha da localização das *casas dos sonhos* em questão, que é representado pela vizinhança. As condições sócio-econômicas dos circunstantes mais próximos são levadas em alta conta nas primeiras decisões de custo/benefício relacionadas ao empreender dessas famílias.

Como sugerem Rudlin e Falk (2001, 108), na obra "Building The 21st. Century Home", mesmo que não convivam, que não se encontrem para um jantar ou um café, o sentir-se acompanhado de vizinhos que partilham estilos de vida similares, a sensação de fazer parte de um grupo social homogêneo, mais do que a segregação, é um fator atrativo nesta questão.

A escolha da localização do imóvel, portanto, não pode deixar de ser considerada, pois tratando-se de uma pesquisa de caráter comportamental e ambiental, é fundamental observar o ambiente que circunda o comportamento, como recomenda Bechtel (1987, 11). É de extrema relevância, segundo Silva (1991), buscar a compreensão de todo o contexto dos pesquisados, quando se desenvolve uma pesquisa qualitativa. É preciso considerar seus valores e seus símbolos, seus canais de informação e, também, as relações de poder e de influência dentro do ambiente em que estão envolvidos.

A partir da segunda metade da década de 1970 a produção de residências unifamiliares de alto ou médio padrão, na região metropolitana de São Paulo, experimentou um expressivo crescimento nos *condomínios residenciais fechados*. Este é um dos motivos por que, para o presente estudo de caso, foram escolhidos os *condomínios residenciais* da região de Alphaville.

"Os anos 80 marcaram precisamente uma explosão dos investimentos imobiliários orientados para as elites, sejam os de escritório, sejam os residenciais, fora das áreas centrais dos grandes centros urbanos. São os casos de Alphaville e Tamboré, em São Paulo, onde foram realizados enormes empreendimentos tanto residenciais, como comerciais e industriais;" (VILLAÇA, 2001, 28).

Sendo uma modalidade relativamente recente e peculiar de habitar e, dada a proporção e a importância que vêm assumindo, além da influência que vêm exercendo sobre as outras formas consagradas de habitar, tais *condomínios* configuram-se num fenômeno que não pode deixar de ser considerado.

"O 'Loteamento Residencial Fechado', longe de representar fenômeno isolado, coloca-se como um novo padrão urbano de moradia destinado às camadas de renda mais altas da população, típico da época mais recente e que faz parte de uma série de outras transformações urbanas estruturais". (SALGADO, 2000, 1)

Condomínio Residencial Fechado é uma denominação cunhada por agentes do mercado imobiliário, que não tem personalidade jurídica definida na legislação brasileira. *Loteamento Residencial* simplesmente ou *Loteamento Residencial dotado de controle de circulação de pessoas*, são as figuras jurídicas pelas quais são aprovados perante os órgãos públicos.

O formato peculiar desses empreendimentos, todavia, não se enquadra adequadamente em nenhuma das duas formas jurídicas, nem na de *Condomínio*, nem na de simples *Loteamento*. Tramita no Congresso Nacional, neste mesmo momento, um Projeto de Lei que visa a regulamentá-los, segundo artigos de Luciana Garbim, publicados no jornal O ESTADO DE S. PAULO, em 19 de janeiro de 2006, p. C1 e C3.

No capítulo 3 deste trabalho há uma explanação sobre o assunto, embora não seja objetivo central do escopo desta pesquisa, aprofundá-lo. Contudo, em face de importância que as variáveis subjetivas assumem para esta *casa dos sonhos*, não se pode deixar de considerar, pelo menos, as linhas gerais deste tema. Além das atividades domésticas, tanto as compulsórias como as referentes ao uso do tempo livre, o simbolismo, a auto-imagem e, conseqüentemente, a vizinhança são alguns dos fatores mais relevantes nas relações Ambiente & Comportamento para este objeto. Considerar sua inserção no contexto de um *condomínio residencial fechado* poderá, portanto, facilitar a compreensão dessas variáveis.

A importância dos símbolos, justaposta às aspirações por mobilidade e por espaço, pode ser percebida mediante a observação das propagandas de imóveis à venda, em jornais, em revistas ou em folhetos distribuídos nos semáforos.



Fig. 1. Publicidade imobiliária. Fonte: Fernandez Mera Negócios Imobiliários, 2006.

Praticamente todas essas peças publicitárias, além de apresentar a localização do imóvel, procuram salientar tanto a facilidade de acesso aos mais diversos serviços, bem como tudo o que houver num entorno relativamente amplo, capaz de representar e agregar *símbolos de status*.

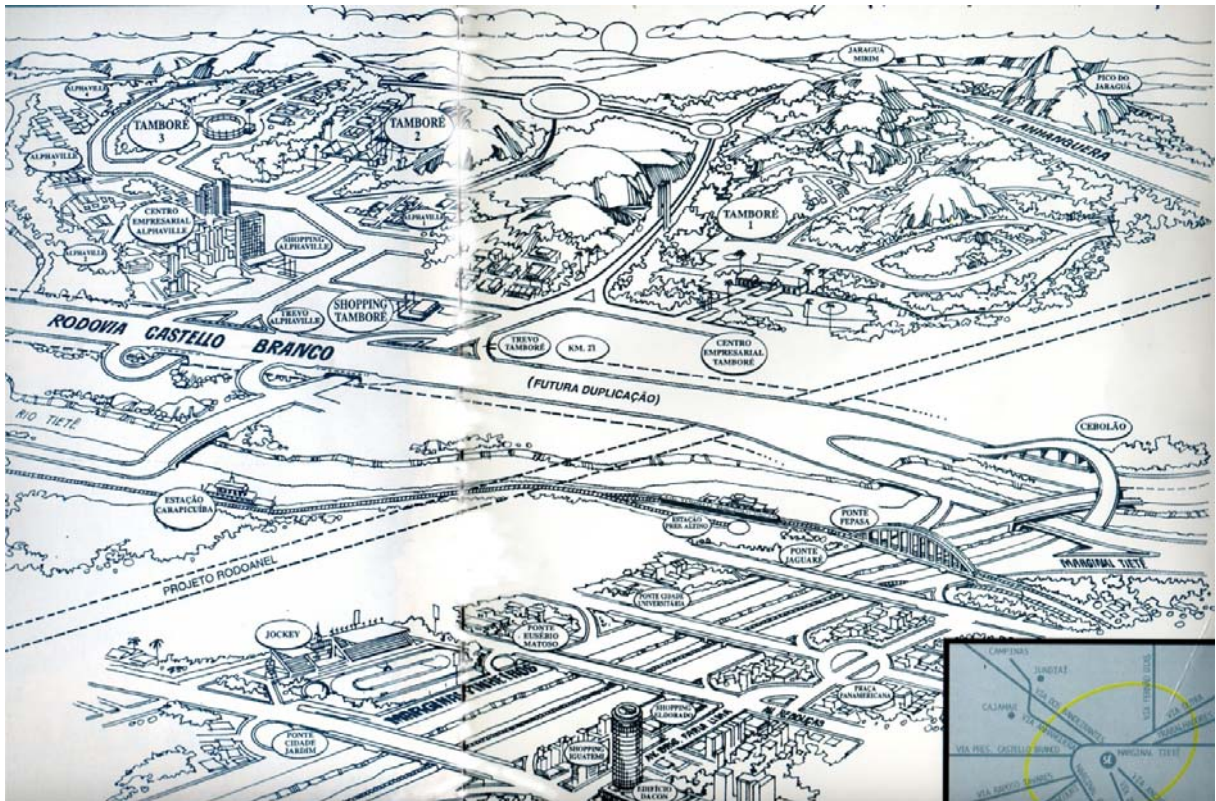
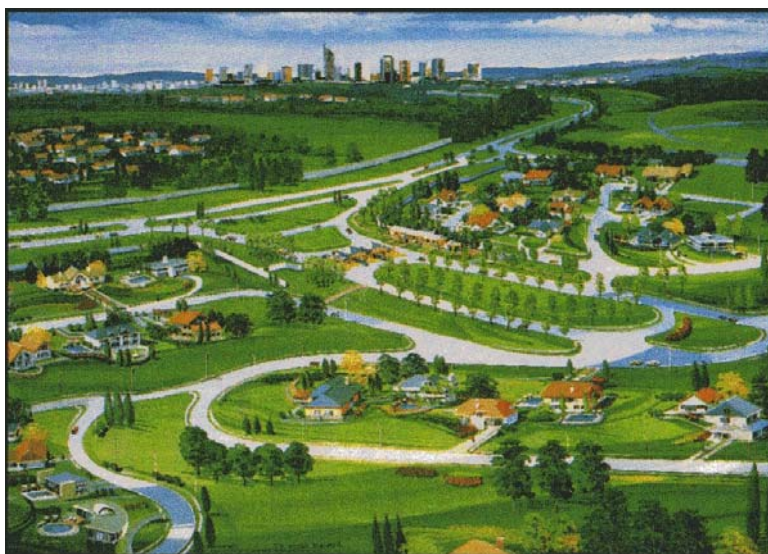


Fig. 2. Publicidade dos Loteamentos Tamboré, em Barueri e Santana de Parnaíba, Região da Grande São Paulo. Evidente associação simbólica com a Av. Brig. Faria Lima e com alguns dos mais sofisticados centros de compras da Capital. Fonte: Fernandez Mera Negócios Imobiliários, 1996.

Mais um pormenor sintomático que pode ser observado na aparente *compressão visual* das cidades nessas ilustrações promocionais é a presença freqüente de um *skyline* com *arranha-céus*. Parece que, por mais que se busquem a tranqüilidade do campo, o verde e o ar puro, a ninguém interessa perder, nem mesmo de vista, a *magia da grande cidade*. Fica-se, também, com a impressão de que todos os publicitários leram as recomendações do padrão número 10 de "A Pattern Language":



"ponha a magia da cidade ao alcance de todos os habitantes de uma área metropolitana".
(ALEXANDER, 1980, 79)

Fig. 3. Folheto publicitário com *Skykine* da cidade ao fundo.
Fonte: Fernandez Mera Negócios Imobiliários, s. d.

Como se dizia, nos últimos trinta anos, o crescimento da produção dessas residências unifamiliares de alto ou médio padrão, na região metropolitana de São Paulo, cresceu expressivamente nos *condomínios residenciais fechados*.

Esse volume de construções concentrado em áreas relativamente restritas, se comparadas ao todo da metrópole (SANTOS, 2002), é como que a outra face de uma mesma moeda, no que tange ao interesse pelo processo de produção de uma residência unifamiliar sob encomenda de uma família. Cada uma dessas *casas dos sonhos* significa, na prática, um **micro-empreendimento idealizado, planejado e realizado** por um **micro-empendedor**.

Devido ao caráter pulverizado dessas iniciativas, esse segmento representa um grande mercado de trabalho para o arquiteto, tanto como profissional liberal autônomo, como em escritórios de arquitetura de pequeno e médio portes. Poucos são os empreendimentos, públicos ou privados, que apresentam maior demanda e maior diversidade de oportunidades do que a produção de residências unifamiliares feitas sob encomenda de uma família.

Os grandes conjuntos habitacionais, por exemplo, requerem um pequeno grupo de arquitetos para a elaboração de seus projetos. Toda definição, todo detalhe, será trabalhado apenas uma vez, para ser executado centenas de vezes. Esses empreendimentos, portanto, demandam menos horas técnicas de projeto por unidade construída do que as requeridas por essas residências unifamiliares.

Incorporadores, por sua vez, costumam reunir diversos investidores para realizar empreendimentos grandes, que vão demandar alguns grupos relevantes de profissionais de arquitetura. Tais empreendedores, via de regra, já têm seus arquitetos preferenciais. Principalmente por questões de confiança e de segurança, fundamentadas em trabalhos anteriores, sua tendência natural e lógica é continuar encomendando os novos trabalhos aos mesmos grupos.

A residência unifamiliar empreendida por uma família, ao contrário, abre oportunidade para um número maior de arquitetos. De um lado, por seu próprio caráter de *micro-empreendimento*, que não interessa aos grandes escritórios, enquanto negócio. De outro, pela própria pulverização das iniciativas. Cada um desses *micro-empreendedores*, vai procurar o arquiteto mais conveniente ao seu



caso, seja o mais próximo, seja o que lhe foi indicado por um amigo, seja a partir de uma placa que viu em alguma obra da qual gostou, seja por diversos outros motivos.

Foto 1. Residenciais Alphaville 1 e Plus. 2005.

O leque de oportunidades, portanto, é inegavelmente muito mais amplo. O conjunto desses micro-empresendimentos, dessas *casas dos sonhos*, demanda muito maior quantidade de horas técnicas de arquiteto e, ao mesmo tempo, possibilita uma divisão de trabalho por muito mais profissionais do que qualquer outro segmento da construção civil.

Como é de se ver, não faltam bons motivos para se investigar o processo de realização dessa residência unifamiliar, produzida sob a encomenda de uma determinada família.

- *Por que algumas famílias decidem empreender a produção de uma moradia especial, "sob medida"?*
- *Que fatores a família considera na definição do local onde morar?*
- *Como eles pensam em seus futuros ambientes?*
- *Quais são suas principais aspirações e necessidades?*
- *Como esse micro-empresendedor busca o arquiteto?*
- *Como se desenvolve o relacionamento família cliente-autor do projeto?*
- *Como ele busca os demais profissionais especializados, necessários à materialização da idéia?*
- *Ele tem consciência de todo o arco de profissionais necessários?*
- *Ele contrata todos esses serviços ou, em parte, improvisa?*
- *Qual é o grau de satisfação do micro-empresendedor em cada etapa?*
- *Em que medida a variedade de profissionais especializados que intervêm no processo afeta a relação satisfação/aspirações?*
- *Há um profissional que gerencia todo esse processo?*
- *Após a realização, do ponto de vista desse micro-empresendedor, qual teria sido o profissional adequado para gerenciar o processo?*

Como também se pode perceber, não há maneira mais eficaz de investigar esse segmento, senão pelas informações obtidas com aqueles que tiveram essa possibilidade de sonhar e de empreender.

O objeto desta pesquisa, como já se afirmou, não é o imóvel em si, mas sim a residência. É uma casa que as inquietações, os anseios e as aspirações humanas mais simples impulsionam uma família a *idealizar, planejar e realizar*.

O objetivo desta pesquisa é investigar as suas motivações, os seus conceitos e o seu processo de produção. As principais informações de que se pode dispor para tanto, são as percepções pessoais dos integrantes daquelas famílias que realizaram tal empreitada.

Portanto, é necessária uma avaliação ambiental-comportamental, de caráter eminentemente qualitativo, que considere, além de dados físicos objetivos, também o ponto de vista subjetivo dos usuários.

Como se verá no capítulo 4, o instrumental adequado para esse fim se encontra nos métodos e técnicas da Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído. (ORNSTEIN; ROMÉRO. 1992, 19).

Capítulo 2

A Casa dos Sonhos

"Por mais que preferamos discutir arquitetura em termos de estilos visuais, seus efeitos práticos de maior alcance não estão no nível de aparência, mas sim no nível de espaço. Ao dar forma e organização ao nosso mundo material, a arquitetura estrutura o sistema de espaço no qual vivemos e nos movemos. Por assim fazer, ela possui uma relação direta - mais do que meramente simbólica - com a vida social, uma vez que ela provê as pré-condições materiais para os modelos do movimento, do encontro e do evitá-lo, que são as realizações materiais - bem como, por vezes, as geradoras - das relações sociais. Neste sentido, a arquitetura permeia nossas vivências do dia-a-dia, muito mais do que a preocupação com as propriedades visuais poderia sugerir". (HILLIER; HANSON, 1984, IX)⁴

⁴ Esta citação e as demais que constam desta dissertação, extraídas de textos redigidos em outros idiomas, foram traduzidas pelo autor desta pesquisa.

O conceito preciso da *Casa dos Sonhos*, objeto desta pesquisa, talvez seja mais fácil de ser intuído do que de ser formulado. No parágrafo anterior, com outras palavras, Hillier e Hanson afirmam que, ao dar forma e organização ao nosso mundo material, a arquitetura provê as pré-condições materiais para os nossos movimentos, para a nossa convivência e para a nossa privacidade. Mais ainda, afirmam que, por vezes, tais pré-condições materiais são as próprias geradoras das nossas relações sociais.

O entrevistado 12M desta pesquisa, ou seja, o marido da décima segunda família entrevistada, cujo perfil se encontra no anexo, faz uma observação interessante e significativa neste sentido, ao afirmar: *"Eu já morei em casas grandes. Normalmente as casas grandes afastam as pessoas. Esta não. Esta casa aproxima as pessoas"*.

Seria mais pertinente afirmar que essas pré-condições materiais não são, por vezes, mas sim sempre, em algum grau, as geradoras ou inibidoras das nossas relações sociais.

As longas conversas mantidas *via Internet* pelos adolescentes hoje, por exemplo, podem estar sendo proporcionadas tanto pelas facilidades tecnológicas, quanto pelas crescentes dificuldades dos encontros físicos. A diversidade de emissoras de televisão disponíveis ao toque de uma tecla de um dispositivo de controle remoto pode ser outro exemplo similar. Ao mesmo tempo, por outro lado, transitando-se por algumas regiões do meio urbano, à noite, encontram-se bares com mesas nas calçadas, repletos de pessoas, mesmo em altas horas da madrugada. Alexander, por exemplo, trata desse tema de uma maneira bem familiar. *"Onde as pessoas podem cantar, beber, gritar e afugentar suas penas?"* (ALEXANDER, 1980, 401). E, mais adiante, recomenda:

"Em algum lugar da comunidade deve haver pelo menos um grande local com capacidade para algumas centenas de pessoas, onde se sirva cerveja e vinho, onde se possa ouvir música e onde tenha, se possível, meia dúzia de atividades diversas, de modo que seja possível passar continuamente de uma para outra". (Ibidem, ibidem, 402).

Alexander também recomenda o estabelecimento de *cafés terraços*, isto é, lugares onde relaxar legitimamente, estar à vista e contemplar as pessoas que passam. Lugares íntimos porém *"abertos para uma via bastante transitada, onde as pessoas possam sentar-se diante de um café ou de um copo para ver o mundo passar. Construa a frente do café de modo que um conjunto de mesas saia dele e se coloquem junto ao passeio da rua"* (Ibidem, Ibidem, 395). Locais assim, recomendados com base num *modus vivendi* da primeira metade do século XX, continuam sendo instalados diariamente, nos mais variados pontos da urbe, nesta primeira década do terceiro milênio.

É de coisas assim simples do dia-a-dia, mas cujas essências permanecem, transformando-se apenas de forma acessória ao longo do tempo, que se constitui essa *Casa dos Sonhos*. Uma casa que facilite as atividades simples do dia-a-dia, que facilite o convívio e que permita a privacidade.

Quem tem as aptidões necessárias para prover as pré-condições materiais para tanto é, sem dúvida, a arquitetura. Mas quais são essas pré-condições? Como e por quem podem, ou devem, ser estabelecidas? O que é essencial e o que seria apenas acessório? Existe um substrato de anseios e aspirações legítimas, que independe da transitoriedade da moda e dos costumes de cada época? Há como identificar e interpretar tais anseios, aspirações e, também, necessidades? Isto é, em suma, o que se investiga neste trabalho.

Essa *casa dos sonhos* pode contar com todas as facilidades tecnológicas atuais, tais como eletrodomésticos comandados por *Wireless IT (Information Technology)*, ou seja, comandados remotamente via Internet sem fio utilizando recursos da informática, ou com sensores de presença e voz que controlam a iluminação e a temperatura ambientes, ou com *leitores de íris ocular* para identificar e recepcionar visitantes bem-vindos ou bloquear a passagem aos indesejáveis. Pode, mas não precisa contar com tais sofisticacões. A *alta tecnologia* incorporada à arquitetura nesta virada de milênio, com Foster, Rogers ou Piano, por exemplo (MONTANER, 2001, 247), não é um aspecto relevante deste objeto, para esta pesquisa.

"Caberia prever que as diversas invenções que contribuíram para o conforto humano ao princípio do século XX tivessem profundas conseqüências para o aspecto da casa. Surpreendentemente não foi assim. [...] Não há nenhum motivo para que houvesse ocorrido de outro modo. É uma presunção moderna que a maquinaria ou as casas com máquinas haveriam de ser diferentes de suas antecessoras pré-industriais". (RYBCZYNSKI, 1997, 177).

Contudo, não há como imaginar hoje, uma casa sem um refrigerador, sem um aparelho de televisão, sem um aspirador de pó, sem um telefone ou sem uma máquina de lavar roupas. Parece evidente, portanto, haver uma tecnologia que responde de forma direta a aspiracões legítimas e que, uma vez incorporada, passa a fazer parte das pré-condicões integrantes e não acessórias.

O entrevistado 19M, por exemplo, um executivo que freqüentemente viaja a trabalho por países do hemisfério norte e da América Latina, acredita que as casas, em São Paulo, não são bem preparadas para o inverno.

É bem verdade, ele mesmo ressalva, que são apenas vinte ou trinta dias por ano de frio realmente intenso. Segundo ele relata,

"em Helsinque, em Buenos Aires ou em Cleveland, eu passo muito menos frio do que aqui. Lá, no escritório, no hotel ou na casa dos colegas, a gente fica o tempo todo em 'mangas de camisa'. Aqui, quando faz frio 'para valer', você fica dentro de casa todo 'embrulhado'..., com várias blusas, paletó..., assiste televisão enrolado em cobertor... E não adianta falar em ar-condicionado. O ar-condicionado daqui é mais para resfriar do que para aquecer..., além do que, as máquinas residenciais, as instalações residenciais normalmente deixam muito a desejar. Não são como as do escritório..., que são sistemas centrais. Mesmo esses, não são tão agradáveis como uma boa calefação".

Esse entrevistado estava explicando os motivos da instalação de um sistema de aquecimento de piso em alguns ambientes de sua casa. Um sistema que ele conheceu nos países escandinavos, bastante mais agradável e muito menos dispendioso do que sistemas de ar-condicionado central domésticos, segundo ele. Este tipo de tecnologia, na medida em que afeta substancialmente eventos da vida cotidiana, interessa muito a esta pesquisa. As percepções pessoais neste sentido são relevantes para o estabelecimento das pré-condições investigadas.

Tratando-se de informações fundamentadas em percepções subjetivas, este trabalho tem aspectos em comum com "A Casa Subjetiva. Matérias, afectos e espaços domésticos" de Ludmila de Lima Brandão (2002). Contudo, os aspectos mais subjetivos das relações do homem com sua casa, embora relevantes, não são matéria de exame deste trabalho. São mais relevantes aqui, as relações humanas no dia-a-dia, entre os usuários da casa, moradores ou visitantes, e em que medida estas relações, subjetiva e objetivamente, influem na geração de seu programa de necessidades e aspirações.

Convivência e privacidade no exercício das atividades cotidianas são os conceitos basilares para este estudo dos principais fatores motivacionais do empreender dessa *casa dos sonhos*. O objeto concreto em tela é, em resumo, uma residência unifamiliar de médio ou alto padrão, idealizada, planejada e produzida pela própria família, visando a atender aos seus anseios, aos seus símbolos, às suas aspirações e às suas necessidades, buscando suprir ao máximo as suas insatisfações relativas aos ambientes em que habitavam anteriormente.



Foto 2. O casal micro-empendedor inspeciona o final da construção de sua casa dos sonhos, um dos exemplares do presente estudo de caso, 1997. Foto cedida pelos entrevistados.

Kaufmann (1986), docente de história da arte e da arquitetura por cerca de vinte anos na *Columbia University*, emprega uma cena de convivência cotidiana ao relatar que o tempo que passou em Taliesin, o *ateliê-escola* de Frank Lloyd Wright, representou uma das mais profundas experiências de sua vida.

À época, os aprendizes estavam trabalhando no modelo de uma nova comunidade elaborada por Wright, chamada *Broadacre City*. Todos os dias à hora do chá e aos domingos durante o café da manhã, Wright se reunia informalmente com os aprendizes. Foi nessas tertúlias que ele diz ter descoberto em Wright, o sentido da arquitetura como a matriz do relacionamento humano.

"Wright creditava que para a arte florescer e frutificar ela deveria estar bem enraizada no solo da vida cotidiana".

(KAUFMANN, 1986, 38)



Foto 3. Convívio diário em Taliesin. Fonte Kaufmann, 1986, 38.

Artigas também defende frequentemente a importância de facilitar o convívio no dia-a-dia. Em *"Vilanova Artigas, coleção Arquitetos Brasileiros"*, por exemplo, relata *"uma tentativa de organizar a distribuição do programa da pequena família, que atenda mais de perto a série enorme de fatos da vida cotidiana. Uma organização nova dos serviços domésticos"* (ARTIGAS, 1977, 62).

Sintomaticamente, como cenário adequado para a entrevista já citada no primeiro capítulo desta dissertação, elege a cozinha de sua casa, sem portas, passagem obrigatória e, conseqüentemente, o centro dos encontros e da convivência cotidiana da casa.

Rybczynski principia e dedica praticamente toda a obra "Home: A Short History of an Idea" a um estudo sobre a questão do conforto doméstico, discorrendo de uma forma profunda e, ao mesmo tempo, simples e clara. Ao final do texto, deixando uma impressão de que cada página está impregnada com o pano de fundo da convivência do dia-a-dia, Rybczynski (1997, 234) também recomenda a participação ativa dos beneficiários na criação das pré-condições materiais desse bem estar doméstico, salientando que, por ser um assunto de família, não deve ser deixado apenas a cargo de *experts*.

Embora a análise comparativa das respostas dos entrevistados desta pesquisa seja apresentada no capítulo 5, parece oportuno destacar a satisfação manifestada, tanto quanto ao ambiente construído como com o próprio processo de produção, pelo grupo familiar da terceira entrevista, um jovem casal com dois filhos pequenos à época, em 1984, que participou ativamente da elaboração de seu projeto. A esposa (3E) é uma professora com formação de terceiro grau e o marido (3M) um engenheiro, ambos com elevado nível de instrução e cultura. Com relação ao tema b) do projeto, à questão 1, *Como foram pensadas as dependências da casa?*, eles respondem:

3E: "Ah!, foi muito bom. Começamos com o que achávamos bom na casa em que morávamos. Depois fomos imaginando o que faltava, o que poderia ser melhor, aceitamos sugestões... Depois, o arquiteto que fez o projeto ajudou bastante, pondo todas as idéias em ordem, sugerindo outras, questionando as nossas..."

3M: "Fomos montando a idéia conforme as necessidades básicas. Depois fizemos uma grande varanda nos fundos, com churrasqueira, etc..., para os amigos..."

Sei lá, de repente, cada um falava uma coisa, o outro acrescentava outra, foi muito legal o processo de criar a casa..., assim do nada... Ah, e quando a churrasqueira ficou pronta, acabou a carne..., foi bem na época do plano do Sarney..., o Plano Cruzado, não é isso? Demoramos um tempão para inaugurá-la”.

À questão 2, *Como foi contratado o arquiteto?*, eles respondem:

3E: "Um amigo do meu marido apresentou. Nos afinamos muito. Ele respeitava nossas idéias e sempre dava alguma contribuição legal. Até hoje não sei se foi ele que entendeu muito bem as nossas idéias ou se fomos nós que participamos muito do projeto dele, entende? Foi uma química muito boa”.

3M: "Foi o mesmo arquiteto que estava fazendo a casa de um amigo meu, que também foi quem me mostrou o Alphaville. Conversamos com alguns outros e achamos que seria melhor com ele, ele era muito aberto..., ouvia o que a gente queria...”

E, por fim, à questão 3, *Da idéia inicial até o projeto final, houve mudanças significativas? Cite algumas*, eles respondem:

3E: "Nós só tínhamos idéias. Bem concretas. A disposição foi dada no projeto..., quer dizer, não é que houve mudanças, o projeto foi sendo composto... Não sei como explicar isso, no final tinha muita coisa que não tínhamos pensado, mas era como se fosse o mesmo projeto, entende? Ele foi sendo composto, foi tomando corpo, foi sendo criado e enriquecido à medida que íamos conversando...”

3M: "As idéias só foram tomando formas concretas mesmo, depois que o arquiteto entrou no time... Então, não dá para dizer se houve ou se não houve mudanças... Basicamente não, as intenções iniciais permaneceram..., mas a casa..., bom, também não era diferente do que nós queríamos..., na medida em que não foi feito nada do que a gente não queria. Mas também, salvo um errinho ou outro, a casa é o que a gente queria. Mas fizemos juntos, entende? Discutindo cada coisa, cada detalhe... É isso".

O entusiasmo destes entrevistados ao relatar a experiência internada, mais de vinte anos depois do ocorrido, mesmo com dificuldades para encontrar as palavras adequadas para exprimir seus pensamentos, ao mesmo tempo muito bem expressos por linguagem não verbal, se não demonstra, pelo menos mostra a validade, a importância e a posterior satisfação dos beneficiários com sua participação na criação do ambiente, sobretudo, como salienta Rybczynski, do seu próprio ambiente doméstico.

Montaner, por sua vez, alerta sobre a complexidade do momento atual. Na obra "Depois do Movimento Moderno. Arquitetura da segunda metade do século XX", na qual ele divide o período moderno em três fases distintas, afirma que esta terceira fase, mais próxima da atualidade, que se desenvolve desde o final dos anos setenta, pode ser descrita como *"um período recente, de enorme diversidade e predomínio das individualidades, cuja análise requer maiores riscos por sua proximidade e sua própria desordem interna"*. (MONTANER, 2001, 7, grifo nosso).

Bill Hillier, na obra "Space is the machine. A configurational theory of architecture", concernente também ao que são os edifícios, como funcionam e como poderiam ser diferentes, por sua vez, afirma que:

"A convicção central é de que o que precisamos ao final do vigésimo século é uma melhor e mais profunda compreensão do fenômeno de arquitetura e como este afeta as vidas das pessoas, como se relaciona com a possibilidade de inovação em arquitetura, e o papel central da imaginação arquitetônica".
(HILLIER, 1996, 3).

Mais adiante Hillier salienta que, ainda que os objetos que produzimos não sejam complexos em si mesmos, eles assim o são quando examinados no contexto dos efeitos colaterais disseminados no nosso *socio-técnico eco-sistema* (Ibidem, ibidem, 88). E, também, que o ambiente construído é o maior e mais complexo artefato que os seres humanos produzem (Ibidem, ibidem, 92). Em "The Social Logic of Space", escrito alguns anos antes, com Julienne Hanson, haviam salientado que *"parece ser tão ingênuo acreditar que a organização espacial através da forma arquitetônica possa ter um efeito determinante nas relações sociais, quanto o seria acreditar que não há qualquer relação entre ambas"*. (HILLIER; HANSON, 1984, IX, grifo nosso).

Refletindo a respeito do sentido e do alcance de tal *ingenuidade*, em face da complexidade e da importância do assunto para os autores citados, vem à lembrança do autor desta dissertação a postura perante as percepções dos fatos do dia-a-dia daquele personagem narrador de "Grandes Sertões, Veredas", de João Guimarães Rosa, *Riobaldo*, um simples jagunço, peão de boiadeiro:

"Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa". (ROSA, 1986, 14).

Para investigar quais são as pré-condições materiais que podem gerar ou inibir as nossas relações cotidianas, o nosso convívio e a nossa privacidade, para desvelar *como e quem* pode e deve estabelecê-las e hierarquizá-las, a postura lícita, adequada e sensata parece ser, para o autor desta dissertação, a de *desconfiar* de que há ainda muito por observar e perguntar a respeito de como as pessoas escolhem suas composições ambientais, quando têm algum grau de liberdade para o fazer (MARCUS, 1997). O verbo *desconfiar*, pouco acadêmico por sinal, não foi empregado apenas por modéstia, mas sobretudo por prudência.

Essa postura um pouco ingênua, mas principalmente *desconfiada* e ao mesmo tempo desarmada, aberta a surpresas, bem disposta para o *ainda não pensado*, pode ser eficaz para observar e analisar as aparentemente simples questões do cotidiano, visando a desfazer muros, afastar presenças contingentes e perceber o *espaço indizível*, como sugere Lúcio Costa em "Registro de Uma Vivência" (1995, 119). Parece-lhe ser a postura investigativa indicada para o objetivo do presente estudo, posto que se pretende conhecer mais sobre símbolos e anseios, a partir de impressões pessoais de um grupo de pessoas que realizou tais aspirações (ORNSTEIN, 1996). Para abordar convenientemente a totalidade do tema, é necessário mais do que uma pesquisa em nível de Mestrado.

Desconfiar para aprofundar, para levantar novos temas para estudo e, principalmente, para não correr o risco de se comprazer diante das primeiras percepções que, não raro, podem falhar.

Desconfiar para "buscar soluções alternativas aos vigentes critérios culturais, econômicos, tecnológicos, urbanos e de projeto, soluções mais experimentais, atrevidas, versáteis e adequadas a cada contexto social, que não imponha modelos, senão que aprendam de cada lugar" (MONTANER, 2001, 127).

Desconfiar como Wright também queria de seus aprendizes em Taliesin. Kaufmann relata que *"lhe impressionava particularmente o procedimento de*



Wright, ao discorrer sobre seu próprio trabalho, intercalando, subitamente, interpretações paradoxais. Era o sua maneira de desmamar os aprendizes, buscando libertá-los da dependência das soluções pré-concebidas".

(KAUFMANN, 1986, 38).

Foto 4. Wright com aprendizes, em Taliesin. Fonte: Kauffman, 1986.

Não confiar, portanto, em *"tópicos rodeados de uma aura de indiscutível respeitabilidade"*, que freqüentemente produzem falsos panoramas de ampla concordância e difícil questionamento, como sugere Silvia Arango (1989) em *"Crítica da crítica: o provincianismo de sentir-se centro."*

Desconfiar da aparência das concepções arquitetônicas dominantes, para verificar se predomina a vontade de continuidade da tradição ou a constante reinvenção. *"Para constatar se as diferentes atitudes relacionadas ao projeto, à relação com o lugar e com o entorno urbano, à estrutura espacial adotada, aos materiais utilizados, ao uso de ornamentação ou não, à idéia desenvolvida de usuário, etc., podem ser agrupadas em diversas posturas que mantenham uma coerência interna e que continuem, sintetizem ou se oponham às tradições culturais existentes"*. (MONTANER, 2001, 7).

Desconfiar do estabelecido, repensar o programa do cliente, refletir sobre o já pensado, também foram as primeiras recomendações feitas aos discentes, antes de se debruçarem sobre os primeiros desenhos para elaborar um ante projeto durante a disciplina "Projeto de Arquitetura Urbana", do programa de Pós-Graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, ministrada pelo Prof. Dr. Adilson Costa Macedo e pelo Prof. Dr. Dario Montezano, cursada por este pesquisador em 2003. A cada apresentação de estudos preliminares, essa atitude questionadora era novamente recomendada e cobrada dos alunos.

No transcorrer desse curso, por sinal, ocorreu um estimulante debate, contando também com a presença do Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho, em que os participantes eram constantemente instigados a pensar diferente, a não permanecer como que "*trabalhando, interminavelmente, em alguns, sempre quase os mesmos textos...*" (GUEDES, 2003). Estimulante e instigante foi observar o próprio Guedes adotando a mesma postura reflexiva, e *desconfiada*, diante de eventuais observações ou questionamentos dos discentes, mesmo dos neófitos na vida acadêmica.

Desconfiar, por exemplo, dos *símbolos*, questão de extrema relevância no estudo deste objeto, as residências unifamiliares de alto ou médio padrão feitas sob encomenda, sobretudo no universo adotado para o estudo de caso desta pesquisa, ou seja, os condomínios residenciais da região de Alphaville.

Peirce, na obra "Semiótica", faz uma distinção dos símbolos em função da relação entre os atributos do representante com os atributos do representado.

"Uma relação é Genuína ou Degenerada. Uma relação degenerada é um fato concernente a um conjunto de objetos que consiste meramente num aspecto parcial do fato de cada um dos Relatos ter sua Qualidade". (PEIRCE, 1995, 28).

O aspecto mais superficial e não genuíno do simbolismo se apresenta na forma dos chamados *símbolos de status*, que se constituem, via de regra, de atitudes e de bens materiais que pretendem indicar a posição de seu portador dentro de uma determinada escala social.

Os *símbolos de status* são geralmente efêmeros, estão mais associados à moda e podem se materializar tanto nos bens imóveis como nos locais freqüentados, em modelos de automóveis ou em viagens turísticas, em marcas de relógios, em jóias ou em peças de vestuário.

Com relação a tais símbolos, apenas para exemplificar sintomaticamente, um dos *ditos* prediletos de algumas elites mais sutis é aquele que afirma que os *sapatos nunca mentem*, preferencialmente citado no original: *like Englishmen say, shoes never lie*.

Ainda que *"nunca chegaria o Brasil tropical a conhecer o sedentarismo à moda daqueles pioneiros ingleses que transportaram núcleos completos de antigas atividades do seu país de origem para as regiões temperadas da América do Norte"* (BARROS LATIF apud LEMOS, 1978, 45)⁵, parece óbvio que um par de sapatos de impecáveis manufatura e estado de conservação só poderia se apresentar nos pés de algum *lorde ou fidalgo*, que pouco precisa caminhar desde seus tapetes até seu automóvel e vice-versa.

⁵ BARROS LATIF, Mirian de. "O Homem e o Trópico. (Uma Experiência Brasileira)". Rio de Janeiro, Livraria AGIR Editora, 1959.

Um *walkthrough* de meia tarde pelo universo adotado, isto é, uma visita de caráter avaliativo com a intenção de fazer uma análise expedita tanto do objeto como do seu entorno (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 265), permite constatar que lhe caberia perfeitamente a afirmação de Guedes (2000): "*a arquitetura atual não segue nem a função nem estilos, é monetarista, interessada em status*".

Poderia-se constatar que as observações de Venturi, Scott-Brown e Izenour (1977), expostas na obra "Learning from Las Vegas", parecem ter prevalecido e o compromisso para com o todo, em face da sua intrínseca dificuldade de obtenção, teria sido finalmente abandonado, como também afirma Venturi (1985), em "Complexity and Contradiction in Architecture".

A arquitetura moderna, de fato, ao buscar a *fácil unidade pela exclusão* em vez da *difícil unidade com a inclusão*, teria perdido por completo a sua capacidade de interpretar e transmitir significados, dando lugar a relações inconsistentes de multiplicidade e diversidade (VENTURI, 1985, 121).

"*A Forma deriva da Função*", princípio formulado por L. H. Sullivan, que implica na recusa de toda ornamentação que não seja componente essencial da construção (MONTANER, 1999), parece, à primeira vista, ter-se perdido num passado remoto, junto com os ideais do espírito modernista.

A associação, talvez inconsciente segundo Montaner (2001, 12), da forma com as principais qualidades políticas, das fachadas transparentes com a honestidade, da planta livre com a liberdade de escolha e a democracia, da ausência de ornamentação com a parcimônia e a integridade ética, parece ter cedido lugar à vã ostentação.



Foto 5. Fachada típica de exemplares construídos a parecer da década de 1990.

A necessidade de arquétipos impregnados de valores simbólicos, sustentada por Montaner, parece estar sendo suficiente, e abundantemente, suprida por ornamentos de forte apelo popular, constituídos de elementos convencionais, padronizados, anônimos e mesmo vulgares, como os relatados por Venturi, Scott-Brown e Izenour (1977).

Esse *walkthrough* de meia tarde, mesmo sem uma atenção especialmente acurada, pode revelar que alguns dos ornamentos em questão nem sempre são tão padronizados e vulgares, podendo ser até mesmo bastante dispendiosos. São inúmeros os portais de entrada com pé-direito duplo, ladeados por colunas, bem como os beirais *enfeitados* com várias camadas escalonadas de molduras de concreto e com as inefáveis *porte cochères*, que, às vezes, se limitam a pequenos arremedos de um calçamento que deveria permitir aos automóveis chegarem junto à porta de entrada principal da casa.



Foto 6. Adornos similares, mais suntuosos. 2005.

Ainda que mais dispendiosos, tais ornamentos continuam sendo de forte apelo popular, convencionais, anônimos, e, via de regra, nitidamente orientados a um simbolismo não genuíno.

Os embates travados por Wright, em favor da liberdade norte-americana frente ao totalitarismo europeu, que o tornaram um *"humanista que soube exprimir os ideais democráticos de seu mestre Sullivan"*, segundo Artigas (1989), criando modelos americanos em substituição às velhas soluções européias, parecem já ter se tornado apenas parte da História.

O próprio *"rompimento formal meio grande"*, promovido por Artigas (1977), consumado na *Casinha de 1942*, também parece ter se transformado apenas num evento que cumpriu seu papel num passado distante.

Contudo, um *walkthrough* mais atento pelo universo escolhido para esta pesquisa, pode revelar que Guedes tem grande dose de razão, mas não toda. Uma atitude moderna, semelhante à que Montaner (2001) chama de a *primeira difusão da arquitetura moderna*, ainda pode estar se manifestando com todo seu vigor na elaboração do projeto de alguns dos exemplares estudados.

Não a *modernidade ilustrada*, como distingue Arango (1989), mas a modernidade encarada como experiência local frente a uma situação global ou globalizante, expondo a sua condição de um quadro aberto de questionamentos a serem feitos em oposição a um conjunto fechado de respostas recebidas daquela modernidade ilustrada, por vezes dogmaticamente normativa.

Um espírito realmente moderno que, a exemplo do ocorrido naquela *primeira difusão*, no início dos anos trinta, optou por

"começar a desconfiar dele [do 'Estilo Internacional'], propondo os primeiros ensaios e alternativas fiéis, conforme o espírito dos mestres, com a vontade de reformular e enriquecer uma 'nova tradição moderna' ". (MONTANER, 2001, 12)

Ao contrário do que Venturi lamentava e, ao mesmo tempo, em concordância com a sua preferência, uma atitude moderna, à semelhança daquela dos primeiros mestres, ainda pode ser a maneira mais adequada de interpretar as complexidades, as contradições, as ambigüidades, as incertezas e as, cada vez mais velozes, transformações do dia-a-dia contemporâneo, para suprir com autenticidade as suas aspirações, tanto as vivenciais como as simbólicas, se é que seja possível existir umas sem as outras.

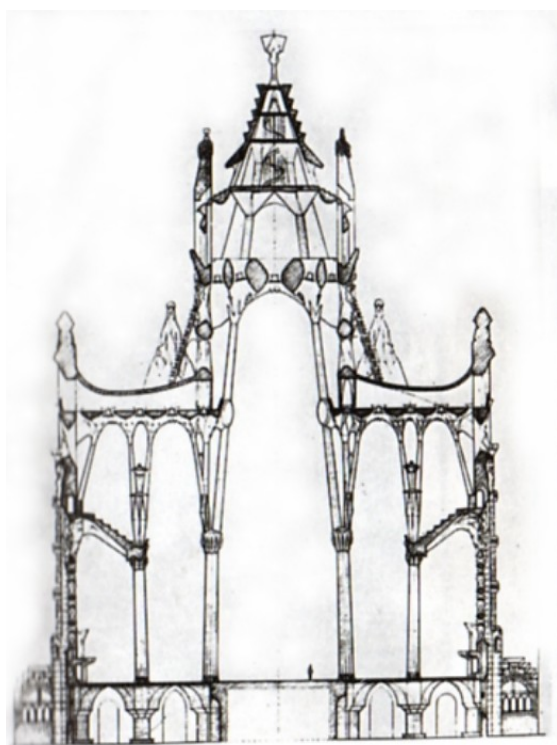
"Sou mais pela riqueza de significado do que pela clareza de significado; pela função implícita, tanto quanto pela função explícita. Prefiro 'tanto ... como' a 'ou ... ou', preto e branco, e às vezes cinza, a preto ou branco. Uma arquitetura válida evoca muitos níveis de significado e combinações de enfoques: o espaço arquitetônico e seus elementos tornam-se legíveis e viáveis de muitas maneiras ao mesmo tempo. Mas uma arquitetura de complexidade e contradição tem uma obrigação especial em relação ao todo: sua verdade deve estar em sua totalidade ou em suas implicações de totalidade". (VENTURI, 1985, 2)

Parece ser desinteressante, para esta dissertação, estender-se na superficialidade dos *símbolos de status* pois, exatamente por sua falta de compromisso com uma totalidade, por sua falta de legitimidade, estes se desmascaram e perdem valor com facilidade. A mente humana é capaz de internar e produzir símbolos que se situam em níveis mais profundos, mais no contexto do *ser* do que do *mostrar*, e estes são os que realmente afetam, de forma positiva ou negativa, a essência da vida cotidiana.

"Para o purista estrutural, assim como para o organicista, a forma estrutural de dupla função seria execrável por causa da correspondência inexata, ambígua, entre forma e função, forma e estrutura" (VENTURI, 1985, 34).

Os grandes mestres, no entanto, aqueles que preferem viver conforme um espírito, acima de obedecer ou de ditar regras e cânones, de Gaudí a Niemeyer, passando por Wright e por Le Corbusier, por exemplo, chegam ao ponto de desenvolver o estado da arte em favor dessa ambivalência, explícita ou implícita, tanto das relações *forma-função* como de uma duplicidade simbólica para obras que se orientam à perenidade.

"A sutil invenção de Gaudí dos contrafortes inclinados sustenta o peso da abóbada, assim como alivia o empuxo de uma forma contínua". (VENTURI, 1985,



38). Segundo Zerbst (1997, 31), com a silhueta do Santuário da Sagrada Família, Gaudí pretendia representar o jumento que transportou Jesus, Maria e José na fuga para o Egito. A figura 4, ao lado, mostra um corte transversal evidenciando o esquema estrutural criado por Gaudí. A seqüência desses pórticos em diferentes tamanhos, ao longo do eixo longitudinal permitiria dar ao santuário a forma do jumento.

Fig. 4. Sagrada Família, de Gaudí.
Fonte: Venturi (1985, 37).

Ainda na década de 1930, quando temas como a *sustentabilidade* e o *respeito ao eco-sistema* sequer eram suspeitados, em Fallingwater, Wright explicitamente agride os dogmas das relações puristas de *forma-função*, em benefício de simbolizar um bem maior, o respeito à natureza.

Note-se o que Wright faz com a *forma* da pérgula, para respeitar uma pequena árvore.

Posteriormente, em 1949, para a Igreja Unitária de Madison, Wright cria uma cobertura em duas águas bastante inclinadas, cuja *forma-função* diz respeito à neve, mas, ao mesmo tempo, simbolizam mãos postas, elevadas em gesto de oração (FORSEE, 1962).

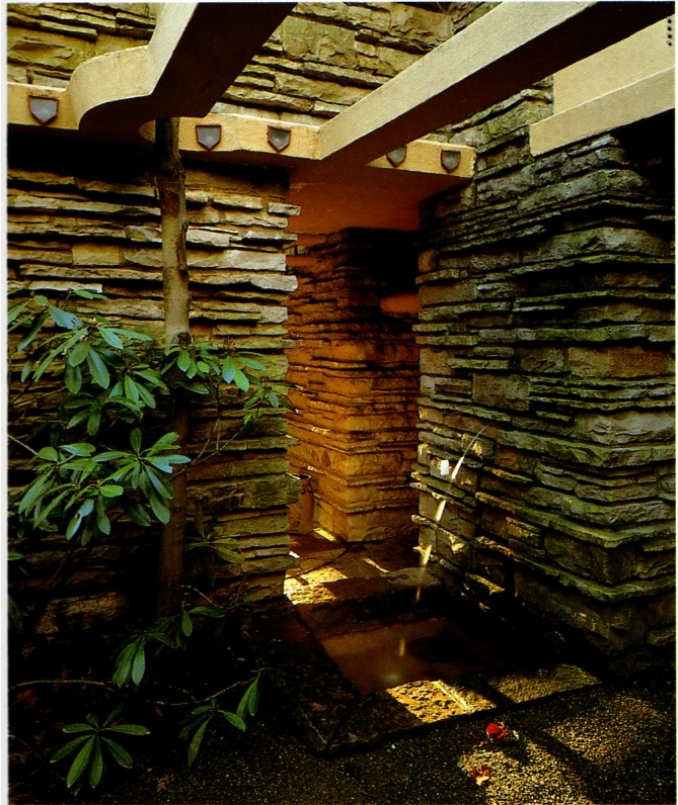


Foto 7. Fallingwater. Fonte: Kaufmann, 1986, 99.

Em Ronchamp, para implantar a Chapelle Notre Dame du Haut, uma capela destinada a romeiros, Le Corbusier seleciona o ponto mais alto do relevo, de onde se avistam os quatro horizontes e desenha caminhos vindos das quatro direções, para simbolizar as *boas vindas* aos peregrinos provenientes dos quatro cantos do mundo (PAULY, 1997).

Oscar Niemeyer, buscava uma solução compacta, que vista de qualquer ângulo, apresentasse externamente a mesma pureza de formas, para a Catedral de Brasília (PETIT, 1995, 221).

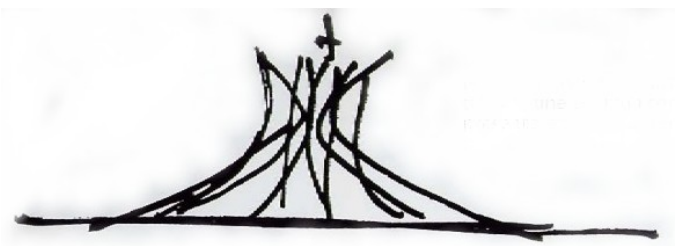


Fig. 5. Esboço para a Catedral de Brasília.

Fonte: Petit, 1995, 221.

De todas as imagens internadas por sua mente, Niemeyer seleciona uma que contém as precisas qualidades que ele buscava. Compacta, simples e que, vista de qualquer ângulo, apresenta a mesma pureza de formas. Ao mesmo tempo, apesar de ser um patrimônio da humanidade, algum dos mais imediatos beneficiários de sua obra (JOHNSON, 1994, 134), pode selecionar e internar a imagem de mãos elevadas sustentando uma pequena bandeja circular.



Foto 8: Catedral de Brasília. Fonte: www.geocities.com

Este símbolo, na liturgia da Santa Missa, representa para um católico, o momento em que o sacerdote oferece a Deus *"o pão, que recebemos da Vossa Bondade, fruto da terra e do trabalho do homem"*. Assim, ainda que sem essa intenção, a mente brilhante de Oscar Niemeyer, um homem que tem vivido toda uma história pessoal de luta e preocupação com o *ser humano*, em especial com o *mais humilde*, com o *trabalhador* desprotegido e explorado, pode ter selecionado exatamente o momento em que o fruto mais *humilde* e mais *universal* do *trabalho do homem* é oferecido ao seu *Criador*, talvez o gesto mais importante para a fé católica, como o símbolo simples e compacto, que apresenta a mesma simplicidade de formas visto de qualquer ângulo, criando uma das mais relevantes obras do século XX e, provavelmente, da história da arquitetura.

A busca da *forma* a partir da *função*, portanto, seja por *contradição adaptada* ou *justaposta* (VENTURI, 1985, 53 e 67), pode continuar sendo, por excelência, um inesgotável gerador de *símbolos autênticos*, daqueles que também afetam diretamente os afazeres, a convivência e a privacidade na vida cotidiana.

Neste sentido, pode ser elucidativo examinar comparativamente duas casas paulistas que apresentam certa similaridade com relação aos seus destinatários, isto é, com relação à camada social a que eles pertencem.

A primeira é uma residência rural paulista típica do ciclo do café, anterior à influência modernista, que privilegia nitidamente a forma em detrimento da função. A segunda, de projeto e construção bem recentes, iniciada em 2003 e habitada a partir de 2005, é um dos exemplares do presente estudo de caso, na qual cada forma, explícita e intencionalmente, deriva de uma função, conforme os depoimentos de seu micro-empendedor.

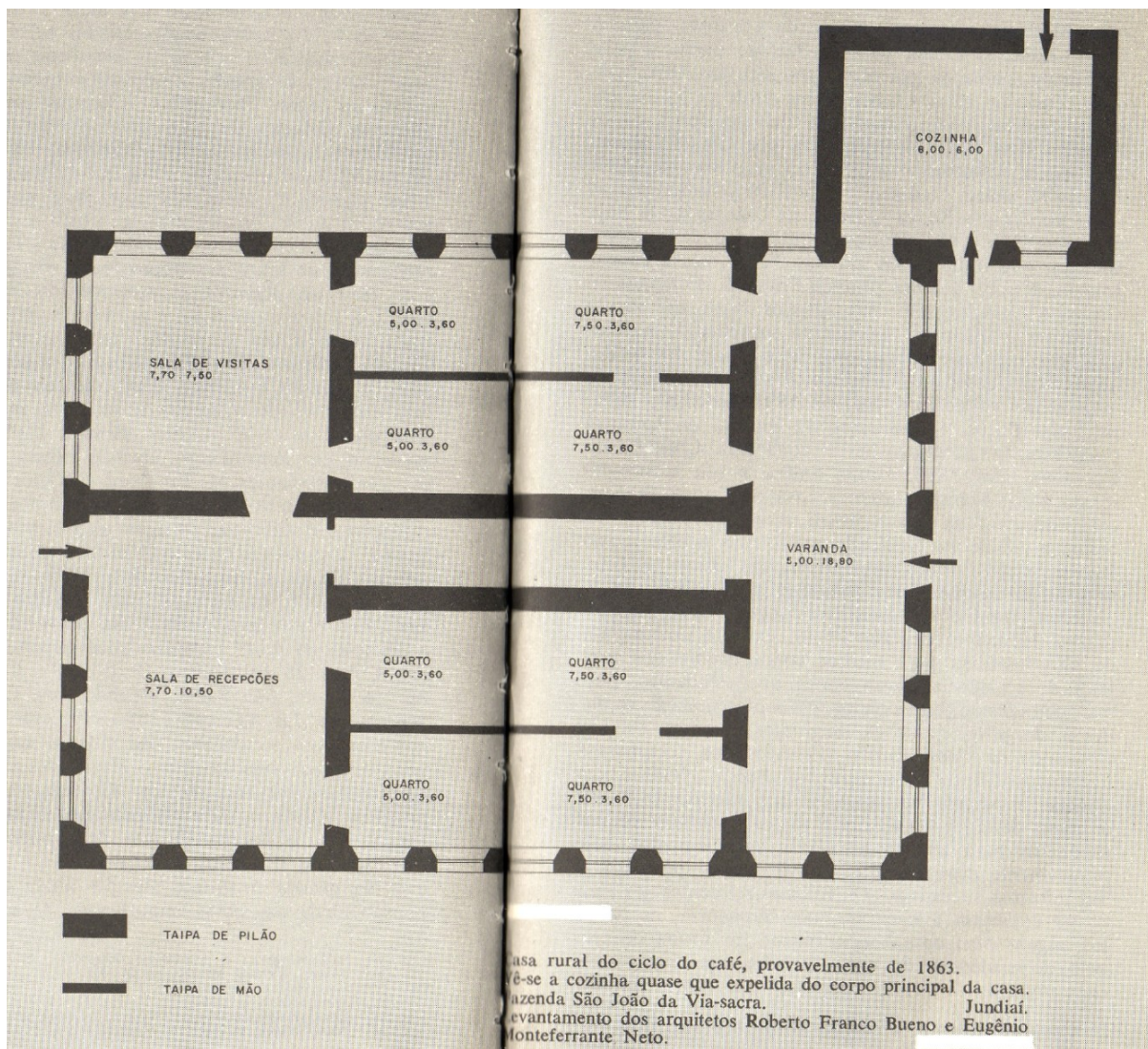


Fig. 6. Planta de residência paulista do século XIX. Fonte: LEMOS, 1978, 126.

A planta de uma residência rural paulista, típica do ciclo do café, durante o império de D. Pedro II, foi escolhida porque "*durante os três primeiros séculos a arquitetura residencial rural paulista sempre prevaleceu em importância sobre aquela urbana*". (LEMOS, 1978, 103)

Evidencia-se neste objeto a primazia da *forma* sobre a *função*. Note-se, inicialmente, que quatro dos oito dormitórios, de grandes dimensões por sinal, nem sequer possuem vãos para iluminação e ventilação naturais.

A casa se divide em três regiões nitidamente definidas. Uma região social praticamente estanque, constituída de sala de visitas e de uma sala de recepções, uma região íntima constituída pelos dormitórios, e apenas uma varanda destinada à convivência familiar, "*o alpendre íntimo, da família*" (LEMOS, 1978, 56). A cozinha resume-se a um apêndice do volume principal da casa, o que parece indicar que as refeições não eram propriamente uma oportunidade de convívio para a família.

A impressão que se tem é que o autor desse projeto desenhou um retângulo com as dimensões necessárias para gerar um volume compatível com a posição social do cliente e, em seguida, distribuiu as acomodações requeridas, da melhor maneira possível.

Note-se que, dos oito dormitórios, quatro só têm acesso através da região social. É possível que algum destes tivessem outros usos, como o escritório do fazendeiro, por exemplo, ou um recinto para guardar os casacos dos convidados. Todavia, o que se pode depreender com certeza, é que a função, o bem estar doméstico, não foi o ponto de partida desse projeto.

A própria localização da cozinha, no extremo oposto ao das salas para visitas e recepções, ligada a elas apenas por um longo corredor central, sem possibilidade de contato visual, bem como a própria amplitude desses ambientes sociais em comparação com o todo, reforçam a impressão de que o principal simbolismo contido nesse objeto, senão o único, é demonstrar a posição na escala social de seu *Senhor-Proprietário*.



Foto 9. Residência paulista do século XIX.
Fonte: LEMOS, 1978, 114.

Da mesma obra de Lemos, tomamos a foto 9, ao lado, de outra residência rural paulista da mesma época, que guarda certa semelhança, apenas com a finalidade de exemplificar graficamente a sua volumetria.

Com relação à outra residência, que é o exemplar 19 do estudo de caso desta pesquisa e cuja planta do pavimento térreo é apresentada a seguir, não parece claro, à primeira vista, que em sua concepção a busca da *função* tenha precedido à elaboração da *forma*.

Todavia, de acordo com o depoimento deste proprietário entrevistado, desde a volumetria, originada por severas limitações do regulamento de uso e ocupação do solo do condomínio em que se situa, cada um dos ambientes foi elaborado a partir da função a que se destinava e, apesar da *forma* ter sempre derivado da *função*, toda a obra está impregnada com motivos simbólicos.

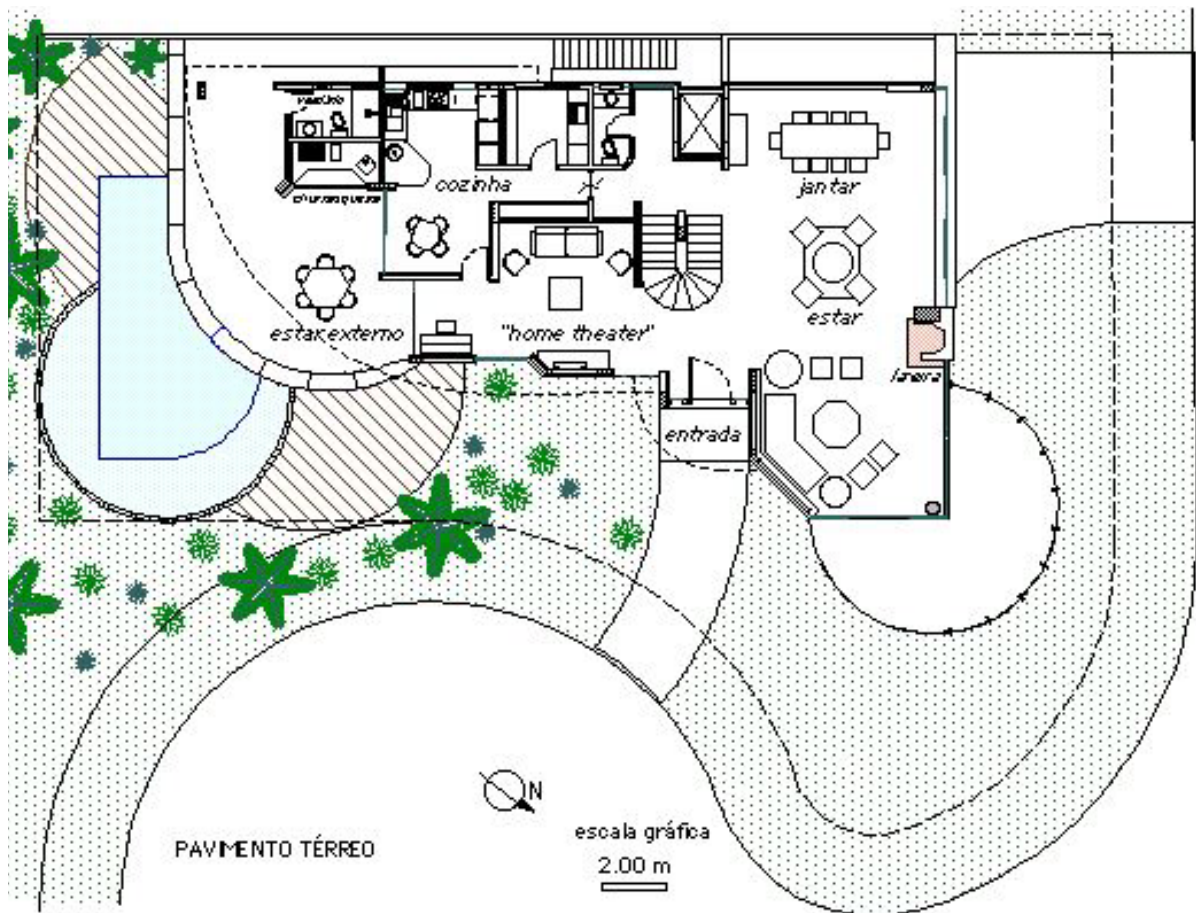


Fig. 7. Pavimento Térreo da Residência 19. 2004. Fonte: Desenho fornecido pelo entrevistado.

O emprego do simbolismo começa pela entrada social, que não conta com um vestíbulo explícito e compartimentado, que é um ambiente quase que obrigatório nas residências de alto padrão contemporâneas. O proprietário explica da seguinte maneira:

19 M: "Gosto que meus amigos se sintam à vontade na minha casa. Quando eles entram, todos os ambientes são visíveis e assim eles sentem que está tudo à sua disposição. A escada faz o papel de limite para a área íntima".

Neste sentido, um pormenor de caráter comportamental-ambiental (BECHTEL, 1987, 11), chamou especialmente a atenção deste pesquisador, nas diversas ocasiões em que foi a esta casa. Ao chegar à portaria do condomínio, um funcionário consulta o morador e, após a sua aprovação é permitida a entrada ao visitante. Percorre-se então um trajeto que leva de 3 ou 4 minutos, em automóvel, até chegar à casa. Em todas as vezes, ainda que esse morador não estivesse esperando à porta, esta já estava entreaberta. Isso dava realmente uma sensação de que ele estivesse querendo dizer: *"vai entrando e fique à vontade; você é bem-vindo"*. Aliás, diante da porta de entrada social, há um capacho com essa inscrição, *seja bem-vindo*, o que representa outro detalhe particularmente simbólico, por se tratar de um capacho despretensioso, quase que até destoante para uma casa que contém diversas obras de *Aldemir Martins e Penacchi*, além de um local destinado especificamente a um piano F. L. Neumann, que está na família desde o século XIX.



Foto 10. Porta de entrada principal. 2005.

Prosseguindo no exame da planta baixa, pode-se verificar que o pavimento térreo forma um conjunto único, sem separações físicas entre os ambientes sociais e os ambientes familiares. A transição entre os ambientes mais formais, à direita da entrada, e os ambientes de estar mais informais, à esquerda, inclusive os externos, se faz de modo gradual. Essa permeabilidade existente em todo o pavimento térreo, inclusive entre o interior e o exterior da casa, além de proposital, é intencionalmente simbólica na visão desse morador.

19M: *"Quando há muita gente aqui, amigos e familiares, as pessoas acabam se reunindo em grupos espalhados nos vários ambientes. Se alguém achar que a conversa de outra roda está mais interessante para ele, ele troca de lugar sem ser muito notado. Não quero que ninguém se aborreça com formalidades aqui em casa",* ele afirma.



Foto 11. Vista da entrada e do estar, desde a sala de jantar.

Muito embora nenhum trecho dessa entrevista permita concluir que tenha havido uma intenção teórica explícita nesse sentido, é interessante notar como o arranjo desses ambientes respeita uma estrutura espacial, tanto *axial* como *convexa*, semelhante às descritas por Hillier (1984, 92) em "The Social Logic of Space". Ainda que este arranjo tenha ocorrido somente por motivações práticas, ou seja, atendendo apenas a quesitos funcionais e simbólicos, é de se destacar que o autor do projeto e o cliente chegam a um resultado que funciona satisfatoriamente, provavelmente por respeitar, mesmo que de maneira inconsciente, àquele conceito teórico. O que leva a pensar que não tenha havido uma preocupação teórica prévia neste sentido, é outro trecho da entrevista deste proprietário: *"veja que coisa curiosa: o fogo e a água (referindo-se à lareira e uma cascata existente na piscina) ficaram nos extremos de uma linha reta, livre, com a escada bem no meio. Eu é que percebi isso, depois de pronto"*.

A própria escada representa um marco, tanto do ponto de vista de justaposição de intenções, *símbolo-forma-função*, quanto no que se refere à tecnologia empregada para a sua execução, como também se depreende do depoimento deste mesmo entrevistado.

"Se a escada era o limite para a parte íntima da casa, que fosse um limite sutil. Eu queria que ela fosse suspensa e muito leve. Tivemos que recorrer a um



concreto de alta tecnologia para fazê-la. Depois, eu acabei não gostando do aspecto do concreto aparente, me pareceu muito frio. Achei que ela devia ser vermelha, não só por ser uma cor mais quente, mas também para ficar descomportada. O 'autor do projeto' ficou pasmo quando eu sugeri. Mas depois, porque ele sempre levava para pensar em casa antes de responder, depois ele concordou e acabou até gostando muito".

Foto 12. O eixo e a escada, vistos da saída para o estar externo em direção à lareira.

De fato, desde o estar mais formal até os ambientes externos, em parte cobertos por uma marquise, e os decks em torno da piscina, passando pelo *hometheater*, a continuidade não é interrompida, ou seja, não há barreiras físicas, nem visuais, tanto entre os ambiente como entre o interior e o exterior.

As portas da cozinha e do *hometheater* para os ambientes de estar externos e para a piscina, propositalmente de vidro temperado do piso ao teto e sem caixilhos, têm apenas a função de abrigar, pois permitem que os pisos e tetos internos se estendam para o exterior.

A cozinha, por sua vez, talvez seja o ambiente que mais apresente aspectos e pormenores de *forma, função e símbolo* justapostos. Note-se na planta baixa, que esta cozinha não faz parte de uma região de serviços e, nem mesmo, de uma região íntima da casa. Como se verá com mais detalhe na análise comparativa das entrevistas, constituinte do capítulo 5, ela *é*, para este morador, um dos seus ambientes sociais, e se destina principalmente ao convívio.



Foto 13. Permeabilidade interior-externo

Fonte: Revista VERO, Março 2006, p. 48.

Neste sentido, considerando que as concepções destas duas casas estão separadas por mais de um século, cumpre lembrar *"que os conceitos de lazer e de conforto, que hoje possuímos, não são bem aqueles do homem rude do planalto ermo e que 'estar' naqueles tempos não tinha muito sentido. O 'estar à toa', o 'ficar à vontade' talvez existisse, mas sempre mesclado a alguma atividade lúdica extra-muros"*(LEMOS, 1978, 59).

É interessante também destacar como Lemos descreve e distingue, logo a seguir, algumas das atividades de lazer à época da concepção do projeto daquela casa rural paulista, apresentado anteriormente.

"E, naquele tempo, necessariamente, temos que distinguir o 'estar' da mulher do 'estar' do homem. (...) E conversa, conversa bastante, contando 'causos', mormente aqueles do 'sertam', envolvendo bugrada brava, feras e ouro escondido nas grupiaras distantes" (Ibidem, ibidem).

Conversa, "causos", bugrada e "sertam". Lemos, até por seu modo fluído de relatar, traz novamente a este pesquisador, a lembrança do *Riobaldo*, sentado num desses alpendres, contando seus deliciosos *causos* desse "mundão infindável que é o sertão" (ROSA, 1986).

Com o passar do século, foi também desaparecendo a segregação *lazer masculino-lazer feminino*, por ser acessória, mas permaneceu a conversa, como se observa pelos incontáveis *happy-hours* e *chats* via Internet, por que a conversa, a convivência, estas fazem parte da essência da natureza humana.

Como salienta Rybczynski, vivemos do outro lado de uma grande divisória tecnológica. Para o cidadão do final do século XIX, a recreação do passado até que ainda poderia parecer plausível, mesmo que rara; a partir de 1920, porém, converteu-se numa excentricidade.

"O conforto não mudou apenas qualitativamente, mas também quantitativamente. A partir de 1920, especialmente nos Estados Unidos (pouco mais tarde na Europa), o conforto na casa deixa de ser privilégio de uma parte da sociedade e passa a estar ao alcance de todos". (RYBCZYNSKI, 1997, 223).

Parece lícito, portanto, *desconfiar* de que a recusa da ornamentação que não seja componente essencial da construção, não exclui nem se contrapõe à necessidade e à validade dos valores simbólicos. Estes, sem dúvida, podem fazer parte das pré-condições materiais que catalisam ou inibem as nossas atividades diárias, a nossa convivência e a nossa privacidade.

Além de poderem se justapor, a própria busca pelo atendimento à função antes da forma, acompanhada pela devida atenção aos símbolos legítimos e a autoprivação de ornamentos agregados, parece estimular a busca por melhores formas, mais pessoais e, portanto, mais autênticas quanto ao seu significado.



Foto 14. Volumetria da residência 19, para a qual a *função* teve a primazia. 2005.

Considerando a atitude moderna como Arango (1989) também sugere, não recebendo modelos fechados, mas também não os impondo, sobram exemplos de obras em que a concepção do projeto, pelo contrário, se inicia claramente a partir de uma *forma* e/ou de um *símbolo*, e que não negligenciam o tratamento dispensado à *função*.

Visar à satisfação dos usuários, buscando entender suas aspirações, parece supor, portanto, um trabalho simultâneo com três variáveis de mesmo grau de importância: a *função*, a *forma* e o *símbolo*.

A constante interação entre estas variáveis durante a fase de criação, independente da primazia, mas buscando, ao mesmo tempo, a minimização dos conflitos *arquiteto-patrão-cliente*, permite revolver experiências internadas e, conseqüentemente, conduzir com mais segurança à satisfação não só dos usuários como também do próprio autor do projeto.

Particularmente representativo e interessante, neste sentido de revolver imagens, há o depoimento da entrevistada 15E, uma jovem senhora, mãe de dois filhos adolescentes à época do projeto, em 1996, tendo toda a família um bom nível de conhecimentos, técnicos e culturais. Depois de relatar com visível satisfação diversos passos relativos à participação de toda a família na elaboração do projeto de sua casa, ela vai buscar e fornece a este pesquisador, apenas para copiar e devolver, um esboço do ante projeto que ela ainda guarda consigo. A cópia é apresentada a seguir, na figura 8.

A entrevistada relata que o autor do projeto, apenas para ilustrar uma possível ocupação dos espaços, utilizou no esboço um piano de meia cauda, colocado no estar principal e de frente para a piscina. No momento da apresentação desse estudo, ela não comentou nada a respeito, mas decidiu retomar aulas e adquirir um piano semelhante para colocar exatamente naquele lugar. Assim que o conseguiu, convidou o autor do projeto para um jantar em sua nova *casa dos sonhos*, apresentou o piano e lhe explicou suas razões.

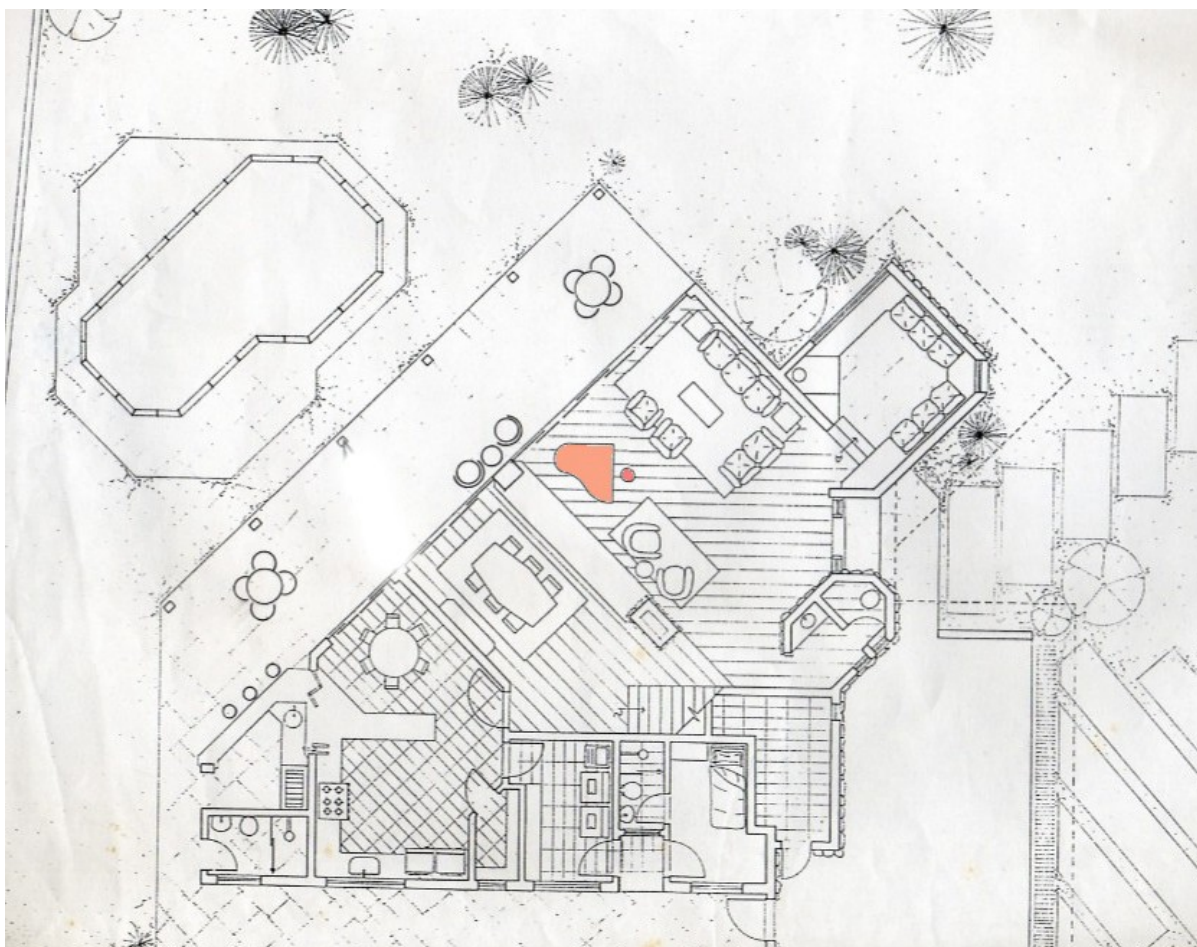


Fig. 8. Esboço do Pavimento Térreo da Residência 15.

Fonte: fornecido pela entrevistada 15E, com autorização do autor. 1996.

Segundo o seu relato, dentre as melhores recordações da sua infância, estão as muitas vezes em que seu pai sentava-se ao piano, ao seu lado, para tocarem em cantarem juntos. De fato, é preciso reconhecer que *“o verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova”* (BACHELARD, 1984, 200).

Ao examinar os projetos atuais para deles obter subsídios para o *inventar*, será importante considerar que, assim como os conceitos de conforto e de lazer do passado não são iguais aos do presente, também começam a se transformar substancialmente aqueles conceitos a que nos acostumamos durante a segunda metade do século XX.

Estamos vivendo numa sociedade pós-industrial, segundo De Masi (1999). Ao final do milênio, ficou claro que já se pode produzir industrialmente qualquer coisa, na quantidade que se desejar. Constata-se também que se empregará cada vez menos mão de obra, tanto para a produção propriamente dita, como também para a administração e a distribuição dessa produção.

Nesta nova era, cada vez menos haverá postos de trabalho ligados à produção de bens materiais, que foi o grande empregador da era industrial, sobretudo ao longo do século XX. Haverá, portanto, cada vez mais *tempo livre* e, por isso, cada vez mais serão desenvolvidas novas oportunidades de ocupação desse tempo livre. As atividades profissionais, por sua vez, mais e mais estarão ligadas aos setores de serviços e de entretenimento e, por isso mesmo, os tempos e os horários a elas dedicados, mais e mais fugirão aos padrões a que estamos habituados.

No universo escolhido para esta pesquisa, por exemplo, observou-se uma empresa da área de tecnologia da informação, isto é, bem representativa das novas áreas de prestação de serviços desta era pós-industrial, que já apresenta algumas dessas novas características do *emprego*, dentre as quais, adota uma ampla flexibilidade para o trabalho de seus funcionários, tanto no que se refere aos tempos e horários de dedicação, como aos próprios espaços onde esse trabalho *pode* ser desenvolvido.

Observou-se que, ao se instalar num novo escritório, essa empresa deixou de contar com uma área de recepção formal. Essa ausência não se deve a escassez de espaço, pois seu novo escritório dispõe de cerca de 1000 m² de área útil e, numa expedita observação visual, percebe-se que os espaços individuais para as estações de trabalho dos funcionários são bastante amplos.

Proposital e simbolicamente, a recepção formal foi substituída por uma área de trabalho destinada aos serviços internos comuns aos diversos setores da empresa e a uma *praça de convivência*, que tem por finalidade proporcionar



momentos de encontro e descontração para os funcionários, *se e quando* estes assim o desejarem, dispondo, inclusive, de máquinas para estes se *auto-servirem* de café, chá ou refrigerantes.

Foto 15. Praça de convívio em lugar de recepção.
Fonte: Revista Decoração e Estilo, 06/2005, p. 66.

Cada funcionário comanda seu próprio tempo e seus compromissos. Desta maneira, resume-se ao mínimo os serviços de secretárias e exclui-se totalmente a função de recepcionistas. Apesar de acompanhar um modelo da matriz nórdica, pois se trata de uma empresa multinacional, o presidente desta empresa, jocosamente, afirma que não precisa de recepcionistas, pois seu escritório é como uma *casa de italianos*, onde todos são bem-vindos e atende à porta quem estiver mais perto na hora que a campainha toca.

A percepção e a compreensão destas profundas transformações das atividades cotidianas que já se encontram em curso, será de suma importância. Novas maneiras de *estar* e novos *usos do lugar*, sejam para trabalho, para lazer ou para repouso, já estão presentes no nosso dia-a-dia. O próprio *estar em casa* vai-se modificando, situando-se mais e mais, também no contexto do trabalho profissional (RICHARDSON; GORDON, 2001, 53), além do repouso e do lazer.

Podendo-se permanecer mais tempo em casa, o *"estar à toa"* tende a ser um conceito cada vez mais em desuso. Novos conceitos como aqueles da conseqüente e necessária *"educação para o ócio"*, de que trata De Masi (2000), na obra *"O Ócio Criativo"*, deverão influenciar mais e mais o pensamento, teórico e prático, de todos aqueles que pretendem se dedicar à tarefa da *criação das pré-condições materiais* para o desenvolvimento das atividades cotidianas, da convivência e da privacidade de seus semelhantes.

Pela própria natureza da arquitetura, pode-se afirmar que a mídia preferencial daqueles que a elegem como profissão é a mídia gráfica. Torna-se perfeitamente compreensível, portanto, a ansiedade por começar a esboçar o *espaço a ser criado*.

Contudo, por maior que seja a preferência do arquiteto pela expressão gráfica, ressalvadas as geniais exceções que confirmam a regra, pode-se afirmar, também, que não é possível fazer boa arquitetura sem uma adequada comunicação verbal, sem uma busca exaustiva pela compreensão das aspirações do cliente, de seu *modus vivendi*, de seus valores e símbolos, como também das circunstâncias específicas e das tendências de sua época. Para criar em arquitetura, segundo Paulo Mendes da Rocha (2006), *não é necessário pensar no diferente*. É preciso, antes de tudo, descobrir e entender *qual é o problema*. Uma vez compreendido o problema, em toda a sua amplitude e abrangência, basta resolvê-lo. Assim é a genuína criação em arquitetura.

"das maneiras de olhar a moradia, o enfoque sociológico é o que deve merecer a nossa melhor atenção de planejadores, por englobar a maior soma de dados ainda não bem interpretados ou compreendidos, além daqueles com certeza ainda desconhecidos e nebulosamente suspeitados". (LEMOS, 1978, 11).

Suspeitar, não estabelecer limites rasos quando se busca compreender a profundidade e a abrangência de uma questão, *desconfiar*, parece ser impossível não associar as semelhanças de atitudes, de postura perante o que para tantos parece óbvio, entre tais autores e Guimarães Rosa. Não importa que muito tenha sido estudado e interpretado nos últimos trinta anos, pois também muito a vida cotidiana vem se transformando nesse período. Se a *Tecnologia da Informação* representará uma barreira maior ou menor do que representou a tecnologia mecânica no início do século XX, somente o tempo, muita *suspeita*, muita reflexão e profundos estudos poderão afirmar.

Além de Rybczynski (1997, 234), que vai ao extremo de sugerir que não se deixe assunto tão importante apenas nas mãos de *especialistas*, na literatura internacional são inúmeros os autores que corroboram essa postura multidisciplinar, inclusive com participação dos usuários nas decisões de projeto, tais como Sommer (2002, 21), Sanoff (1990), Hamdi (1991), Marcus (1997), Coelho; Pedro (1998) e MacDonald (1996) entre tantos.

No Brasil, apesar desses esforços por compreender o usuário terem se intensificado nos últimos anos, destacando-se os trabalhos desenvolvidos pelo NUTAU/USP - Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de Brasília e por FAUs de diversas universidades, pode-se dizer que tais estudos ainda são relativamente restritos se comparados com a experiência internacional (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003). Além de restritos, basicamente, estão muito dirigidos à produção de habitação de interesse social. Já com relação ao que as pessoas preferem, quando têm alguma liberdade para escolher, parece haver ainda muito para ser investigado.

Goldenberg (2002) salienta que se torna difícil estabelecer os limites do que deve ser abordado, já que o universo da pesquisa é uma abstração científica construída em função do tema a ser investigado, não possuindo, portanto, limites intrínsecos ao objeto.

O confinamento da abrangência dos exemplares estudados (YIN, 2001), ou seja, a exclusão das demais variações de ambientes residenciais contemporâneos, também produzidos sob encomenda do usuário final, tais como os apartamentos com *planta livre*, os ambientes reformados ou mesmo aquelas residências individuais, tão disseminadas atualmente nos grandes centros, visa a permitir uma compreensão mais detalhada acerca da complexidade de uma situação concreta a ser estudada (GOLDENBERG, 2002).

Conceitos de estilos de vida e os conseqüentes tipos de comportamento, tais como aqueles estudados por Garcia (2004), apesar de voláteis e mais ligados à área de Marketing, aos *símbolos de status* e à moda vigente, não deixam de ter certa importância para o estudo deste objeto. Não menos importante, pelas implicações entre o *micro* e o *macro*, podem ser algumas das considerações relativas à *Globalização e Urbanização Subdesenvolvida*. (FERREIRA, 2000).

Contudo, dentre tantos aspectos a considerar para a compreensão dos conflitos que se apresentam nas diversas fases da materialização da *Casa dos Sonhos*, objeto desta pesquisa, será de capital importância, ter presente a distinção existente entre os conceitos de *indivíduos contemporâneos* e *indivíduos coetâneos*, segundo Arango (2004) (informação verbal)⁶.

⁶ Conceitos apresentados pela Profa. Silvia Arango, durante a disciplina de Pós-Graduação AUH-848 "Cinco Décadas de Arquitetura: uma Perfectiva Latino-Americana" na FAUUSP, ministrada em 2004, sob responsabilidade do Prof. Dr. Paulo Julio Valentino Bruna.

Contemporâneos são todas aquelas pessoas que vivem num mesmo período da história. Coetâneos são somente aqueles que, além de contemporâneos, têm aproximadamente a mesma idade.

Os coetâneos, por terem nascido e se desenvolvido numa mesma época, terão visões semelhantes do mundo, ou seja, têm a possibilidade de selecionar e internar propriedades similares da realidade que os cerca. Já para os diferentes contemporâneos, tais como avô, pai e filho, as percepções dos mesmos fatos serão substancialmente diferentes.

Embora o exemplo citado em aula pela Profa. Silvia Arango se referisse ao advento da luz elétrica, essa distinção pode ficar ainda mais clara se for observada à luz da popularização da *Tecnologia da Informação* nos dias atuais.

Para o avô, a informática descortina um *mundo novo* no terreno das possibilidades de comunicação, tão *admirável* quanto misterioso e difícil de transitar. Para o pai, cuja iniciação no mundo da tecnologia significou aprender a posicionar corretamente a agulha da *vitrola* no início da faixa do *LP* a ser ouvida, ou a conectar os fios corretos para gravar em *fita cassette* as músicas preferidas de cada *LP*, abre-se um conjunto de novas oportunidades, tanto profissionais como de lazer, cujas possibilidades demandam tempo e uma nova postura de aprendizado para serem medianamente exploradas. Já para o filho, criança, adolescente ou jovem, a tônica do assunto parece ser representada mais pelos transtornos das conexões que *caem* durante as trocas de mensagens com os amigos, pela escassez de "*mega bites*" de memória para instalar os melhores programas ou para fazer os "*down loads*" mais interessantes, ou pelo fato de ter ganhado um *MP3* quando preferia um *iPod*, e assim por diante.

Esse modo diferenciado pelo qual contemporâneos não coetâneos vêm um mesmo fenômeno, tem uma importância capital não apenas no processo de produção dos objetos desta pesquisa, mas também nesta recente maneira de habitar e de viver representada pelo *condomínio residencial fechado*, como se constatou em diversas das entrevistas realizadas.

Além do entrevistado *6M*, citado no capítulo 1, há diversas entrevistas dignas de nota neste aspecto. Por um lado, há um filho pré-adolescente à época do projeto da residência 14, ou seja, o entrevistado *14Fo* segundo o critério adotado nesta pesquisa, hoje casado e com uma filha de um ano, que relata ter escolhido continuar morando em Alphaville por que deseja dar à sua filha as mesmas condições de liberdade e de segurança que teve na sua juventude. Sua mãe, a entrevistada *14E*, que declara desejar voltar a morar no centro urbano, pois em meio a *toda aquela amplitude, sente uma espécie de claustrofobia*. Ela relata que gostaria de sair à calçada e encontrar uma multidão em vez dos jardins bem cuidados e vazios, pois se sente isolada na vida cotidiana, sentimento manifestado também pelas entrevistadas *1E, 8E, 9E, 21E e 27E*.

Por outro lado, há o casal de entrevistados *18M e 18E*, ele um executivo à época do projeto, hoje aposentado, e ela uma dona de casa com bom nível cultural e algumas atividades filantrópicas. Depois que os filhos se casaram e preferiram mudar-se de Alphaville, a casa em que moraram por muitos anos tornou-se grande para ambos. Decidiram então, construir a sua *casa dos sonhos* para uma nova etapa do seu ciclo de vida. Nesta nova residência, a ênfase está na área de lazer para receber os filhos e netos nos fins de semana. Há uma ampla suíte para o casal, duas suítes compactas para hóspedes, amplas salas e uma grande varanda ligada à cozinha e à piscina, como mostra a figura 9, a seguir.

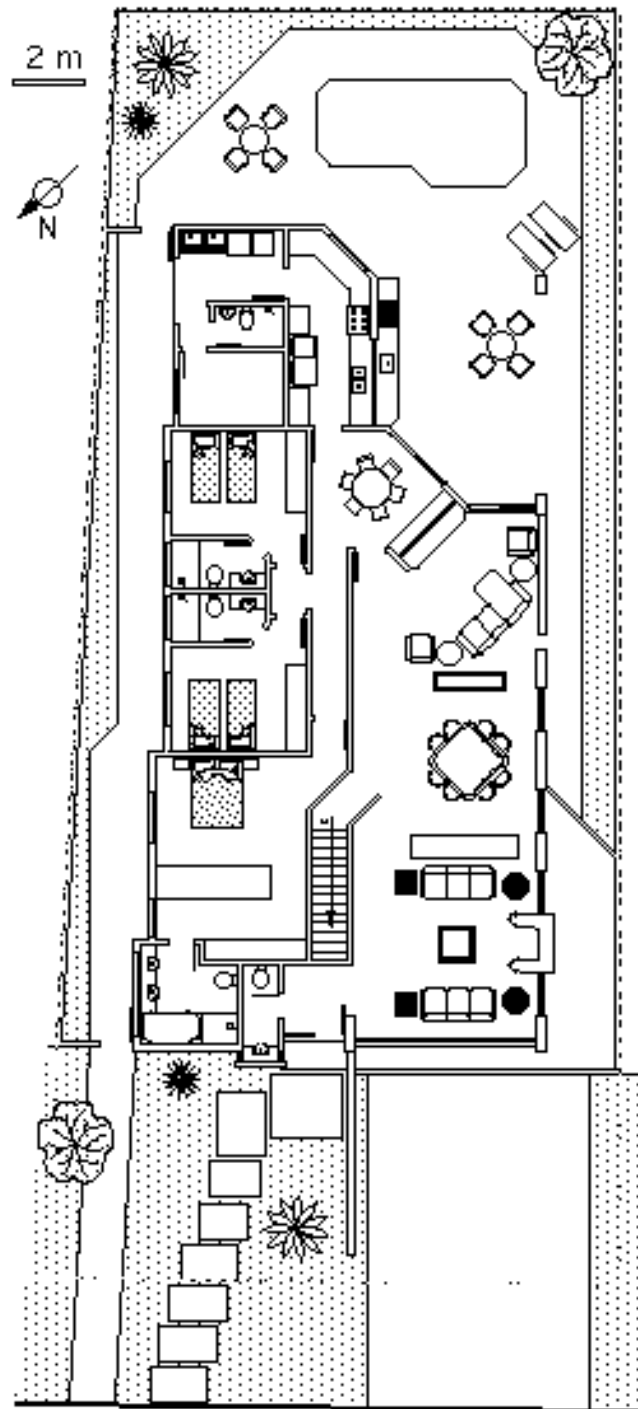


Fig. 9. Residência 18, *idealizada, planejada e empreendida* para novo ciclo de vida. 2001.
Fonte: fornecido pelos entrevistados, com autorização do autor.

Para uma família em seu ciclo inicial de vida, no entanto, com certeza esses espaços não seriam adequados, ou seja, dificilmente este projeto consistiria na sua *casa dos sonhos*.

A *Casa dos Sonhos* que aqui se investiga, portanto, nem poderia ser uma casa dos sonhos de consumo do momento, fundamentada apenas em tecnologia e materiais sofisticados. É uma casa que começa a ser idealizada antes mesmo da família vislumbrar a viabilidade econômico-financeira de produzir seu próprio ambiente construído. Tal idealização se origina com aquele processamento subconsciente das insatisfações acumuladas com os ambientes disponíveis, mencionados no capítulo 1.

Projetar uma residência considerando as insatisfações de todos os seus beneficiários, isto é, de "*cada um que receba os benefícios do serviço, do talento de projetar ou das inspirações de um arquiteto*" (JOHNSON, 1994, 134), neste caso, de cada integrante de uma determinada família, tanto do ponto de vista de indivíduos *contemporâneos* como de *coetâneos*, supõe harmonizar interesses conflitantes. Itens que são necessários e/ou satisfatórios para um deles, freqüentemente podem ser menos do que razoáveis para os demais.

Administrar esses conflitos ao elaborar uma distribuição espacial pode se assemelhar à montagem de um grande *quebra-cabeças*, com a particularidade de que suas peças são flexíveis, dentro de certos limites e regras. Os limites seriam as dimensões razoáveis para a função de cada ambiente. As regras seriam as imposições relativas à salubridade e ao conforto, tais como ventilação e iluminação naturais, insolação, circulação e integração entre outras.

Todavia, administrar tais conflitos visando à satisfação dos beneficiários da *invenção do espaço criado* (KATZ, 1994), ou seja, *repensar* o programa do cliente, considerando anseios e símbolos legítimos, e *repensar o já inventado*, para melhor atender às aspirações dos beneficiários, significa bem mais do que montar um *quebra-cabeças*, por maior que seja a sua complexidade gráfica.

Relacionar o programa de necessidades da família e elaborar um arranjo espacial adequado não é a parte mais difícil nem mais importante do trabalho. Mais complexa e delicada será a tarefa de identificar e administrar os conflitos de relacionamento e de interesses intervenientes nesse processo.

Pode-se afirmar que, "*dentre as diversas estruturas de poder que excedem a sua esfera de atuação profissional*" (JOHNSON, 1994, 113), pelo menos para a casa dos sonhos, o autor do projeto se depara com conflitos *cliente-patrão-arquiteto*, que assumem pelo menos duas vertentes distintas, que podem agir simultaneamente. Dentre os diversos sentidos descritos por Johnson (1994, 120), aqui são assumidos os mais vigentes atualmente, ou seja, *cliente* como sendo o consumidor dos serviços do arquiteto e *patrão* como aquele que detém poder nas tomadas de decisão.

A primeira vertente é aquela que se refere a *quem comanda* a definição do projeto, o autor ou o cliente, que pode pender intermitentemente, ora para um e ora para o outro lado, já bastante analisada inclusive de um ponto de vista técnico como, por exemplo, por Melhado (2005). A segunda vertente, que poderia ser chamada de *vertente familiar*, neste tipo de empreendimento, seria aquela que se refere a *quem detém* o controle sobre as aspirações e as necessidades, dentro de uma dada *família-cliente*.

É mais freqüente, nesta segunda vertente, o arquiteto se deparar com um *pai-patrão*. Esse *pai-patrão* é uma espécie de ser onisciente acerca das reais necessidades e aspirações dos integrantes da família. Com autoritarismo, não com autoridade responsável, ele define por todos quais são as *reais* necessidades e as aspirações *autênticas* de cada um.

Muitas vezes impõe aos filhos *benefícios* que ele gostaria de ter possuído na sua infância ou na sua juventude, sem se dar conta de que hoje eles podem nada mais significar. Outras tantas vezes, impõe à esposa *benefícios* para uma mulher por ele imaginada ou idealizada, sem prestar a devida atenção à individualidade da pessoa com que convive. E na somatória das *muitas* com as *outras tantas vezes*, lamenta-se por trabalhar incansavelmente para dar o melhor para sua família e esta nunca se mostrar satisfeita.

Contudo, não é raro o arquiteto defrontar-se com uma *mãe-patrão*, cujo instinto de super-proteção, por exemplo, a faz supor que seus filhos se encontram numa fase de maturidade inferior à que eles realmente estão, impondo-lhes *benefícios* que já não lhes interessam, ou dispensando ao marido tratamento recíproco ao descrito no parágrafo anterior.

O conflito mais difícil de administrar nesta vertente familiar, no entanto, pode ser aquele imposto pela *criança/adolescente-patrão*. E este, por vezes, é o mais irracional e impiedoso dos patrões.

Para conduzir a bom termo a empreitada, e se entende por bom termo o maior grau possível de satisfação de todos os beneficiários nela envolvidos, o autor do projeto terá que se valer de ferramentas multidisciplinares.

Em primeiro lugar o arquiteto precisa identificar se há na *família-cliente* um *patrão*, **quem** é ele e **qual** o grau de influência que ele impõe. Esta situação sugere novamente o termo *ingenuidade* para quem acreditar que tal identificação seja simples ou fácil.

Tratando de tais influências num âmbito mais amplo, Hillier e Hanson (1984, 83) destacam que somente nos casos mais simples se pode esperar que essas forças e esses geradores sejam pequenos e uniformes o suficiente para permitir seu reconhecimento instantâneo.

As imposições do *chefe* nem sempre se apresentam de forma direta. Muitas vezes a imposição ocorre de maneira dissimulada, na forma de oposição ilógica e impassível perante qualquer argumentação. Algumas vezes apresentam-se com maior e outras com menor sutileza, mas quase sempre impregnada com toda a força de vetos implacáveis.

Uma vez detectado e identificado o *patrão*, se pretende realizar os *sonhos da família-cliente*, o autor do projeto terá que recorrer também a fundamentos de sociologia, de psicologia e de política, tanto para defender os interesses dos demais beneficiários em relação ao *patrão*, como também para os defender de si mesmo, caso o arquiteto esteja buscando atender às aspirações do cliente e não apenas impor as suas próprias convicções.

Existe uma ética das convicções e uma ética das responsabilidades, segundo o sociólogo Max Weber (CARDOSO, 2006, 99). A ética das convicções é como que o pano de fundo dos valores sobre o qual deve ser praticada a ética da responsabilidade, que significa uma movimentação pragmática que visa ao convencimento dos adversários e à consecução de objetivos.

O arquiteto, tanto neste relacionamento *família-autor do projeto* como em qualquer outro, em primeiro lugar, não pode renunciar à sua condição de ser o profissional que conhece a *arte de prover as pré-condições materiais do conviver*, acima do coabitar, permitindo-se fazer o que lhe tentam impor.

Por outro lado, as suas convicções devem permanecer como um pano de fundo para interpretação dos anseios legítimos de cada integrante do grupo e para a busca, não apenas das melhores soluções de arranjo espacial, mas também, talvez principalmente, para conduzir às soluções consensuais o jogo político dos interesses pessoais dentro da *família-cliente*.

De toda forma, desvendar as relações internas de poder e de influência dentro do grupo pode se configurar na parte mais complexa e mais importante da questão, pois segundo Hillier e Hanson (1984, 198), o espaço pode conter o significado de como uma sociedade é constituída e como ela é compreendida por seus membros. Personificando, ou materializando, essa inteligibilidade nas formas espaciais, os indivíduos criam uma realidade experimental na qual eles podem reconhecer uma descrição, ou uma representação de determinadas dimensões da sua sociedade, bem como estabelecer o seu papel e a sua posição dentro dela.

O conhecimento de tais relações de poder e de influência dentro de um exemplar pode não ser significativo para tratar de outros exemplares. Como também, o conhecimento de dois, três ou trinta diferentes casos não pode ser generalizado, já que estes não significam uma *amostragem* (YIN, 2001). Porém, conhecer as mais diversas variações sobre o tema e tê-las em conta durante o exercício da comunicação verbal, pode facilitar e, em certos casos, até viabilizar as interações *arquiteto-cliente*.

Um exemplo significativo de eventuais conseqüências da falta desses entendimentos se encontra no relato do entrevistado *Z1M*. Vinte anos depois da construção, o morador entrevistado continua muito satisfeito com sua casa e também com o trabalho do arquiteto autor do projeto.

Depreende-se de sua narrativa que o relacionamento *arquiteto-cliente*, durante o desenrolar da obra, foi bastante agradável, ainda que ambos se tenham revezado por diversas vezes no exercício do cargo de *patrão*. Duas situações, no entanto, se mostraram particularmente marcantes, pelo contraste de atitudes e por suas conseqüências.

A primeira refere-se ao caso de uma locação errônea de dois pilares, que ocasionou uma lareira irremediavelmente bem mais estreita do que o normal, que é o volume verde claro mostrado na foto 16, a seguir. Esta situação, que poderia ter representado um sério motivo de atrito entre ambos, ironicamente é contada pelo proprietário entrevistado como evento pitoresco, que ele considera bem resolvido. Já na segunda situação, uma mudança da mobília de um dos ambientes de estar, onde se vê o sofá azul na mesma foto, por vontade da *família-cliente*, fez o arquiteto romper unilateralmente as suas relações com o cliente, a poucas semanas da conclusão da obra. Ao ouvir a gravação, pelo tom de pesar, percebe-se que o cliente ainda lamenta bastante essa ruptura, ocorrida há mais de vinte



anos. E lamenta-se não pela perda da prestação de serviço, posto que a obra, já no final, estava totalmente definida e terminou bem, mas sim pela perda de um relacionamento que se havia transformado em real amizade.

Foto 16. Sala de estar da residência 21. 2006.

Pode-se depreender, tanto desta como de diversas outras entrevistas, por um lado, que o relacionamento entre o *cliente* e o *arquiteto*, no caso de projetos residenciais de médio ou alto padrão, pode, e costuma, gerar fortes laços de amizade. Por outro lado, constata-se também que a intolerância associada aos inevitáveis conflitos *cliente-patrão-arquiteto* pode destruir mesmo os mais fortes desses laços de amizade.

A experiência com relação ao exercício dessas percepções continuará sendo útil ao arquiteto, por similaridade, quando chegar o momento de administrar os eventuais, mas não raros, conflitos oriundos das interações *autor do projeto-calculista da estrutura*. Posteriormente, virão as interações *autor do projeto-construtor*, depois, eventualmente, *autor do projeto-paisagista*, *autor do projeto-decorador*, entre outras tantas. Afinal, não há outro profissional mais qualificado para coordenar o processo de produção do objeto deste estudo do que o próprio autor do projeto. Como também não há outro profissional com formação mais adequada para ter a visão de conjunto e coordenar a produção de qualquer ambiente construído do que o arquiteto.

Para tanto, além de ter em mente a relevante sugestão de Lawrence (1986), que recomenda o envolvimento das pessoas afetadas no processo de mudança, motivando a sua ativa participação, como medida mais eficiente para superar as eventuais resistências, o autor do projeto também deve manter um sólido acervo de conhecimentos técnicos. É importante que se mantenha atualizado com relação a meios, métodos e materiais, inclusive para poder distinguir os que são constituintes do edifício e que, por isso, conduzem a um melhor resultado quando definidos em projeto, tais como estrutura, caixilharia e cobertura, entre outros, daqueles que, apesar de importantes, são apenas acessórios.

Capítulo 3

Condomínio Residencial Fechado

"Uma habitação deveria ser o centro do universo para as pessoas que a partilham. As aldeias de que todos gostamos ofereciam aos seus habitantes cinco benefícios: segurança, privacidade, sociabilidade, justiça e um local ligado à memória, mas as novas aldeias não podem simplesmente duplicar as antigas. Devemos aprender a desenvolver limites (para promover segurança), centros (para promover sociabilidade), organização (para promover uma ordem claramente perceptível, racionalidade e privacidade) e ícones e ornamento (para induzir ligações à nossa cultura). Temos, ainda, que desenvolver a energia e o desenvolvimento necessários para aplicar em grandes conjuntos urbanos aquela qualidade que conseguimos assegurar isoladamente, ou em pequenos grupos; o que é naturalmente muito difícil". (MOORE; ALLEN; LYNDON, 1976, grifo nosso).

A escolha da localização da moradia, como já se salientou no primeiro capítulo, além de ser influenciada pelos anseios e pelas aspirações relativas a espaço e a mobilidade (ECHENIQUE, 2001, 29), também visa ao simbolismo de partilhar estilos de vida semelhantes, ou seja, de sentir-se parte de um grupo social homogêneo (RUDLIN; FALK, 2001, 108).



Fig. 10. Siena, cidade medieval da Toscana, Itália, apontada como o arquétipo de cidade compacta, na obra "Building the 21st. Century Home". (RUDLIN; FALK. 1999, 12 e 13).

A segurança não chega a ser um *fator de forte influência* para essa escolha da localização, porque muito antes disso, ela é um *direito* e um *dever* individual do ser humano. Todas as cartas magnas de países civilizados, bem como o próprio Código de Direito Romano, de onde quase todas essas cartas se originam, não só garantem o direito como também impõem o dever de defesa da própria integridade, acima até mesmo da defesa de seus entes mais queridos.

O espaço, o verde e o ar puro só passaram a ser oferecidos como *bens desejáveis*, com as cidades jardim, por volta do século XVIII, depois de se conseguir certo controle sobre os riscos dos espaços abertos e silvestres. Até então, quem tinha algum grau de liberdade de escolha, habitava e realizava todas as suas atividades do dia-a-dia nas cidades e aldeias, *intra-muros*.

Os cuidados com a segurança pessoal e da família sempre representaram *elemento condicionante* da escolha da localização da moradia porque, com certeza, a defesa da própria integridade corresponde a um dos mais inerentes instintos da natureza humana, que é o de preservação da auto-sobrevivência.

A própria mobilidade da localização das moradias das famílias situadas nas classes economicamente mais favorecidas, ao longo dos tempos, se presta a mostrar o quanto esses fatores, objetivos e subjetivos, influenciam as escolhas relativas à *casa dos sonhos*.

"Durante os três primeiros séculos a arquitetura residencial rural paulista sempre prevaleceu em importância sobre aquela urbana por razões compreensíveis, pois todo o tempo a classe dominante habitou fora dos perímetros dos rocios das vilas modestas. Os homens bons somente vinham às cidades nas ocasiões das festas e para as vereanças periódicas. Na verdade pouco apreço tinham aos centros urbanos". (LEMOS, 1978, 103)

Focalizando as necessidades e as aspirações, os anseios e os símbolos, enfim, os desejos e os sonhos, em busca de motivações, é interessante observar, em conjunto, diversos pontos dessa obra de Lemos, "Cozinha, etc.", que representa um profundo estudo da residência paulista.

Os homens de bem pouco vinham à cidade, muito provavelmente, porque "*as reuniões à volta dos balcões de cachaça, em redor das mesas de jogos de dominó e cartas*" (Ibidem, ibidem, 19), representavam um passa tempo de gente simples do povo, não um lazer respeitável de homens importantes. Ao mesmo tempo, não havia uma distinção clara entre o tempo livre e a atividade profissional, como hoje, pelo menos no que diz respeito a São Paulo, e, também, "*necessariamente, temos que distinguir o 'estar' da mulher do 'estar' do homem. (...) Havia a segregação mouro das mulheres*" (Ibidem, ibidem, 59).

Até meados do século XIX, "*São Paulo ainda não conhecera as residências senhoriais tão comuns na Corte e freqüentes já no tempo da vinda da família real [...]; não conhecera os magníficos solares como os baianos do Recôncavo e nem mesmo os casarões mineiros*". (Ibidem, ibidem, 111).

Assim, o que determinava o *ir e vir de sua família, a sua convivência e a sua privacidade*, eram as necessidades do *senhor-da-casa*, isto é, do proprietário da fazenda. Interessava a este *senhor*, permanecer o menor tempo possível longe de sua propriedade. Não é difícil perceber *quem* decidia e *quais as aspirações* que importavam para a escolha da localização da casa da família.

"*Foi o café que deu novas feições às cidades*" (Ibidem, ibidem, 105) deste estado e da Capital (PORTO, 1992), (ROLNIK, 1990), (MARTINS, 1980).

Mas essa nova feição da Capital não se deve apenas à riqueza gerada com a cultura do café. Diversos fatores conjugados propiciaram o aproveitamento dessa riqueza para uma transformação substancial no cotidiano dos paulistanos.

Pode-se afirmar que em apenas um século (REIS FILHO, 1994, 16), (MARTINS, 1980), (AQUINO, 1990), os habitantes da Capital passaram de uma *"vida modorrenta, num ambiente acanhado e pobre de casinhas modestas"* (LEMOS, 1978, 104), para um estilo de vida internacional, compatível com o estilo de vida dos principais centros urbanos dos países desenvolvidos, transformando-se num dos ambientes mais cosmopolitas de todo o planeta.

Apenas a riqueza gerada pelo café não explicaria tais transformações. Outras cidades deste mesmo Estado, mais diretamente ligadas a essa cultura, acompanharam normalmente o seu ciclo, passando por enriquecimento, esplendor, estagnação e decadência.

Quando se menciona a era dos Barões do Café em São Paulo, mais interessante do que associá-la à imagem de ricos fazendeiros deste Estado, produtores de café, apenas transferindo suas residências para a Capital, seria considerá-la intimamente ligada àquela que, no âmbito internacional, foi chamada de *A Era dos Barões* (CHERNOW, 1990).

Nessa época, o crescimento das estradas de ferro e da indústria pesada exigiam recursos muito maiores do que os disponíveis individualmente, mesmo para as famílias mais ricas. A necessária formação de companhias para reunião de capital, pressupunha o aval de um grande banqueiro que assegurava aos investidores a solidez de uma empresa até então inexistente e, portanto, desconhecida. Face à importância que tais banqueiros adquiriram, passaram a ser chamados, e até mesmo a se portarem como verdadeiros barões, a quem os clientes *deveriam prestar vassalagem*.

Ainda que "a primeira indústria digna deste nome instalada no Brasil: a *Fundição e Estaleiro da Ponta de Areia*" (CALDEIRA, 1995, 189), tenha sido instalada em Niterói, no Rio de Janeiro, é em São Paulo que vai vingar essa nova mentalidade, essa nova visão do mundo dos negócios.

E, muito embora, a primeira estrada de ferro brasileira também tenha sido construída no Rio de Janeiro (Ibidem, ibidem, 245), é a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, empreendida em São Paulo, por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, com o aval do mais importante banqueiro do mundo à época, o Barão Lionel de Rothschild (Ibidem, ibidem, 32), que vai possibilitar a *partida da locomotiva do progresso*, no país. "Foi com a inauguração da estrada de ferro, que ligava Jundiaí a Santos, em 1867, que o progresso começou a marcar a nossa sociedade e a nossa civilização material". (LEMOS, 1978, 111)

O incremento do comércio internacional, a facilitação dos transportes (PORTO, 1992), (LANGENBUCH 1971), principalmente de bens manufaturados importados, o advento da presença do imigrante com conhecimentos técnicos (ROLNIK, 1990), (SALGADO, 2000, 91), coincidindo com as novas possibilidades de instrução para os filhos, inclusive, ou **sobretudo**, "as escolas para meninas, favorecem a rápida disseminação daquele progresso, visível antes de tudo nas novas casas urbanas" (LEMOS, 1978, 111).

Pode-se depreender das entrelinhas desta afirmação de Lemos, que as transformações na esfera urbana, além de estarem sempre associadas às mudanças nas esferas econômico-produtivas (MEYER, 2000, 5), também estão associadas às transformações nas estruturas de poder, tanto nas *macro* como nas *micro* estruturas, dentre as quais se situam aquelas que mais dizem respeito a esta pesquisa, ou seja, as *estruturas de poder* dentro do âmbito familiar.

A questão parece simples de se imaginar. Um filho que, por exemplo, faz um curso superior na Faculdade de Direito no Largo de São Francisco, não se submeterá às imposições do pai, tão pacificamente quanto um filho que passa toda a sua infância e juventude no campo, tendo como única perspectiva de futuro, a de assumir os negócios familiares quando o pai assim o permitir ou determinar. E o mesmo se pode dizer, talvez até com mais propriedade, das *meninas* que principiam a receber instrução em escolas de origem européia, sobretudo nas de formação francesa onde, por exemplo, se familiarizam com conceitos de *liberdade, igualdade e fraternidade*. Assim, não se transforma apenas o *ir e vir da família*, mas também crescem, em gênero e grau, os anseios e as aspirações de seus membros, bem como se intensificam os desejos individuais de manifestar e de fazer valer os próprios sentimentos, fazendo alterar-se o equilíbrio das tensões dentro do grupo familiar.

Pode-se afirmar, no entanto, que tais transformações ocorrem apenas num plano formal dos anseios pessoais. A essência da individualidade, com certeza, já existia antes, aguardando apenas por condições favoráveis para se manifestar.

"Com as estradas de ferro, os fazendeiros de café, acostumados a morar nas suas propriedades, ou nas cidades pequenas das redondezas, podiam agora gozar de uma vida mais confortável e mais animada na Capital, continuando em estreito contato com suas fazendas". (MORSE, 1970, 233)

A facilitação da maneira de *ir e vir* proporcionada pelo trem de ferro, com certeza não foi o que criou a vontade de gozar de uma vida mais confortável e mais animada. Apenas lhe permitiu aflorar. Como também não criou, mas apenas despertou anseios por estilos de vida diferentes, por relações sociais novas e, também, por atividades profissionais diversificadas.

"Como moradores da cidade possuidores de riqueza, prestígio social e instrução de nível superior, muitos deles ingressam em atividades econômicas urbanas - como diretores de estradas de ferro, pioneiros da indústria, banqueiros, etc. - ou em profissões com que estavam familiarizados desde os tempos de estudantes, tais como as lides forenses, a política ou jornalismo".
(Ibidem, ibidem).

É lícito, portanto, depreender-se a relevância dos sentimentos individuais, tanto no processo de produção desta pequena *célula* representada pela *casa dos sonhos da família*, como também na produção de todo um complexo *organismo* (SOUZA, 1994, 24), como por exemplo, a transformação desse pequeno povoado na mais importante megacidade do hemisfério sul (CASTELLS, 2000). E se torna interessante traçar um perfil comparativo com o panorama internacional, focalizando as motivações, objetivas e subjetivas, dos deslocamentos desse tipo de moradia, do âmbito rural para o urbano e, depois, em direção ao suburbano, significativamente em direção aos chamados *condomínios residenciais fechados*.

Face ao expressivo volume de residências unifamiliares de alto e médio padrão construídas em loteamentos que seguem tal formato, bem como a influência que passaram a exercer em todo o quadro das transformações urbanas, tanto na região metropolitana de São Paulo (SALGADO, 2000), como em todo o país (VILLAÇA, 2001, 28), nas três últimas décadas, examinar o contexto dessa recente forma de habitar, a partir das percepções de seus usuários, auxiliará a compreensão da influência dos anseios e das aspirações pessoais, bem como das simbologias individuais intervenientes na realização desses *micro-empresendimentos*. Auxiliará a compreensão da relevância dos fatores subjetivos que impregnam o processo de idealização, planejamento e materialização da *Casa dos Sonhos* que algumas famílias se decidem a produzir.

Condomínio Residencial Fechado, como já se salientou, é uma denominação cunhada por agentes do mercado imobiliário, amplamente utilizada em peças publicitárias, mas que ainda não tem personalidade jurídica perante a legislação brasileira vigente.

Um condomínio residencial significa, legalmente, um conjunto multifamiliar de imóveis residenciais, cuja propriedade do terreno, tanto das áreas privativas como das áreas comuns, é adquirida e compartilhada pelos condôminos por meio de frações ideais do todo. Quando o bem comercializado significa um terreno individual, ainda que pertencente a um conjunto, isto é, a uma gleba subdividida em lotes e provida de vias de acesso, independente do grau de infra-estrutura previamente instalada, então se trata de um loteamento (SALGADO, 2000). O formato do *Condomínio Residencial Fechado* em questão, no entanto, de um ponto de vista factual, não se enquadra adequadamente em nenhuma dessas duas formas jurídicas.

O produto adquirido num desses *condomínios* resume-se à propriedade de um lote individual, sem a propriedade das áreas comuns. As suas áreas comuns não são compartilhadas em forma de fração ideal, e nem sequer são propriedade dos proprietários dos lotes. Trataria-se, portanto, de um loteamento.

Contudo, ao se adquirir um desses lotes, assume-se compulsoriamente a obrigação de contribuir com uma taxa condominial destinada à manutenção e à segurança das áreas comuns. Não é como nos loteamentos tradicionais, que eventualmente contam com uma *sociedade de amigos de bairro*, que cuida das benfeitorias e dos interesses comuns aos seus moradores. No *condomínio residencial fechado*, o compromisso é contratual e a adesão à sociedade de moradores que o administra e mantém as suas áreas comuns é obrigatória.

Além de comuns, no entanto, essas áreas legalmente são públicas. O acesso a elas, no entanto, só é permitido aos moradores, aos seus convidados e aos seus funcionários. Ao mesmo tempo, apesar de públicas, quem arca com a segurança, a manutenção e as benfeitorias das áreas comuns e das vias de acesso internas, é a sociedade de moradores e não o poder público, pelo menos no que diz respeito aos residenciais situados no complexo de *Alphaville*. Como se pode ver, sua inadequação legal é ampla. Enquanto propriedade, são simples loteamentos. Do ponto de vista funcional, isto é, sob a ótica do dia-a-dia do usuário, funcionam como condomínios.

Na prática, pode-se afirmar que um *Condomínio Residencial Fechado* é representado por uma porção de terra dividida em lotes residenciais, cercada por altos muros de todos os lados e ligada ao restante do continente, ou seja, do meio urbano ou suburbano que o contém, por uma portaria dotada de controle de entrada e saída de pessoas.

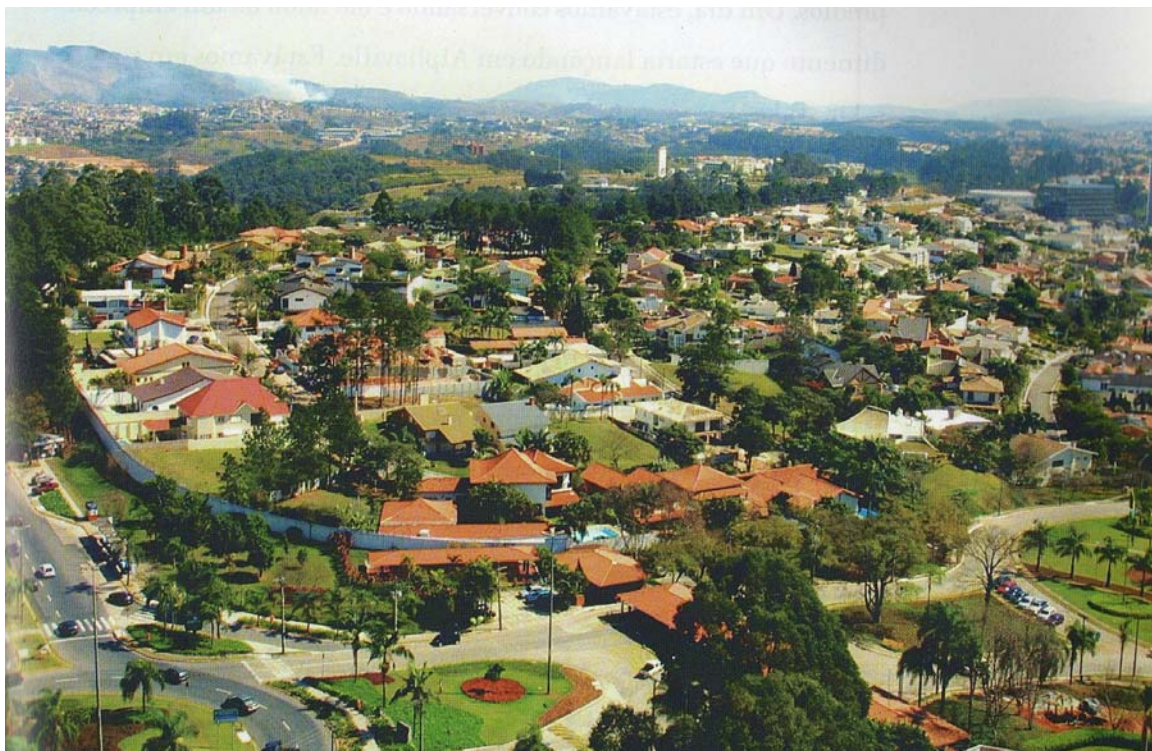


Foto 17. Alphaville Residencial 1. Fonte: SACCHI, 2003, 163.

É evidente a sua descendência em linha direta dos movimentos de fuga das cidades em direção aos subúrbios, cujas origens remontam ao século XIX (RUDLIN; FALK. 1999, 30). Como também é clara sua inspiração no modelo do urbanismo racionalista,

"desenvolvido essencialmente após a Segunda Guerra Mundial, com a reconstrução das cidades européias e com a realização de novos bairros residenciais na periferia das grandes aglomerações urbanas. [...] A idéia de zoneamento impulsionada pelo Movimento Moderno tinha uma lógica intrínseca: a exploração e o controle de cada área da cidade é mais fácil se esta é formada por zonas monofuncionais" (MONTANER, 2001, 28).

Com relação ao traçado orgânico de suas vias internas, bem como no que se refere aos seus regulamentos e normas de uso e ocupação do solo, também é evidente a sua inspiração nos conceitos das *cidades jardim*, amplamente utilizados no desenvolvimento dos principais bairros destinados às classes de altas rendas da Capital Paulista (REIS FILHO, 1994).

Exigências contratuais tais como o uso estritamente residencial, uma única residência por lote, baixas taxas de ocupação e aproveitamento do lote, recuos de frente, laterais e de fundos, no máximo dois pavimentos a partir do nível da rua e eventual edícula com apenas um pavimento, são algumas das semelhanças mais marcantes.

Contudo, os loteamentos residenciais que seguem o modelo de Alphaville apresentam algumas diferenças fundamentais em relação aos modelos que vinham sendo aplicados, isto é, diferenças que são conceituais, caracterizando-o como um modelo inédito no país.

Examinando, por exemplo, os bairros desenvolvidos na Cidade de São Paulo pela Cia. City, isto é, pela "City of São Paulo Improvements to Freehold Land, Company Limited, sociedade anônima, com sede em Londres, Inglaterra e filial nesta Capital", tais como Jardim América, Jardim Europa, Alto de Pinheiros e City Lapa, situados em regiões periféricas, afastadas do centro à época de sua implantação, percebe-se que sua malha viária estava preparada para se integrar à malha urbana num futuro mais ou menos remoto.



Foto 18. Bairro Alto de Pinheiros em 1950.

Fonte: Arquitetura & Construção, abril/2003, 133.



Fig 11. Mapa do bairro Alto de Pinheiros. Fonte: Arquitetura e Construção, abril/2003, 133.

Inclusive a Chácara Flora, um loteamento residencial fechado incrustado na Zona Sul da Capital, citada como um dos embriões dos *condomínios horizontais fechados*, apesar de originalmente ser um loteamento de chácaras de lazer implantado em 1919 na zona rural do então Município de Santo Amaro, possui vias internas que chegaram a se integrar à malha urbana. Seus muros e portões só foram fechados no início da década de 1970.

As ruas internas de um *condomínio residencial fechado*, pelo contrário, nunca se integrarão à malha urbana do município a que pertencem. Como se pode verificar na figura a seguir, essas ruas começam e terminam dentro do loteamento, tendo como única finalidade, ligar cada residência à portaria, único ponto de comunicação com o meio urbano exterior.

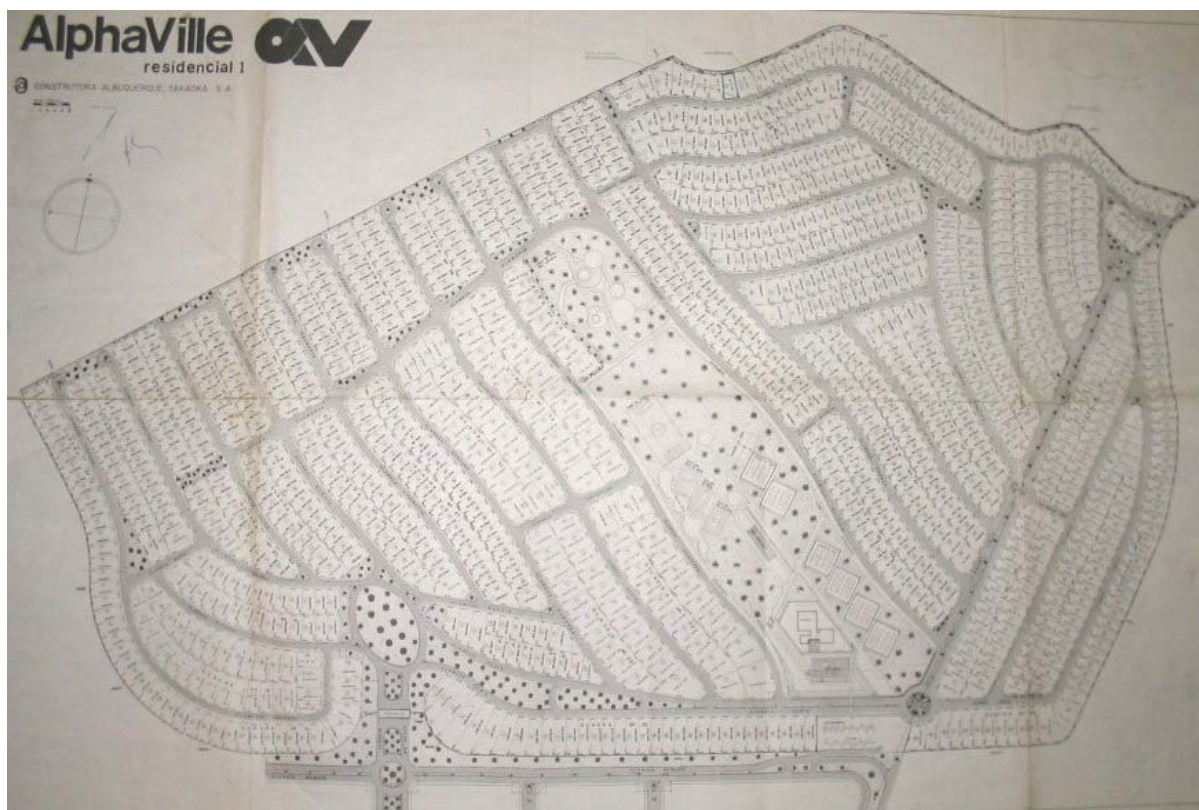


Fig. 12. Mapa do Alphaville Residencial 1. Fonte: Construtora Albuquerque, Takaoka. S.d.

Cada um dos residenciais da região de Alphaville, incluindo os residenciais de Tamboré, Melville, do Conde, Gênesis e mesmo Aldeia da Serra, entre outros, funciona como um bairro estanque e exclusivamente residencial. As ligações tanto entre os residenciais, bem como com áreas de serviços de apoio, comerciais e empresariais são feitas apenas por avenidas externas aos muros.



Fig. 13. Residenciais da Região de Alphaville, 2003. Fonte: www.takaoka.eng.br

O complexo empresarial, residencial e comercial de *Alphaville* como um todo, bem como cada um de seus *condomínios*, portanto, podem ser enquadrados no conceito de *cluster*, apresentado em 1956, no X CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), segundo Alison e Peter Smithson (MONTANER, 2001), que significa todo modelo particular de associação espacial alternativo, em substituição aos conceitos estabelecidos de subdivisão da comunidade em cidades, bairros, ruas, quadras e casa.

O Complexo *Robin Hood Gardens* (1969-1975), em particular, obra dos Smithson em área periférica de Londres, com seus blocos voltados para um espaço interior livre e com as fachadas externas mais fechadas para a rua e para o entorno, mostram nítida semelhança de intenções em relação aos *condomínios residências fechados* estudados neste trabalho.

Essa estanqueidade não é meramente formal, mas sim um dos fundamentos da estratégia de segurança que se constituiu num dos principais quesitos do ideário desse "*conceito Alphaville de morar, que conciliava a tranqüilidade interiorana de áreas distantes dos centros urbanos, com a comodidade de serviços de apoio*". (ZANETTINI, 2003, 119).

Contudo, apesar de a *segurança*, pública ou privada, não ser um aspecto central desta pesquisa, ela é um dos cinco benefícios que as aldeias ofereciam aos seus habitantes, como foi ressaltado no início deste capítulo, e é, sem dúvida, um condicionante central na escolha da localização da moradia. Pretende-se, sem emitir juízos de valores acerca dos resultados obtidos, salientar as diferenças conceituais destes novos arranjos espaciais que, além de estarem sendo reproduzidos por todo o país, vêm transmitindo sua influência até mesmo para as mais tradicionais formas de habitar, dentro do próprio centro urbano.

"O conceito de loteamento fechado que espalhou-se pelos arredores de inúmeros centros urbanos das grandes e médias cidades, praticamente teve em Alphaville o seu nascedouro e a fonte inspiradora que norteou o seu desenho urbanístico e arquitetônico". (ZANETTINI, 2003, 119, grifo nosso).

"O 'Loteamento Residencial Fechado', longe de representar fenômeno isolado, coloca-se como um novo padrão urbano de moradia destinado às camadas de renda mais altas da população, típico da época mais recente e que faz parte de uma série de outras transformações urbanas estruturais". (SALGADO, 2000, 1, grifo nosso).

O surgimento deste modelo de loteamento residencial ocorreu em meados da década de 1970, com um complexo, inicialmente industrial, depois empresarial e, finalmente, também residencial e comercial, implantado no município de Barueri, uma região periférica da Capital paulista.

Consolidou-se durante as duas décadas seguintes e passou a exercer influência dentro da área urbana de São Paulo, culminando com a entrada em vigor, em 1994, da *Lei de Vilas*, que passou a permitir a implantação de empreendimentos residenciais multi-familiares horizontais em zonas de uso de baixa densidade populacional, à época denominadas Z1 e Z2.

Embora esse uso do solo também fosse permitido em zonas de alta densidade populacional, não representava um tipo de ocupação rentável para incorporadores, pois as Taxas de Ocupação e Coeficientes de Aproveitamento estabelecidos para as então Z3 e Z4 favoreciam a verticalização, proporcionando maior área construída computável por unidade de área de terreno.

Segundo dados da EMBRAESP, Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio do Estado de São Paulo, publicados em *O Estado de S. Paulo* de 17/11/2005, p. C3, o incremento do volume de construção de *condomínios residenciais horizontais fechados urbanos* de alto padrão, isto é, imóveis em *vilas* com valor individual acima de R\$ 2 milhões, é praticamente exponencial.

Neste mesmo período ocorre fenômeno semelhante nos Estados Unidos da América. Segundo Richardson e Gordon (2001,53), a literatura se refere a um *renascimento rural* na década de 1970, a um novo *reflorescimento urbano* na década de 1980 e a um *ricochete rural (Rural rebound)* nos anos 1990. Essa renascença rural, no entanto, não ocorreu no âmbito rural, mas principalmente nas proximidades de áreas metropolitanas.

Se há uma relação de influência ou mera coincidência, entre o panorama norte-americano e o brasileiro, não é do escopo deste trabalho aprofundar. Pretende-se, como já foi salientado, apenas citar semelhanças e diferenças entre o que ocorreu em São Paulo e o panorama internacional à mesma época.

Pode-se afirmar que a influência dessa modalidade de condomínio fechado suburbano sobre o meio intra-urbano não começou, mas sim, culminou com a aprovação da *Lei de Vilas*. Ainda ao final da década de 1980, tal influência já se fazia sentir com a implantação de um *condomínio residencial horizontal fechado urbano*, de alto padrão, chamado *Fortezza di Ferrara*, em pleno Jardim América, à Rua Ana Helena de Salles Gusmão. Por ser implantado em zona de uso Z1, antes da vigência da *Lei de Vilas*, suas casas foram submetidas à Aprovação, receberam Alvará de Construção e, posteriormente, Auto de Conclusão da Prefeitura Municipal como imóveis independentes.



Fig. 14. Perspectiva artística que foi empregada nas peças promocionais do Condomínio Fechado Fortezza di Ferrara, 1987. Fonte: foto do original, existente na Construtora Paulo Mauro.

Neste condomínio, embora o incorporador, a Construtora Paulo Mauro, fornecesse os projetos completos para as doze casas que o constituem, cada adquirente tinha liberdade para modificar, ou mesmo para fazer um novo projeto, inteiramente de acordo com as suas aspirações e necessidades. Cada família, dentro dos limites físicos e financeiros do contrato, ou custeando as diferenças de orçamento, podia encomendar a *casa dos seus sonhos*.

Com relação ao município de Barueri, onde se situaram os primeiros residenciais *Alphaville*, Salgado (2000, 162) cita a Lei Municipal nº 1101 de 20/04/1999, que “dispõe sobre a concessão de direito real de uso dos bens públicos do município incrustados em loteamentos residenciais”, e a Lei Municipal nº 1132 de 21/10/99, que visa a conceder “espaços que integram vias públicas que sirvam exclusivamente de acesso aos loteamentos residenciais, necessários à instalação de equipamentos de controle de entrada e saída de pessoas e veículos”.

Para o município de Cotia, que também contém expressiva quantidade desses *condomínios residenciais fechados*, Salgado (Ibidem, ibidem.) cita as Leis Municipais nº 694 de 08/12/94 e nº 742 de 21/09/95, que autorizam o Poder Executivo a criar "bolsões residenciais".

Sem pretender entrar no mérito da questão em si, é importante ressaltar que tais leis visam a adequar legalmente os *condomínios residenciais horizontais fechados* mas, ao contrário do que parece lógico, visam a adequar a legislação a um fato consumado e não o fato à lei. Observando-se suas datas de início de vigência, inclusive a da *Lei de Vilas* do município de São Paulo, de 1994, constata-se que todas elas são posteriores à consolidação dessa maneira de habitar.

Mudando-se a forma de observar, isto é, se em vez de encarar o *loteamento residencial fechado como um novo padrão de moradia destinado às camadas de renda mais alta da população*, buscar-se considerá-lo como uma opção de morar feita por aqueles *que tinham alguma liberdade de escolha*, pode-se afirmar, realmente, que a influência do modelo dos *Residenciais Alphaville* sobre os demais meios urbanos e suburbanos do país, não se inicia, mas culmina com a busca pela adequação jurídica de um fenômeno que também responde, ainda que em parte, a anseios e a preocupações cidadãs e pré-existentes em todas as camadas sociais.

A aspiração por mais espaço e melhor qualidade de vida doméstica, a princípio, e também por segurança pessoal e familiar posteriormente, a partir de meados da década de 1980, parecem ser de fato as principais motivações de tais transformações urbanas.

As estatísticas mais instantâneas e, por isso, mais recentes e atualizadas sobre o mercado imobiliário dão mais ênfase aos imóveis de alto ou médio padrão comercializados na Capital de São Paulo. Porém, uma leitura dos anúncios de

imóveis, em qualquer mídia impressa, permite que se constate que estas vilas, ou seja, os *condomínios residenciais fechados, horizontais e urbanos*, estão sendo produzidos em diversos bairros, para os mais variados segmentos de renda familiar.

Fig. 15. Anúncio de residência popular em condomínio fechado
Fonte: Jornal da Tarde, 2005, C3.

Além da amplitude com relação ao poder aquisitivo, tal formato vem sendo adotado, inclusive, como solução para o segundo imóvel da família, destinado ao lazer, para férias e fins de semana.

Fig. 16. Folheto promocional de venda de casa de praia de médio padrão em condomínio fechado, distribuído no Guarujá, São Paulo, 2005.

A questão da localização da moradia em geral, e mais particularmente da residência de alto ou médio padrão, no âmbito internacional, é no mínimo secular. A partir da revolução industrial, declarou-se que o afastamento entre o local de trabalho e a residência era o ideal a ser atingido. Separar as *áreas de habitar* das *áreas de produzir*, bem como fugir da promiscuidade e da insalubridade dos grandes aglomerados, isto é, criar bairros residenciais saudáveis, afastados das chaminés das fábricas e dos riscos de contágio das pestes, físicas ou morais, teve seu primeiro movimento, provavelmente, com Chapman, em Londres, já na segunda metade do século XVIII (RUDLIN; FALK, 1999, 15).

Esta mesma preocupação com salubridade e higiene se manifesta em São Paulo, ao final do século XIX, já na criação dos primeiros bairros destinados às famílias mais abastadas, tais como Campos Elíseos e Higienópolis (MORSE, 1970), (ROLNIK, 1997).

Estes bairros foram implantados em regiões mais altas, afastadas das várzeas, que por serem áreas mais insalubres e, portanto, menos valorizadas, haviam sido utilizadas para a instalação das ferrovias, que, por sua vez, haviam gerado atividades produtivas e comerciais (LANGENBUCH, 1971).

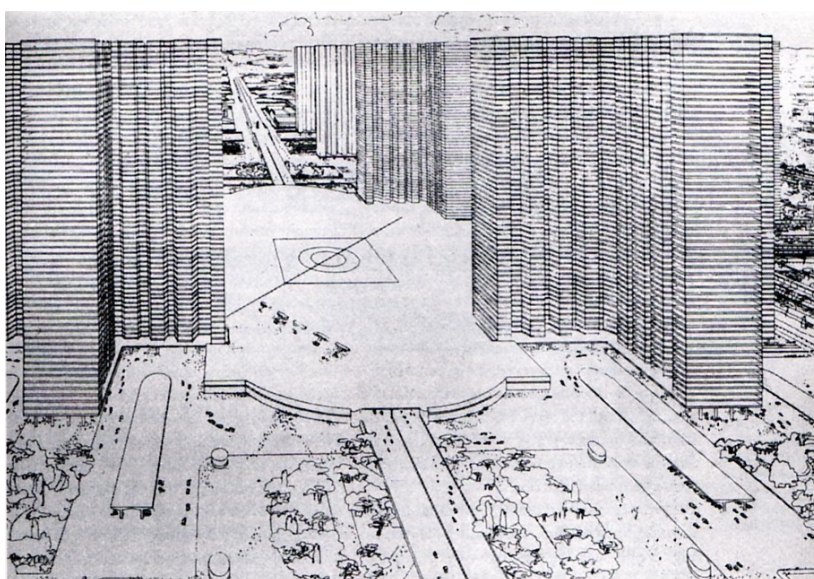
Pode-se perceber que, ao lado dos aparentemente inalienáveis desejos de ostentar e segregar, estavam presentes de maneira fundamental, os anseios legítimos por uma vida mais saudável. Como também estavam presentes as aspirações, talvez menos importantes, mas não menos legítimas, por um cotidiano mais confortável, mais agradável e, mesmo, mais bonito, proporcionadas pela peculiar propriedade que tornam as edificações diferentes dos demais artefatos, isto é, a complexa relação entre a sua utilidade e o seu significado social (HILLIER; HANSON, 1984, 1).

O debate internacional acerca da localização da moradia prossegue intenso ao longo de todo o século XX, e amplo tanto no tempo como no espaço (ECHENIQUE; SAINT. 2001). Inicialmente, com a popularização do automóvel, ou seja, com a facilitação do transporte individual, a dispersão passou a ser defendida por ampla gama de planejadores.

Onde se lê a *facilitação do transporte individual*, todavia, pode-se também entrever um anseio pessoal legítimo por maior independência em relação aos horários e caminhos impostos por outros meios de transporte.

Na outra pista dessa mesma via, isto é, na corrente que seguia em direção ao adensamento, ao desenvolvimento de arranjos espaciais intensivos, Le Corbusier, por exemplo, também parece ter levado em consideração esse anseio por livre arbítrio em relação à ocupação do tempo.

Sua utopia de futuro, *La Ville Radieuse* da década de 1930, parece pretender reunir e dispor todas as vicissitudes do dia-a-dia ao alcance da vista e



das mãos. No mínimo, ao alcance dos pedestres, com a autonomia de um caminhar ou de breves viagens por elevadores e escadas ou esteiras rolantes, independentes de horários pré-fixados.

Fig. 17. La Ville Radieuse. Fonte: ECHENIQUE; SAINT. 2001.

E o debate também se desenvolve globalmente na variável espaço, independente do sistema político-econômico adotado. Na obra "Cities for the new millennium", Catherine Cooke salienta que:

"Para um grupo preocupado com analisar as propriedades funcionais de arranjos espaciais nas construções, o modelo de zastroika (desenho de desenvolvimento) era crucial para o futuro dos padrões de vida e das cidades Soviéticas. 'Desenvolvimento extensivo ou intensivo?' era a questão..." (COOKE. 2001, 168)

O debate a que este texto se refere ocorria na década de 1920, na União Soviética dirigida por Lenin, entre dois dos mais importantes grupos de planejadores à época. Era um debate público que visava a definir os rumos para atender à meta de prover moradia para todos os cidadãos soviéticos.

Nikolai Markovnikov, era o principal representante do grupo que propunha arranjos extensivos aos moldes das cidades jardim. Mikail Bashch, integrava o grupo mais jovem, que defendia um desenvolvimento intensivo, apresentando como vantagens a menor ocupação de área, a otimização dos recursos a serem investidos em infra-estrutura e transportes, além de proporcionar uma convivência comunitária mais intensa.

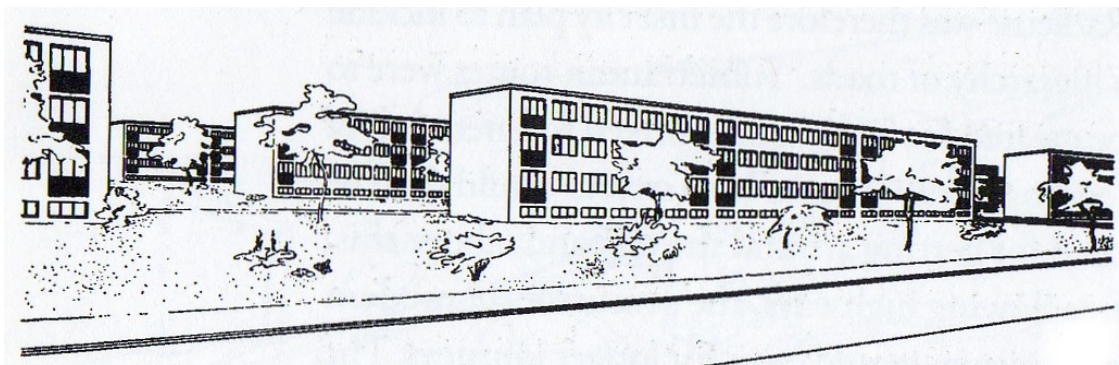


Fig. 18. Modelo Bauhaus de desenvolvimento intensivo. 1930. Fonte: ECHENIQUE; SAINT. 2001.

Para defender a posição de seu grupo, Bashch utiliza-se do projeto de Markovnikov, seu principal oponente, e apresenta um arranjo alternativo para Sokol, comprovando a economia de área utilizada com a ocupação intensiva. No desenho superior da figura 19, que se segue, o hexágono representa a área de convivência e toda a área em branco, à direita, representa a economia de área em relação ao desenho inferior, que representa o projeto original extensivo, de Markovnikov, ou seja, a economia significava quase a metade do todo.

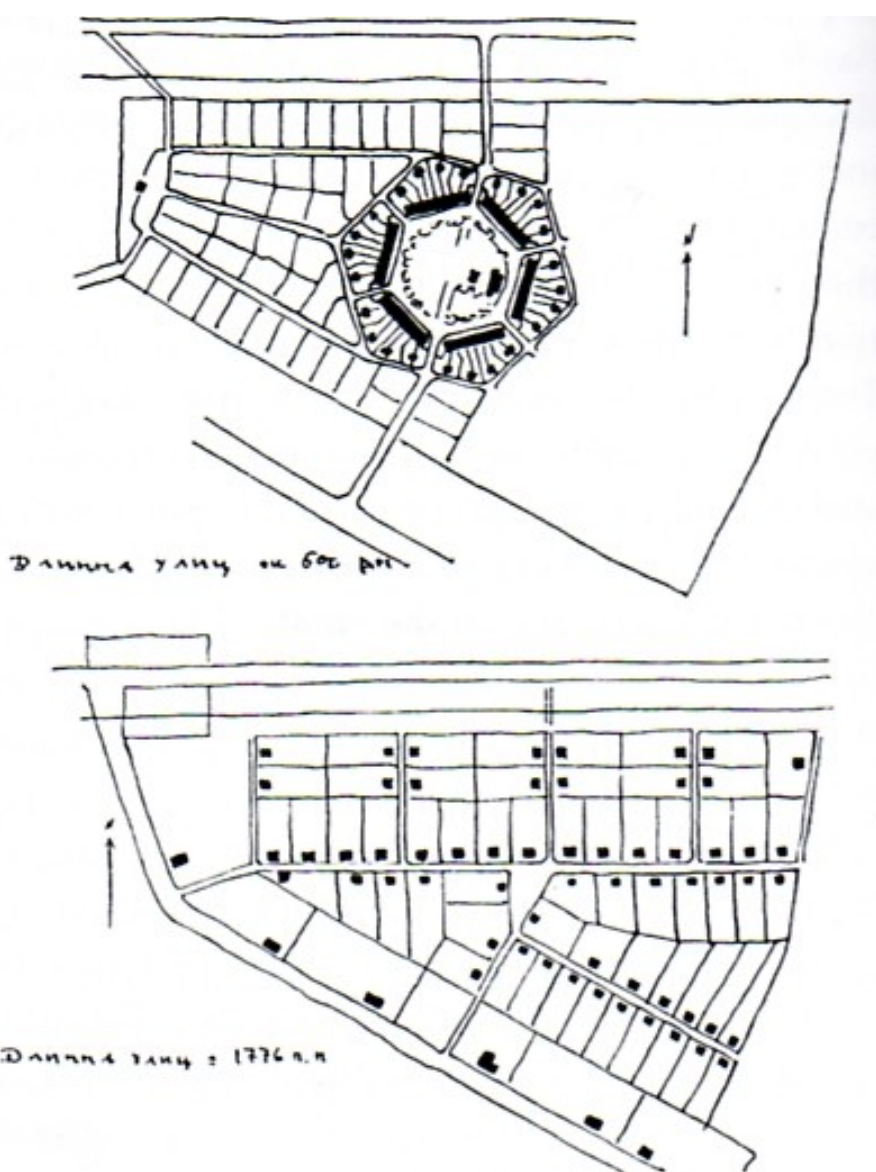


Fig. 19. Comparação de arranjos espaciais, intensivo e extensivo, 1926. Fonte: Cooke. 2001.

As ilustrações que se seguem mostram duas peças publicitárias, que dizem respeito à *casa dos sonhos*, ambas de uma mesma época, a década de 1920. Uma apresenta a *casa dos sonhos* para a família num subúrbio de baixa densidade na Inglaterra. A outra, é a capa da edição de novembro de 1926 do periódico oficial da secção feminina do Partido Comunista de Moscou, apresentando a *casa dos sonhos da mulher Soviética*, em Sokol, o referido subúrbio jardim de Moscou.

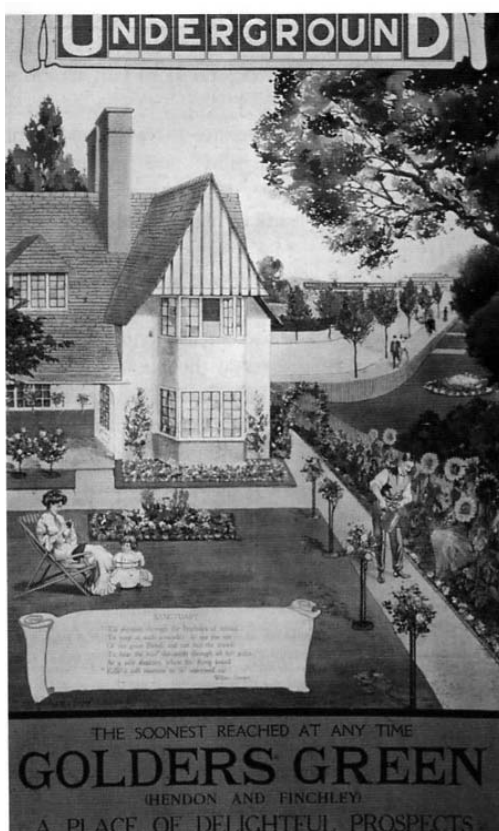


Fig. 20. Pôster ilustrativo promocional de *Casa dos Sonhos*, Inglaterra, década de 1920.
Fonte: ECHENIQUE, 2001, 34.



Fig. 21. Capa de periódico oficial do Partido, mostrando a *Casa dos Sonhos* soviética.
Fonte: COOKE, 2001, 167.

Vistas em conjunto, as imagens são bastante eloquentes. Apesar das diferenças de atitudes e de postura entre as mulheres das duas ilustrações, a semelhança entre os objetos de seus sonhos de lar é inegável. Não importa se o modelo escolhido por Markovnikov, autor do projeto, seja uma *English-style cottage*, pois não estaria sendo proposto se não encontrasse eco nos anseios subjetivos da mulher soviética da época.

No que se refere mais diretamente ao objeto deste estudo, pode-se destacar que os anseios individuais legítimos parecem aflorar em necessidades e aspirações semelhantes, independentes da geografia, da classe social ou do sistema de governo.

"Por trás da diversidade desconcertante dos feitos que se oferecem à observação empírica podem ser encontradas algumas propriedades invariantes diferentemente combinadas" (Lévi-Strauss, 1979)

Percorrendo-se as Avenidas Brasil ou Rebouças, num dos bairros destinados às classes de renda elevada da Capital paulista, desenvolvido segundo o conceito extensivo das cidades jardim, pela Cia. City (REIS FILHO, 1994), ainda se encontram exemplares também semelhantes a estes, construídos ao final da primeira metade do século XX.

Neste caso, com muita razão, pode-se associar tal semelhança à moda, a qual não faria parte do rol dos símbolos genuínos (PEIRCE, 1995, 28). Contudo, considerando-se que estas casas foram construídas num momento em que se



processava a já referida cosmopolitização dos estilos de vida na Capital, nada seria mais natural do que se buscar entre os modelos internacionais, aqueles que mais se adequavam às aspirações dos que as construíram.

Foto 19. Casa à Av. Brasil, em São Paulo, Capital. 2006.

Retornando ao debate "*desenvolvimento extensivo ou intensivo?*" (COOKE, 2001, 168), além da infindável demanda por mais espaço e por mais instalação de infra-estrutura, além de maior consumo de combustíveis e de mais tempo de percurso gasto em congestionamentos, mais recentemente tem-se apontado a dispersão e o crescimento dos subúrbios como causas do surgimento da clássica forma das cidades anglo-americanas, com um centro decadente rodeado por prósperos subúrbios (RUDLIN; FALK, 1999, 19). E apontam Paris como um exemplo a ser considerado para o planejamento da moradia para o século XXI.

Como uma boa lição a ser estudada pelo governo britânico ao final do milênio, Rudlin e Falk salientam que, o grande sucesso do Imperador Napoleão, em manter a vitalidade de Paris, reside não no controle da suburbanização, mas em tornar a residência urbana financeiramente mais atrativa, canalizando recursos do Banco Nacional para seu financiamento. E acrescentam:

"É como que um choque cultural visitar uma rua movimentada em Paris, cheia de lojas e cafés". (RUDLIN; FALK, 1999, 22)

É, no mínimo, muito curiosa a sugestão de que um governo democrático deva aprender com um imperador as lições de como dar a devida atenção aos anseios, às aspirações de sua população. Aquele que detinha o poder absoluto é o que busca compreender a essência de símbolos legítimos, para melhor prover e patrocinar a sua livre iniciativa, enquanto posturas aparentemente democráticas não cessam de tentar impor modelos fundamentados em percepções parciais. *"A baixa densidade demográfica é melhor do que a alta, sendo ideal, portanto, afastar-se não apenas do centro urbano, mas também afastarem-se uns dos outros, o que pode ter conduzido muitos dos subúrbios a serem cercados por altos muros e protegidos por portarias"* (RUDLIN; FALK, 1999, 17, grifo nosso).

Não consta que os idealizadores dos *condomínios residenciais fechados* brasileiros fossem particularmente versados em teorias de planejamento urbano. Mas sem dúvida eles perceberam e responderam a anseios, ainda que parciais, da sociedade. Hoje, o complexo empresarial, comercial e residencial de *Alphaville*, na Região Metropolitana de São Paulo, abriga uma população flutuante que se aproxima dos duzentos mil habitantes, contando com muito mais serviços disponíveis do que a maioria das médias cidades do país.

Quanto ao seu entorno, o município de Barueri, que há trinta resumia-se a pouco mais do que uma *cidade dormitório de mão de obra* para a Capital (VIVEIROS, 2003, 43), hoje, "*possui a sétima maior arrecadação de receitas do Estado de São Paulo. Pode-se encontrar todos os equipamentos urbanos necessários à boa qualidade de vida dos munícipes*" (SILVA, 2002, Resumo). E, quem está habituado ao atendimento oferecido ao público por outros municípios e precisar ir à Prefeitura de Barueri, para solicitar a aprovação de um projeto, por exemplo, poderá experimentar um choque cultural similar ao descrito por Rudlin e Falk, ao se deparar com muitos funcionários, bem preparados e bem informados, e o que é mais surpreendente para este segmento *no profit* do setor de prestação de serviços, atenciosos e sorridentes.

Porém, caminhando-se à noite em *Alphaville*, pelas áreas *extra-muros*, percebe-se que seu modelo de arranjo espacial tende mais para a clássica forma das cidades anglo-saxônicas, antes descrita, do que para a vitalidade de cidades como Paris ou Madrid.

"Para Denys Lasdun o espaço entre os edifícios é muito mais importante do que os próprios edifícios; este é o espaço urbano e coletivo por excelência e que qualifica a cidade moderna" (MONTANER, 2001, 37).

É possível e até mesmo provável que o principal anseio a que tenham respondido, nesta virada de milênio, refira-se realmente à questão da segurança. Hoje o *condomínio residencial fechado*, além de ocupar grande parte das áreas periféricas da Região Metropolitana de São Paulo, já não se limita nem aos subúrbios das grandes cidades e nem às camadas de mais alta renda, a que se destinavam a princípio (SALGADO, 2000, 106), (VILLAÇA, 2001).

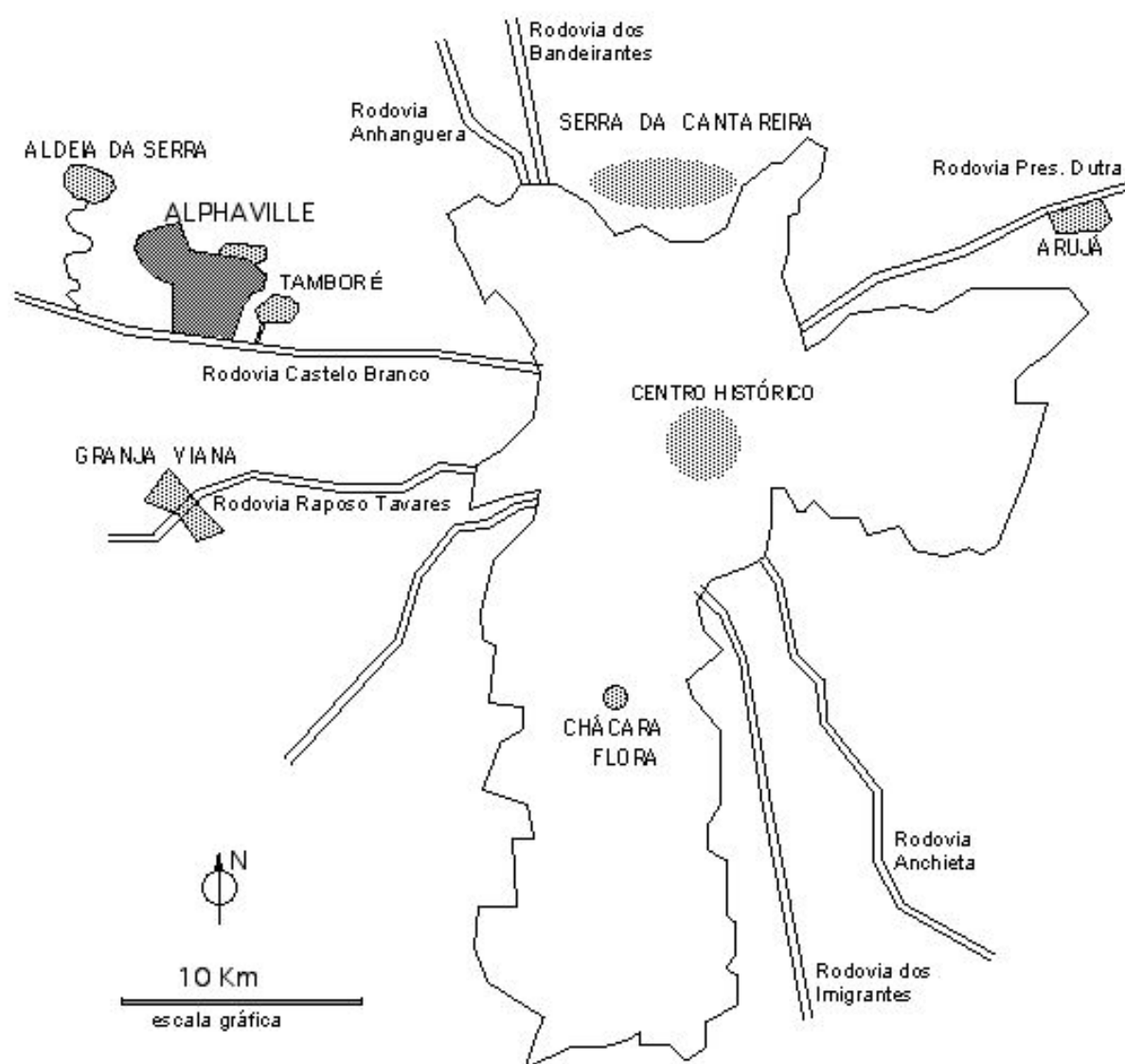


Fig. 22. Desenho esquemático da localização das principais áreas de implantação de *condomínios residenciais fechados*, horizontais, tais como ALPHAVILLE, TAMBORÉ, ALDEIA DA SERRA, GRANJA VIANA, ARUJÁ e SERRA DA CANTAREIRA, na Região Metropolitana de São Paulo em 2006.

O embrião de Alphaville, segundo seus empreendedores, a Construtora Albuquerque, Takaoka S.A., seria Ilhas do Sul, um condomínio residencial fechado vertical, construído no início da década de 1970, na Zona Oeste da Capital de São Paulo, constituído de seis torres, com diversos serviços e lazer incorporados, protegidos por uma equipe de segurança privada altamente qualificada.

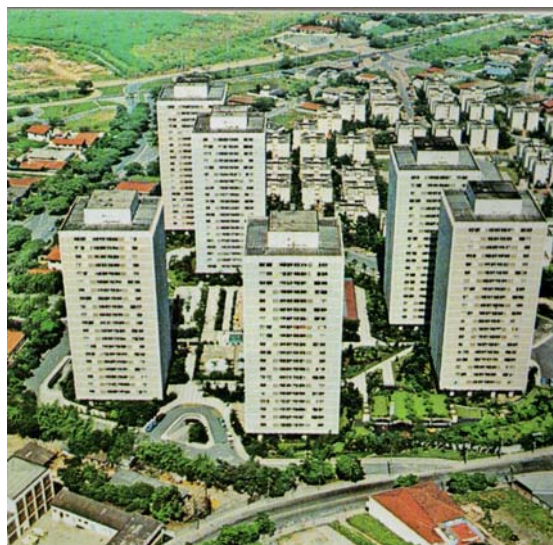


Foto 20. Condomínio vertical Ilhas do Sul.

Fonte: SACCHI, 2003, 89.

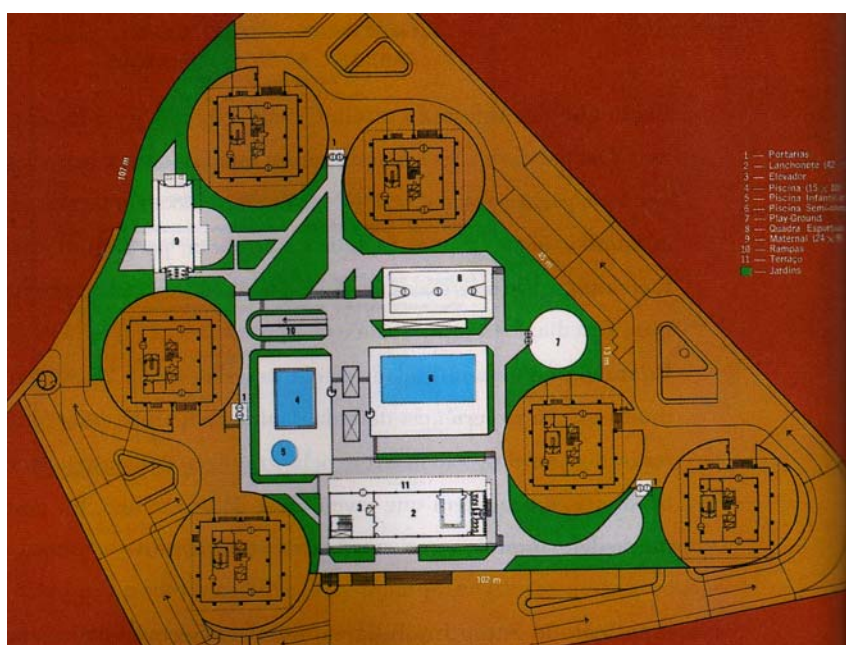


Fig. 23. Planta da área de lazer. Fonte: SACCHI, 2003, p. 112.

Legenda

- 1- Portaria
- 2- Lanchonete
- 3- Elevador
- 4- Piscina
- 5- Piscina infantil
- 6- Piscina semi-olímpica
- 7- Play-ground
- 8- Quadra esportiva
- 9- Maternal
- 10- Rampa
- 11- Terraço

A proposta fundamental da concepção deste conjunto, segundo um dos autores do projeto, o Arquiteto Reinaldo Pestana, *"era que as pessoas teriam um lugar para morar, se divertir, escolinha para os filhos, sem precisar sair de lá"* (SACCHI, 2003, p. 116).

Contudo, caminhando-se à noite pelo entorno deste conjunto, implantado em área lindeira a uma das mais valorizadas Z1 da Capital, isto é, uma região de baixíssima densidade demográfica ocupada por residências das classes mais abastadas, sem pretender inferir relações de causalidade, encontra-se situação semelhante à de *Alphaville extra-muros*. Porém, não se encontrarão situações diferentes fazendo a mesma experiência em outros bairros da Capital, também destinados às camadas de mais alta renda, independentemente de sua ocupação ser de baixa ou de alta densidade demográfica, tais como Vila Nova Conceição, de ocupação intensiva, Jardim Lusitânia, de ocupação extensiva ou Campo Belo, de ocupação mista, onde proliferam os condomínios residenciais fechados, tanto horizontais como verticais.

Debates à parte, o que parece inegável é que *"aplicar em grandes conjuntos urbanos aquela qualidade que conseguimos assegurar isoladamente, ou em pequenos grupos"* (MOORE; ALLEN; LYNDON, 1976), ou que pensamos conseguir, não é realmente tarefa fácil.

Capítulo 4

Métodos e Técnicas

A Casa dos Sonhos, objeto desta pesquisa, por ter sido idealizada por uma determinada família, é singular. Apesar de uma certa similaridade de aspirações, cada exemplar é único. Cada uma dessas residências tem seu programa de necessidades específico. As dimensões de cada ambiente bem como a ênfase dada a cada pormenor, a cada forma e a cada função, são variáveis relevantes entre os exemplares estudados. As relações *custo / benefício* frequentemente não são diretas. Pelo contrário, grande parte das decisões tomadas nesse processo de produção, por estarem sempre impregnadas de componentes subjetivos, por vezes mostram-se ilógicas, aparentemente irracionais.

Clare Cooper Marcus, na obra "House as a Mirror of Self", relata que, depois de dedicar grande parte de sua carreira acadêmica ao estudo de projetos de habitações, sentia que havia aprendido muito sobre casas, mas acreditava saber bem pouco sobre lares (Marcus, 1997, 3).

Franklin Becker faz um relato similar, citando Sommer (1983), a respeito dos primeiros esforços mais sistemáticos no sentido de se conhecer melhor o quanto os projetos funcionavam realmente bem para seus ocupantes.

"O quadro que começava a emergir da arquitetura e do 'design' era o de uma profissão que se tornara perplexa, conhecendo as suas próprias imagens, e as de outros profissionais, a respeito de moradias, escolas, hospitais e espaços públicos adequados, enquanto que permaneciam ignorantes ou displicentes com relação a morar, a trabalhar, e a se colocar na posição das pessoas que realmente ocupam e usam os ambientes projetados". (BECKER, 1989, 127)

Mais recentemente, o próprio Sommer, em trabalho apresentado no Seminário Internacional Psicologia e Projeto do Ambiente Construído, realizado na Cidade do Rio de Janeiro e organizado pelo ProArq-FAUFRJ-Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em agosto de 2000, para mostrar a importância da impressão subjetiva dos usuários, relatou um estudo desenvolvido conjuntamente por estudantes de arquitetura e de psicologia, para revitalização de uma sala de aulas, cujo uso era freqüentemente evitado por razões pouco definidas, mas que parecia desagradável aos seus ocupantes. Sommer salientou que, *"o curioso é que no início da pesquisa, os alunos se referiam a ela como a 'sala-sem-janelas', embora ela tivesse janelas". (Sommer, 2002, 25).*

Ainda com relação a janelas, Alexander (1980, 779) afirma que as pessoas dizem procurar a luz natural, mas mais do que isso, procuram as melhores vistas do mundo exterior. Para corroborar essa afirmação, cita diversos estudos, inclusive um bastante revelador, sobre como as pessoas escolhem sua posição de trabalho, que indicou, para o desejo de estar próximo a uma janela, ser mais importante a existência de vistas do que precisamente a iluminação natural, pois havia muito menor interesse por sentar-se próximo a janelas que davam para pátios de iluminação, com mais abundância de luz, mas sem vistas. Alexander também afirma que *"uma rua sem janelas é algo cego e aterrador. É igualmente incômodo estar numa casa que se limita com uma rua, sem nenhuma janela para a mesma"* (Ibidem. Ibidem, 676). E, mais adiante, acrescenta:

"A contemplação da ação é um incentivo para a ação. Quando é possível ver o interior dos espaços a partir da rua, o mundo das pessoas se amplia e se enriquece, e há mais entendimento; nasce a possibilidade da comunicação, da aprendizagem" (Ibidem, ibidem, 680).

Moore (1999), em "La casa: forma y diseño", salienta que a importância da perspectiva aumenta quando algum elemento em primeiro plano, como uma janela por exemplo, serve de ponte entre o próximo e o longínquo.

Coelho (2000, 6), recorre a John Ruble para salientar que o mais importante valor de uma casa é a sua qualidade de casa, que se reflete na importância de se usar plenamente o lugar e as suas adjacências para criar um ambiente de vida; as vistas, os jardins, os locais de lazer, a própria seqüência de chegada acrescentam uma dimensão vital à vivência do lugar, contribuindo para o seu sucesso ou fracasso.

Witold Rybczynski (1997), em "Home. A Short History of an Idea", salienta que a casa não é apenas o abrigo da família. A casa como que incorpora as sensações de intimidade da família, de domesticidade, é como que um sentimento de consagração ao lar.

Como se vê, há inúmeras referências das quais se pode depreender que, apesar de habitarmos um mundo com propriedades particulares, como extensão, cor, movimento, som, nós "*selecionamos ou recuperamos essas propriedades representando-as internamente*" (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1991, 26), como foi mencionado no início desta dissertação.

Depreende-se ainda que, para o "*nós' subjetivo separado que realiza essas tarefas*" (Ibidem, ibidem), as representações internadas são mais vitais do que as propriedades físicas concretas. Não se trata de mero subjetivismo. Não são as fachadas cegas, descritas por Alexander, que aterrorizam o ser humano, mas a impossibilidade de socialização. A visão para o interior de um ambiente, ou deste para o exterior, não proporciona a aprendizagem, mas possibilita a comunicação, de onde pode vir a aprendizagem. Da mesma forma, a própria seqüência de chegada acrescenta uma dimensão vital à vivência do lugar, segundo Ruble, mas não por suas características físicas. Como se pode também observar na entrevista *19M*, mencionada no capítulo 2 deste trabalho, o sentir-se bem recebido não se refere à realidade concreta de uma porta entreaberta, mas sim na representação mental de um símbolo que lhe foi intencionalmente oferecido.

Busca-se, portanto, investigar a casa como o ambiente construído gerador ou inibidor da convivência, isto é, do viver em comum, da forma como se pode melhor conhecê-la, com o *realismo do objetivismo/subjetivismo internados*, exposto por Varela, Thompson e Rosch.

Considerando que o objeto desta pesquisa não é o imóvel em si, mas a residência, que o seu objetivo é investigar motivações e conceitos intervenientes no seu processo de realização e que as principais informações utilizadas são as percepções dos integrantes de famílias que produziram a sua *Casa dos Sonhos*, com relação aos métodos e técnicas a empregar, pode-se afirmar que seria de valia limitada fazer uma pesquisa de caráter exclusivamente quantitativo.

"Diferentemente da pesquisa quantitativa, a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que se estuda. Uma idéia mais geral sobre tal pesquisa é que ela não se preocupa com generalizações, princípios e leis. A generalização é abandonada e o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados". (MARTINS; BICUDO, 1989, 23)

Uma pesquisa qualitativa pode reunir um grande número de informações detalhadas por diferentes métodos, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, segundo Goldenberg (2002). Pode-se, desta forma, penetrar numa realidade social, não conseguida pela análise quantitativa. Essa visão ampla da casa, da vizinhança, da localização, é indispensável para se compreender os anseios, as aspirações e o simbolismo que impregnam as motivações do objeto em tela.

"O objeto, porém, nunca se manifesta totalmente, nunca é totalmente transparente. Por outro lado, não somos capazes de perceber tudo aquilo que se manifesta e nem nos é possível estar de posse plena do objeto de conhecimento. [...] As afirmações erradas decorrem muito mais de nossas atitudes precipitadas e de nossa ignorância com relação à natureza daquilo que se oculta e se desvela aos poucos do que da própria realidade". (CERVO; BERVIAN, 2002, 13)

Ao realizar uma pesquisa qualitativa, segundo Yin (2001), o pesquisador tem em mente a ampliação e a generalização de informações, ou seja, uma generalização analítica, sem pretender quantificar e enumerar suas freqüências, isto é, sem buscar generalizações estatísticas.

A compreensão do contexto dos pesquisados, de seus valores e de seus símbolos, de seus canais de informação, bem como das relações de poder e de influência dentro do ambiente em que vivem, de suma importância segundo Silva (1991), já foi mencionada na introdução do presente trabalho.

A pesquisa qualitativa visa basicamente à compreensão e à interpretação do fenômeno estudado, segundo Santos, Rossi e Jardimino (2000). Assim, buscando explorar, analisar, detalhar e especificar o fenômeno, o pesquisador deve pressupor e também admitir a influência de fatores subjetivos sobre os dados coletados, tais como valores, crenças, percepções e sentimentos.

A essência do presente estudo é constituída de interpretações pessoais de uma realidade, desde as primeiras manifestações de insatisfação com o ambiente disponível à época, descritas no início do capítulo anterior, geradoras da idealização da *Casa dos Sonhos*, até as impressões posteriores, positivas ou negativas, relatadas no momento da entrevista, já no *"ambiente construído e habitado há pelo menos seis meses"*. (PARSHALL, 1989, 208).

Esta pesquisa, por seu caráter ambiental-comportamental, que atenta fundamentalmente para o ponto de vista subjetivo da satisfação dos usuários, ainda que dados físicos objetivos sejam considerados de maneira complementar, tem enfoque qualitativo e emprega métodos e técnicas da Avaliação Pós-Ocupação (APO) do Ambiente Construído (ORNSTEIN; ROMÉRO. 1992, 19).

Buscar um conhecimento *objetivo* a respeito da qualidade de um ambiente construído, esclarecer o quanto às premissas do projeto funcionam bem durante o seu uso, investigar os acertos e os erros cometidos nas decisões tomadas, para realimentar os processos projetual e de gerenciamento da realização do empreendimento, valendo-se fundamentalmente das percepções dos usuários desse ambiente, admitindo e, também, pressupondo que tais opiniões são *subjetivas*, empregando dados físicos apenas como acessórios de análise (PREISER; VISCHER, 2005), não significa apenas a origem, mas a própria essência da APO do Ambiente Construído.

Componentes comportamentais subjetivos, como muitos dos expostos em "Handbook of Environmental Psychology", por Bechtel e Churchman (2002), intervêm com mais freqüência do que os princípios de lógica formal, em grande parte das tomadas de decisão relativas à produção do objeto em estudo.

A subjetividade já se apresentaria com o simples fato de se estar lidando com projetos de arquitetura. Como afirma Maximiano (2000), por serem feitos sob encomenda, projetos sempre são produtos ou serviços singulares, diferentes uns dos outros.

Todavia, como foi ressaltado anteriormente, não se pode assumir que, para este particular objeto, tudo seja peculiar e subjetivo. Dimensões adequadas, circulação e funcionalidade, acessibilidade e integração dos ambientes, a qualidade da iluminação e da ventilação naturais, conforto térmico e acústico, entre outros, são elementos objetivos.

"Uma das mais duradouras realizações intelectuais do século vinte foi iniciar o estudo científico dos artefatos humanos". (HILLIER, 1996, 88).

A própria concepção do projeto destes artefatos deve ser regida por critérios objetivos, inclusive aqueles critérios referentes a controle de qualidade estudados e estabelecidos por Melhado (2005). Os projetos complementares, de estrutura, de fundações, de instalações e a própria execução da obra, também não podem ser conduzidos sem coordenação, por conceitos subjetivos, aleatórios. Contudo, o que se foca neste trabalho é investigar o que estes clientes específicos esperam do processo e como eles se sentem atendidos.

Portanto, uma análise qualitativa eficaz deve considerar essas impressões subjetivas dos usuários à luz de dados físicos e conceitos objetivos. Se, por exemplo, a maior parte dos usuários de um dado ambiente se diz insatisfeita com o seu desconforto térmico, é interessante verificar, pelo menos, as dimensões, a localização, a quantidade e a orientação geográfica dos vãos iluminantes desse ambiente. Descoberta alguma causa objetiva para tal insatisfação, como por exemplo, a orientação geográfica inadequada de um vão iluminante, tenta-se entender as possíveis intenções do autor do projeto, tais como, a paisagem à frente desse vão, ou um recurso estético de fachada ou de volumetria.

Face às dimensões dessas residências, além da singularidade de cada exemplar, não fariam muito sentido análises relativas a índices de obstrução (IO) ou densidade ocupacional de dormitórios (ROMÉRO; ORNSTEIN, 2003, 78). Todavia, observações e recomendações relativas à acessibilidade a pessoas com dificuldades de locomoção e concepções espaciais fundamentadas no conceito do desenho universal (VOORDT, 1990), são absolutamente pertinentes. Basta verificar que em muitas dessas residências, principalmente aquelas projetadas há pouco mais de cinco ou dez anos, era inconcebível um *living* que não contasse com um ambiente em nível dois ou três degraus abaixo ou acima dos demais.

Da mesma forma, se, por um lado, as questões relativas à privacidade e à personalização de ambientes individuais (MARCUS, 1997) raramente significarão algum problema nestas residências, por outro lado, a interação, quer dizer, a facilitação ou não da convivência entre seus habitantes, freqüentemente pode apresentar dificuldades, sobretudo devidas aos excessos formais que impregnam a concepção de muitas delas.

Compatibilizadas as percepções subjetivas com os dados físicos objetivos, o foco se dirige então para causas mais profundas. Estas causas podem situar-se, por exemplo, no âmbito dos conflitos *cliente-patrão-arquiteto*. Para o caso de um *cliente-patrão* extremamente autoritário, que proporcionou um grau de liberdade muito restrito ao arquiteto, pouco haveria a considerar ou recomendar. Contudo, podem-se encontrar situações em que as insatisfações dos usuários denotam que não tenha havido suficiente atenção e compreensão mútua acerca das legítimas aspirações e necessidades individuais, entre as partes envolvidas na concepção. Nestes casos sim, a análise comparativa das percepções de cada integrante do grupo pode gerar considerações relevantes e, conseqüentemente, recomendações úteis não apenas para futuros projetos, mas também para estimular novas pesquisas e novas descobertas, como preconiza Gil (1988).

A mesma atitude será adotada com relação à análise da satisfação em relação aos anseios e símbolos. Quando a insatisfação estiver relacionada a *símbolos de status*, pouco se pode fazer além de constatar. Considerando a distinção que Peirce (1995) faz entre símbolos *genuínos* e símbolos *degenerados*, do ponto de vista de seu caráter representativo, pode-se, com certeza, excluir os *símbolos de status* do rol dos *genuínos*. Assim, por mais que seja relevante a sua participação em muitos dos objetos aqui presentes, o aprofundamento neste aspecto foge aos objetivos desta pesquisa.

Contudo, muitas das insatisfações encontradas dizem respeito a anseios mais profundos e a *símbolos genuínos*. As transformações relativas aos afazeres cotidianos e ao modo de vida doméstico, como as relatadas por Lemos (1978) e por Rybczinski (1997), por exemplo, bem como as transformações devidas à passagem para uma era pós-industrial (DE MASI, 2000), vêm gerando novos anseios e símbolos e, portanto, usos da residência diferentes dos tradicionais.

"Penso que no futuro teremos de ser menos dogmáticos e simplistas acerca da forma, simbolismo e localização da habitação". (VENTURI, 1977)

Assim, esta pesquisa se utiliza fundamentalmente dos métodos e técnicas de APO do Ambiente Construído, que apresentam um modelo conceitual focado nas Relações Ambiente & Comportamento, baseado na satisfação dos usuários e *"com ênfase no uso dos critérios de desempenho e avaliação explicitamente estabelecidos de um lado, e a correlação entre subjetivo e medições objetivas de desempenho de outro lado". (PREISER, 1988, 14. Grifo nosso).*

Uma APO pode ser estabelecida, segundo Preiser (1988, 52), em três diferentes níveis, apresentados a seguir em ordem crescente de profundidade, de complexidade e, portanto, de necessidade de recursos e de tempo.

- **Nível indicativo**, que busca levantar apenas indicações das principais falhas e acertos do desempenho de um edifício, normalmente desenvolvido num curto intervalo de tempo. *"Pressupõe que o avaliador ou equipe de avaliação sejam experientes em conduzir APOs e que o tipo de edifício em avaliação lhes seja tão familiar quanto os aspectos que serão associados à pesquisa". (Ibidem, p. 54)*

- **Nível Investigativo**, que promove investigações mais profundas de questões relativas tanto ao desempenho das instalações físicas como do comportamento dos ocupantes em função delas, geralmente levantadas por uma APO indicativa anterior. Seus resultados constituem uma avaliação mais qualificada dos problemas encontrados. *"Uma APO investigativa pode cobrir mais tópicos, com maior detalhamento e com mais confiabilidade... Ao contrário da APO indicativa, na qual critérios de desempenho usados para a avaliação se baseiam, em parte, na experiência de quem avalia, a APO investigativa usa critérios que são objetiva e explicitamente estabelecidos".* (Ibidem, p. 56)

- **Nível diagnóstico**, em que a APO é uma investigação extensa, profunda e abrangente, preparada e conduzida com empenho de alto nível, em geral multimetódica e multidisciplinar, com enfoque apropriado para avaliações comparativas com outras instalações de mesmo perfil. *"Seus resultados e recomendações são orientados para longo prazo, objetivando aprimorar não apenas uma instalação em particular, mas também o estado-da-arte num determinado tipo de edifício... APOs Diagnósticas são, habitualmente, projetos de grande escala, envolvendo muitas variáveis".* (Ibidem, p. 57)

Os níveis anteriores sugerem que uma APO pretenda fundamentalmente colaborar com projetistas de edifícios. Becker (1989, 130), porém, esclarece que, além daqueles que elaboram os projetos, também os que planejam e gerenciam sua instalação (*facility planning and management*), vêm se constituindo, cada vez mais, em cliente-alvo de APOs. O crescimento dessas atividades de *facility planning and management*, também no Brasil nesta virada de milênio, vem sugerindo estudos aprofundados de suas funções e atribuições, em parte também delineadas e estudadas por Melhado (2005), embora não se refira diretamente ao presente trabalho.

Todavia, considerando que o micro-empendedor, sujeito desta pesquisa, *idealiza, planeja e realiza esse micro-empendimento*, deve-se admitir que neste processo de produção da *sua casa dos sonhos*, ele acumula todas as funções de *facility planning and management*, constituindo-se no realizador do que deve ser encarado como um modelo reduzido de um empreendimento completo.

Para constatar a importância que tais funções vêm adquirindo, basta observar o atual perfil das maiores e mais tradicionais construtoras do país. Cada vez mais elas subcontratam os serviços de construção propriamente dita, para se dedicar, quase que exclusivamente à criação de negócios, tais como edifícios *tailor made* para locação, ou seja, uma instalação feita sob encomenda para uma determinada corporação, porém de propriedade de terceiros, com um contrato de locação ou arrendamento mercantil vinculado por um prazo pré-determinado. O expressivo crescimento da rede hoteleira, a partir da segunda metade da década de 1990, principalmente em São Paulo, também vem ocorrendo desta forma. Os edifícios são projetados e construídos segundo especificações da administradora do hotel, pré-contratada, em geral administradoras de redes hoteleiras internacionais, e em locais por ela aprovados. Entre o projeto e a construção a propriedade é vendida, no todo ou em cotas, para investidores interessados nos rendimentos dessa atividade. Até mesmo as instalações industriais de grandes montadoras de veículos automotores têm sido feitas nessas bases.

Rabinowitz (1989, 11) também destaca a ampliação das aplicações de APOs nessa área, tornando-se uma atividade padrão no crescente grupo de "*facilities managers*", e ainda esclarece que:

"Facilities management' é a integração das funções relativas ao bem imóvel, ao projeto e ao gerenciamento da construção, com o objetivo de coordenar e racionalizar esses campos tradicionalmente dispersos".
(RABINOWITZ, 1989, 12)

A função de *facility planning and management*, para Becker (1989, 130), é integrar os campos da propriedade imobiliária, da arquitetura e projeto, da engenharia, do planejamento espacial, dos negócios e da direção geral, além do desenvolvimento das políticas de distribuição de espaço e mobília, do próprio planejamento e disposição detalhada da mobília, bem como dos fatores humanos e até o que Becker (1981) e Steele (1986) chamaram de "ecologia organizacional".

Este trabalho não aprofundou neste assunto, como já foi dito. Contudo, não foi difícil perceber que, como se pode constatar pelas entrevistas, tanto a necessidade de coordenar e racionalizar campos tradicionalmente dispersos, bem como os conflitos entre os intervenientes nessa relação, os quais apresentam-se na realização desse micro-empendimento, qualificado anteriormente como um modelo reduzido de um empreendimento completo.

Portanto, sendo o objetivo investigar seu processo de realização, a partir da satisfação do próprio micro-empendedor em relação às suas aspirações, a produção da *Casa dos Sonhos da família* se enquadra no conceito de cliente-alvo de uma APO do ambiente construído. *"Tanto quanto a diversidade de métodos e diversidade de resultados, o futuro da APO será caracterizado pela diversidade de tópicos de estudo".* (VISCHER, 1989, 344).

Face à finalidade e abrangência deste trabalho, a presente APO foi estabelecida entre os **níveis indicativo e investigativo**. Ocasionalmente são empregados instrumentos em **nível diagnóstico**.

Com relação à postura do pesquisador diante da avaliação, segundo Zimring (1989, 117), baseada na situação, no cliente e seus pares, na sua visão do mundo e filosofia, nos seus interesses, antecedentes e círculo profissional, nos seus objetivos e finalidade, dentre as muitas variações possíveis, destacam-se as três mais freqüentes, sucintamente descritas a seguir:

- O **Investigador**, que está interessado em aprender sobre assuntos e questões que ele define a partir de seus próprios interesses, dos interesses de quem o contrata ou mesmo de interesses definidos pela comunidade acadêmica.
- O **Intérprete**, que busca respostas para questões levantadas por algum grupo específico, geralmente clientes. Essa postura se destina, freqüentemente, a produzir estudos orientados a um fim definido visando uma tomada de decisão do cliente.
- O **Transformador**, que já tem uma visão de como o objeto de pesquisa deveria ser, e usa a APO para validar sua posição.

Para a presente pesquisa, a postura adotada é a do *Investigador*, já que se pretende a ampliação e a generalização analítica de informações (YIN, 2001) acerca do processo de realização de determinadas residências unifamiliares, produzidas segundo um determinado método e para uma dada finalidade, basicamente a partir do levantamento de informações subjetivas.

4.1. Observando o *micro-empendedor-usuário*.

O primeiro passo em pesquisa ambiente-comportamento é, também, o mais divertido, segundo Bechtel (1987, 11), isto é, a *observação*. As pessoas, via de regra, se deleitam observando pessoas fazendo coisas. O prazer aumenta com a expectativa de observarem algo interessante que possa ser contado para outros. Esse comportamento sempre pode gerar informações úteis.

A observação possui a vantagem de tratar de um acontecimento em tempo real e no contexto do evento, afirma Yin (2001), mas apresenta as desvantagens de consumir muito tempo, de demandar mais pessoas e recursos financeiros para a sua realização, além de, se percebida, poder modificar a forma com que o evento normalmente ocorre.

Ao mesmo tempo, adverte Chizzotti (1991,79), a pesquisa não pode ser realizada por um observador alheio às significações que os indivíduos atribuem aos seus próprios atos. Ao contrário, deve buscar o sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas. Neste sentido, como sugere Alves (1991, 54), algumas pesquisas podem até partir de observações mais livres, deixando que as dimensões e categorias de interesse aflorem durante o processo de coleta de dados. Pode-se afirmar que nestas duas últimas proposições, de Alves e de Chizzotti, ainda que de forma involuntária, literalmente está a origem deste estudo. Trabalhar e conviver, ao longo dos últimos vinte anos, no ambiente do estudo de caso apresentado no capítulo 5, proporcionaram observações livres, não intencionais, mas também não alheias às significações que seus indivíduos atribuem aos seus próprios atos, e fizeram emergir não só as dimensões e categorias de interesse, mas o próprio interesse em realizá-lo.

A observação propicia oportunidades de coleta de informações preciosas, que não seriam possíveis de outra forma, segundo Donaire (1997). Vale também para a observação a grande utilidade da expressão não verbal que Gil (1988, 94) destaca para a entrevista.

Bechtel (1987, 11) afirma que é útil descrever a *observação* como tendo cinco dimensões:

- *o comportamento*
- *o ambiente*
- *o tempo*
- *o observador*
- *o registro de observação*

As dimensões *comportamento e ambiente*, por razões óbvias como se depreende do próprio texto, são descritas por Bechtel conjuntamente.

"Aquilo que alguém observa outra pessoa fazer é chamado, em amplo sentido, de comportamento... Em pesquisa ambiente-comportamento, no entanto, um outro elemento é introduzido: o comportamento sempre deve ser visto num contexto ambiental. Pessoas dormem em camas ou no chão. Pessoas conversam em restaurantes ou nas calçadas. No mesmo sentido em que as pessoas não podem parar de se comportar, elas nunca podem estar fora de algum ambiente. Há sempre um ambiente circundante e por isso, sempre uma relação comportamento-ambiente." (Ibidem, ibidem, 11).

As relações Ambiente & Comportamento foram observadas durante as mais diversas atividades e ocasiões, como se verá adiante, em conjunto com as demais dimensões.

Com relação ao *tempo*, terceira dimensão da observação, Bechtel afirma que, sendo impossível a observação cobrir toda a história de um ambiente, é necessário que se defina uma grade de tempo que envolva todo o comportamento, enquanto este ocorre naturalmente no ambiente. Os intervalos das observações não podem ser simplesmente arbitrários. Devem também ser pré-testados, para garantir-se que a quantidade de dados que se perdem não seja significativa. *"Em resumo, o processo de decisão sobre os intervalos de tempo é um contínuo ajuste de foco, do sazonal para o semanal, para o diário e, finalmente para a seleção de um intervalo de tempo apropriado entre observações"*. (Ibidem, ibidem, 17).

As fotos a seguir, todas da Av. Rio Negro, entrada de Alphaville, local escolhido para este estudo de caso, exemplificam a relevância da definição do intervalo de tempo entre as observações de um dado objeto.



Foto 21. Em 1976. Fonte: Sacchi, 2003, 164.



Foto 22. Em 2005, quase 30 anos após



Fotos 22 e 23. Em 2005, separadas por um intervalo de aproximadamente 15 minutos.

Embora todas estas fotos sejam do mesmo local, num sentido geográfico, não se pode dizer que as duas primeiras sejam do mesmo ambiente, no que diz respeito à observação para esta pesquisa. O intervalo entre as observações é demasiado grande. Já com relação às duas fotos seguintes, o intervalo é tão pequeno que não há diferenças de comportamento relevantes a observar.

Sobre a dimensão relativa ao *observador*, Bechtel destaca em primeiro lugar que o quesito mais óbvio é que o observador não interfira no evento observado, que se misture com a multidão, uma vez que um observador que é percebido durante a atividade de observar, torna-se uma presença obstrutiva.

"A mais simples e talvez a mais difícil postura a adotar é a de um observador ingênuo. Idealmente, esse tipo de observador viria como que de um planeta distante e não saberia absolutamente nada a respeito dos costumes e práticas da raça humana. O valor de tal postura, é que ela não presume nada a respeito de comportamento e reporta comportamentos tão literalmente quanto possível". (Ibidem, ibidem, 17).

Jacobs, bem antes dos autores acima mencionados, já descrevia com detalhes a postura adequada para aquele que observa de comportamentos:

"O mais comum de todos os papéis em observação, e o que tem a mais longa história, é o da observação participante. Essa técnica, que é o principal método em Antropologia, vem sendo usada há mais de cem anos. Com este método, um único observador se torna um membro de uma sociedade ou grupo e procura observar e registrar cada aspecto de comportamento naquela cultura. (...) O objetivo da observação participante é se tornar familiar à cultura ou às regras de comportamento de todo o grupo em vez de estudar o comportamento de algum indivíduo.

Observação participante de longo prazo tem diversos problemas diferentes, relacionados à aceitação pelo pessoal observado, os sentimentos do observador e a entrada e a saída do local de observação. A primeira tarefa de um observador participante é ser aceito pelo pessoal que será observado". (JACOBS, 1970, apud BECHTEL, 1987, 17-18).

No que se refere à dimensão *registro de dados* da observação, dentre os diversos métodos possíveis, Bechtel alerta que o registro periódico em pranchetas ou outros métodos visíveis podem representar uma obstrução à naturalidade do evento observado. São mais naturais o registro fotográfico, gravação de som ou discretas anotações nos intervalos da observação.

Por fim, citando Redlich e Brody (1955), Bechtel levanta uma importante questão ética: *"Às vezes, o observador não revela sua verdadeira identidade pois isso interferiria no comportamento a ser observado [...] O pesquisador tem o direito de observar sob falsos pretextos, devido à necessidade de dados comportamentais?" (Ibidem, ibidem, 18).*

A observação das relações Ambiente & Comportamento para esta pesquisa está divididas em dois períodos. Uma primeira fase, não intencional e, por isso, não metodicamente registrada, mas que foi o principal gerador deste trabalho (ALVES, 1991, 54), e uma segunda fase, a partir de 2004, já com registro de dados, realizado com discretas anotações na própria agenda de uso diário, o que representou, pela naturalidade do gesto, um método absolutamente não obstrutivo. Quanto ao tempo, aos intervalos e à forma de observação, mantiveram-se os mesmos do período inicial, em primeiro lugar por sua eficácia, como se explicita adiante, e, também, porque cumprem os quesitos anteriormente mencionados.

Bechtel ressalva que *"uma observação longa pode se tornar aborrecida"* (BECHTEL, 1987, 11). A primeira fase da observação, no presente caso, prolongou-se por mais de vinte anos e, pode-se garantir, não foi aborrecida. Com exceção do registro metódico de dados, além de cumprir os quesitos preconizados, é muito mais rica de vivências do que a segunda fase. Cumpriu sobretudo o quesito da questão ética supra mencionada, isto é, *"o pesquisador tem o direito de observar sob falsos pretextos, devido à necessidade de dados comportamentais?"* Nesta fase, nunca houve necessidade de se recorrer a falsos pretextos pelo simples fato de que não havia a intenção de observar. Pelo contrário, a observação involuntária de muitos comportamentos é que gerou a intenção de melhor estudá-los.

"Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é necessariamente envolvido na vida dos sujeitos, visto que seus procedimentos de pesquisa baseiam-se em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos seus interlocutores. Tais procedimentos acabam por resultar num certo clima de informalidade, e o simples fato de os sujeitos poderem falar livremente a respeito de um tema, sem obedecer a roteiros rigidamente determinados, ou mesmo responder a um questionário, colabora para diminuir o distanciamento entre pesquisador e pesquisados". (OLIVEIRA, 2005, 9).

A partir da primeira fase de observação, que se inicia na primeira metade da década de 1980, o observador e autor deste trabalho tem convivido com uma variada gama de moradores de Alphaville. E vem convivendo nos seus próprios ambientes, não como um pesquisador, nem como outro morador e também não apenas como um prestador de serviços, mas como um par nas mais diversas situações e atividades do dia-a-dia, como um colega, como um companheiro e, em alguns casos, como um amigo.

Essa convivência vem ocorrendo em suas próprias casas, em seu clube, em sua padaria, nos seus pontos de encontros informais preferidos como, por exemplo, o *Café do Ulisses*, em seus restaurantes, para almoço ou para jantar, rápido ou prolongado, nos seus centros de compras, no seu posto de gasolina e no seu banco, entre muitos locais. E tal convivência tem ocorrido nos mais diversos horários e circunstâncias, inclusive à noite, em todos os dias da semana, mesmo aos domingos e feriados, mesmo para pequenas reuniões ou festas familiares ou para períodos mais extensos de lazer.

Investigando as ciências cognitivas e a construção da experiência humana, Varela, Thompson e Rosch (1991, 152) tratam de uma *"ansiedade cartesiana"* que busca fundações sólidas para um padrão maior de controle do conhecimento de um mundo predeterminado e independente. Essa *ganância por um alicerce*, afirmam, seja ele interno ou externo à mente, além de ser a origem profunda de frustração e ansiedade, é a raiz de dois extremos, do *"absolutismo"* e do *"niilismo"*. Primeiro, a mente apegada nos leva à busca de um alicerce absoluto, que possa ser o apoio e a fundação de todo o resto. Depois, frente à sua incapacidade de encontrar qualquer fundação última, a mente apegada recua e adere à ausência de um alicerce passando a tratar todo o resto como ilusão. Mais adiante salientam que a tendência natural é a de tratar a cognição como uma resolução de problemas no domínio de alguma tarefa predeterminada.

"A maior habilidade da cognição viva, entretanto, consiste em ser capaz de colocar, dentro de amplos limites, as questões relevantes que precisam ser abordadas a cada momento. Essas questões e preocupações não são predeterminadas, mas são 'atuadas' a partir de um 'background' de ação, onde o que conta como relevante é contextualmente determinado por nosso senso comum". (Ibidem, ibidem, 153, grifo nosso).

A palavra *convivência* vem sendo empregada, nesta dissertação, em lugar de *observação*, propositalmente, para contextualizar mais precisamente seu conceito. A parte mais substancial e profícua desta observação não foi realizada *no domínio de uma tarefa predeterminada*. Essa observação se realizou dentro de *amplios limites* e as questões relevantes foram surgindo a partir da vivência como um *ator* a mais e não como um mero espectador. Vem sendo usada para conotar o clima de informalidade e a ausência de obstrução em que vem ocorrendo essa observação. E, *vem ocorrendo*, porque não há como fazer uma distinção rígida, do ponto de vista de *atuação*, entre o *background* representado pela primeira fase e a sistematização da segunda fase. A única mudança de postura deste pesquisador para a segunda fase, foi o registro sistemático das atitudes e dos comportamentos mais marcantes e repetitivos, que se acrescentou à *experiência construída* na primeira fase.

4.2. Coleta de dados

Os multi-métodos aplicados em estudo de caso são indicados quando se faz uma pesquisa a respeito de um determinado indivíduo, de uma família, de um grupo ou de uma comunidade, com o objetivo de realizar um estudo em profundidade, tanto para examinar seu ciclo de vida, como para apenas algum aspecto particular, de acordo com Rudio (1989). Com o estudo de caso, reúne-se um grande número de informações detalhadas, por diferentes métodos de pesquisa, como o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, segundo Goldenberg (2002).

Dentre os diferentes instrumentos utilizáveis, a entrevista face-a-face é a que proporciona melhores possibilidades de se obter informações objetivas a partir de impressões subjetivas dos indivíduos pesquisados. A entrevista é *"muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados"* (BEST, 1972,46). Além de apresentar flexibilidade, possibilidade de ser aplicada a todos os elementos da população pesquisada, também permite a avaliação de atitudes e condutas, inclusive da linguagem corporal, destacam Lakatos e Marconi (1991). Gil (1988) destaca ainda a vantagem e a relevância de se poder observar a expressão não verbal, captada até mesmo pelas reações do entrevistado às perguntas.

A entrevista é indicada quando se pretende complementar informações já levantadas ou para auxiliar no diagnóstico ou tratamento de um problema, para Santos, Rossi e Jardimino (2000). Westwood (1997, 71), apesar de tratar mais especificamente de marketing, também defende a entrevista como o melhor meio de obtenção de dados, quando se tratam de produtos diferentes ou mesmo de diferentes benefícios de um mesmo produto, vistos por diferentes clientes.

A entrevista padronizada, direta ou estruturada, cujas perguntas seguem um roteiro previamente estabelecido, no sentido de conduzir a conversa na direção desejada, foi o meio de coleta de dados escolhido para esta pesquisa.

Goldenberg (2002) recomenda, para a correta condução da conversa, que as questões sejam elaboradas de maneira clara e objetiva, de forma a não induzir nem confundir, além de abranger diferentes pontos de vista do assunto. O pesquisador deve permanecer neutro.

Yin (2001) recomenda a utilização de várias fontes de evidência, com um encadeamento explícito entre elas, entre as questões, os dados coletados e as conclusões a que se chegaram. Reunindo as recomendações desses autores, elaborou-se um questionário orientativo, com perguntas abertas, visando a orientar a conversa no sentido pretendido, mas deixando os entrevistados se expressarem livremente, corrigindo-se o rumo, apenas ocasionalmente, quando a conversa se dispersava por outros temas. O plano para aplicação das entrevistas foi estabelecido da seguinte maneira:

- entrevistas aplicadas a cada membro da família, independentemente do grau de sua participação na realização do micro-empresendimento, para se obter diferentes percepções, ou evidências, de um mesmo fato,
- entrevistas aplicadas no domicílio do entrevistado, para proporcionar um clima informal, descontraído e, portanto, menos defensivo,
- entrevistas aplicadas individualmente para propiciar espontaneidade, evitando inibições ou constrangimentos entre os membros da família,

- entrevistas registradas em gravador de áudio, com o consentimento do entrevistado, sem qualquer anotação escrita (anotações poderiam sugerir maior relevância para algum item; o que se procura saber é exatamente o que teve relevância para o entrevistado, não para o entrevistador).

Casos não representam uma *amostragem*, quando o objetivo é ampliar ou generalizar conhecimentos e não estabelecer frequências. *"Como não deve ser utilizada uma lógica de amostragem, os critérios adotados em relação ao tamanho da amostra se tornam irrelevantes"*. (YIN, 2001, 72). É mais relevante *"assegurar uma coleta de dados adequada e confiável"*. (PREISER, 1988, 62).

Gil (1988) recomenda que a seleção de casos sequer obedeça a critérios estatísticos, mas que sejam selecionados dentro de uma mesma situação, sejam casos típicos, sejam casos extremos ou sejam casos marginais.

Havia-se estabelecido um mínimo de trinta micro-empresendimentos, o que significa cerca de cem entrevistas, considerando-se três a quatro entrevistados por família. As entrevistas despenderam em média 50 minutos, cada uma. As mais breves duraram pouco mais do que meia hora e as mais prolixas chegaram perto de uma hora e meia. Assim, cada encontro com uma família para entrevistar seus integrantes, demandou cerca de três a quatro horas.

Considerando-se, ainda, a complexidade para o agendamento de cada encontro, principalmente da parte dos entrevistados, sendo sempre mais viáveis em fins de semana, percebeu-se logo que o período de entrevistas seria extenso, com certeza maior do que um ano, o qual apesar de ter 52 fins de semana, muitos destes não seriam aproveitáveis para tais reuniões.

O alerta de Lazzarini (1995) sobre o perigo de um período muito longo de pesquisa, que pode até comprometer sua validade, a rigor, não chegaria a ser aplicável neste caso, faces aos seus objetivos. O problema maior localizava-se no prazo total da pesquisa em si.

Para não reduzir a quantidade de famílias entrevistadas, decidiu-se aplicar paralelamente entrevistas "auto-administradas" (MARANS, 1989, 42). Os mesmos questionários orientativos, com ligeiras adaptações para linguagem escrita, foram impressos e enviados, com as mesmas recomendações, isto é, para serem respondidos individual, privada e livremente.

"Por maiores que tenham sido os cuidados tomados com a coleta de dados, resta ainda a questão da validade de certos dados". (PREISER, 1988, 63).

A primeira providência neste sentido foi testar a confiabilidade destas entrevistas auto-administradas, analisando as respostas de entrevistados bem conhecidos do autor desta pesquisa. Comparando essas respostas com as observações realizadas conforme a descrição feita no item anterior, poderia verificar-se a sua validade.

Percebeu-se assim, que a perda mais significativa quanto à qualidade da informação, dizia respeito mais à ausência da expressão não verbal, ou seja, da linguagem corporal que pode ser observada durante as respostas às entrevistas aplicadas face-a-face. Ficou decidido então, aplicar ambas as modalidades, dando-se mais ênfase à quantidade de entrevistas face-a-face, pela maior riqueza de detalhes que estas oferecem, enviando-se questionários orientativos para serem auto-administrados apenas para os entrevistados mais conhecidos deste pesquisador, permitindo-lhe maior controle de validade das respostas.

Foram aproveitadas as entrevistas de trinta famílias, aplicadas ao longo do ano de 2005 e o primeiro semestre de 2006, sendo vinte e uma aplicadas face-a-face e nove auto-administradas. (Ver quadro anexo).

Além dos aproveitados, dois conjuntos de entrevistas auto-administradas foram descartados por apresentarem respostas discrepantes, conforme o critério exposto anteriormente, um conjunto foi descartado por solicitação de um dos entrevistados e não se obteve retorno de outros seis conjuntos de questionários orientativos enviados. Todas as entrevistas aplicadas face-a-face, ao contrário, foram aproveitadas, resultando no seguinte quadro:

- 21 conjuntos de entrevistas aplicadas face-a-face (59 entrevistados).
- 9 conjuntos de entrevistas auto-administradas (23 entrevistados).

4.3. Limites da pesquisa.

"Por muitos anos, os direitos de seres humanos e animais participantes de pesquisas científicas receberam pouca, se alguma, consideração. Em anos recentes, pesquisadores tornaram-se mais preocupados com as implicações éticas subjacentes aos seus trabalhos". (RIVLIN, 2002, 15).

Além da citação de Redlich e Brody (1955), mencionada anteriormente, depois de dedicar um capítulo às questões pertinentes à "Environmental Ethics" (BECHTEL, 1997, 116-118), na obra "Environment & Behavior: An Introduction", Bechtel trata especificamente de *espaço pessoal*, inclusive de espaço pessoal na família. Considerando as dificuldades de se estabelecer uma relação precisa entre as atitudes e a presença ou ausência de observadores, interagindo ou não, e que não está claro se as reações ao que ele chama de *invasões da bolha* são apenas reações defensivas contra ameaças físicas ou se verdadeiramente fazem parte do fenômeno da interação, chega à conclusão de que, em pesquisas comportamentais, é recomendável fazer uma distinção conceitual entre *espaço pessoal* e *distância de interação*. (Ibidem, ibidem, 182).

Sieber (1992, 19), na obra "Planning ethically responsible research", descreve princípios e normas relativas ao projeto de pesquisas válidas, nas quais trata de questões relativas à competência do pesquisador, à *previsão de conseqüências*, à seleção dos sujeitos da pesquisa, ao *consentimento voluntário e consciente*, à *compensação por danos*, entre outras, como preocupações dignas de atenção tanto no planejamento como na realização e na publicação dos resultados de pesquisas comportamentais, acima da consideração dos benefícios que tais resultados possam trazer para a ciência e para a humanidade.

Um estudo intitulado "Ought to do and what to do? A comparison of personal ethical statements with professional ethical codes", apresentado por Chapin, Choriki e Wolfe (1990) na 11ª Conferência Bienal da International Association for the Study of People and their Physical Surroundings (IAPS), revela que uma quantidade significativa de pesquisadores entrevistados levanta questões relacionadas a valores e à ética que não são contempladas nos códigos de suas respectivas organizações profissionais.

Os critérios já mencionados de entrevistas individuais, sem a presença de outros membros da família, bem como o de não identificação de nenhuma das pessoas intervenientes no processo, foram estabelecidos com a intenção de facilitar a espontaneidade, fundamentada em "*confiança, confidencialidade e anonimato*" (RIVLIN, 2002, 21), além das diversas recomendações dos demais autores citados.

O conjunto de entrevistas de um grupo familiar não foi aproveitado nesta pesquisa a pedido de um dos entrevistados do grupo, fundamentado em razões de ordem pessoal, ligadas à sua privacidade. Das informações contidas em tal conjunto de entrevistas, porém, as que realmente interessavam a este estudo não eram as de caráter pessoal. Contudo, nenhuma das informações de todo o conjunto foi aqui empregada.

Paralelamente, percebeu-se que, em diferentes graus, muitos dos entrevistados poderiam manifestar insatisfações semelhantes, por exemplo, com relação às análises comparativas referentes à identificação do *patrão*, tanto nas relações *cliente-patrão-autor do projeto* como nas relações de influência e poder dentro da própria *família-cliente*, como se constatará no capítulo 5.

Constatou-se que simplesmente descartando os conjuntos de entrevistas passíveis de tais insatisfações, corria-se o risco de gerar inconsistências na pesquisa. Seria tão imprescindível quanto inevitável, por exemplo, relacionar-se o depoimento daquele bem sucedido empresário de negócios imobiliários com as reflexões de Marcus, Sommer ou Rybczynski, a respeito de entender muito de casas, mas bem pouco de residências ou lares.

A partir deste impasse, talvez com a influência da distinção conceitual de Bechtel entre *espaço pessoal* e *distância de interação*, foi surgindo a idéia de se fazer uma distinção conceitual entre *informação útil* e *informação utilizável*. Assim como nem todas as informações utilizáveis eram úteis, nem todas as informações úteis são utilizáveis. Buscou-se, então, alguma forma de, dentre as informações realmente úteis e utilizáveis, aproveitar todas as essenciais ao trabalho, sem incorrer no comprometimento de questões referentes à ética, com relação à privacidade dos entrevistados.

Durante a elaboração da estrutura desta dissertação, havia-se pensado em incluir como anexos, a transcrição completa de cada entrevista, acompanhada de uma ficha técnica contendo dados do lote, área construída, localização aproximada dentro do respectivo residencial, composição familiar tanto à época do projeto como à época da entrevista, além de plantas, cortes, desenhos elucidativos e, eventualmente, fotos da residência em questão.

Alguns dos entrevistados forneceram inclusive fotos de álbuns de família para serem copiadas e anexadas. Outros, no entanto, sequer permitem que suas casas sejam fotografadas e expostas ao público por revistas especializadas, o que habitualmente se constitui num poderoso *símbolo de status*.

Após a mencionada insatisfação daquele entrevistado com relação às respostas de outros entrevistados de sua família, foram realizados alguns testes, para verificar se as habitações e seus moradores eram passíveis de identificação.

Constatou-se logo que um conjunto organizado de perguntas e respostas de um grupo familiar, acompanhado de ficha técnica e plantas, com a localização ainda que apenas aproximada do imóvel, mesmo sem fotos externas, apresentava grandes possibilidades de identificação. É preciso considerar que o universo escolhido é um ambiente razoavelmente confinado. Apesar de contar com uma população fixa elevada, Alphaville contém razoável homogeneidade de estilos de vida, desde instituições de ensino frequentadas pelos filhos até os locais de lazer e serviços utilizados por todos, pais e filhos. Não se poderia esperar o mesmo grau de anonimato encontrado no restante da metrópole.

As informações que haviam sido planejadas para constar dos anexos são importantes para compreensão do trabalho. A comparação das respostas de cada integrante de uma dada família é vital para interpretação do grau de satisfação obtido pelo grupo, para elucidar aspirações de coetâneos e de contemporâneos, para identificação das relações de influência e poder, enfim, para se atingir os objetivos principais da pesquisa.

O mesmo ocorre com relação a plantas e desenhos elucidativos, para a compreensão de insatisfações e frustrações mencionadas verbalmente. A situação familiar à época do projeto e por ocasião da entrevista é também relevante, pois as suas insatisfações têm que ser analisadas à luz da fase de seu ciclo de vida em cada momento considerado.

Descartar simplesmente as entrevistas passíveis de identificação e perder informações substanciais não seria uma solução nem adequada nem viável, pois mesmo assim fazendo, não se poderiam *prever todas possíveis conseqüências*, como recomenda Sieber (1992, 19).

A questão ética, porém, não se situa nas informações obtidas, mas na eventual exposição da privacidade dos informantes. Da mesma forma, o risco dessa exposição também não se situa na divulgação da informação, mas na eventual possibilidade de identificação do entrevistado.

Com os testes mencionados, ficou claro que a maior possibilidade de identificação dos entrevistados estava no agrupamento de todas as informações referentes a cada família, num mesmo bloco, de fácil leitura e compreensão. Assim, a solução adotada foi um novo arranjo de apresentação dos dados.

As entrevistas foram numeradas de 1 a 30, sendo os primeiros 21 números destinados às entrevistas aplicadas face-a-face e, de 22 a 30 destinados às entrevistas auto-administradas. Os respectivos entrevistados são designados por letras e números correspondentes à sua posição no grupo familiar, como exemplificado, de modo fictício, a seguir:

- *1M* primeira entrevista, o marido,
- *1E* primeira entrevista, a esposa,
- *8Fo1* oitava entrevista, o primeiro filho homem,
- *14Fa* décima quarta entrevista, a filha,
- *26Fa2* vigésima sexta entrevista, a segunda filha,
- *30Avo* trigésima entrevista, a avó.

Todas as informações pertinentes, úteis e utilizáveis foram inseridas no próprio texto da dissertação, nos respectivos assuntos a que deram origem. Sempre que importante para a compreensão do tema, são incluídas informações complementares, tais como a idade à época do projeto e/ou no momento da entrevista, grau de instrução e/ou profissão, se ainda habita o imóvel, situação sócio econômica em ambas as ocasiões, e assim por diante.

Desta forma, todas as necessárias comparações entre as respostas dos diversos elementos do grupo podem ser feitas sem maiores riscos de identificação. Mesmo no caso já citado do empresário de negócios imobiliários, não há possibilidade de exposição de sua privacidade, pois, no universo desta pesquisa existem diversos outros empresários em condições semelhantes.

Da mesma forma, talvez com ainda maior propriedade, ficam protegidos os entrevistados quando as análises tratam de símbolos não genuínos, sobretudo os *símbolos de status*. Muito embora ninguém admita que alguém aponte a influência de tais símbolos no seu caso pessoal, há quase que uma unanimidade entre os entrevistados com relação à preponderante influência destes símbolos em grande parte das tomadas de decisões neste universo selecionado.

A distribuição da localização das *casas dos sonhos* dos entrevistados foi apresentada num mapa único de todo o complexo de Alphaville, na figura 24, à página 169. Sempre que necessário, são esclarecidas no próprio texto as características da localização do imóvel dentro do residencial, ou seja, longe da portaria, central, próximo aos muros que separa o residencial da avenida, lote em aclive ou declive, orientação geográfica, entre outras.

Plantas, cortes e desenhos elucidativos também são apresentados, mas de maneira parcial e sempre com a expressa autorização tanto do entrevistado como do autor do projeto. Em uns poucos casos, quando o entrevistado ou o autor se mostraram reticentes quanto a autorizar a apresentação de desenhos, e também não ficou prejudicada a compreensão do aspecto estudado, foi proposta e aceita a utilização da imagem espelhada, isto é, com uma rotação de 180° em torno de um eixo longitudinal, o que dificulta sua identificação por não especialistas.

Agindo assim, acredita-se que se tornou possível aproveitar todas as informações relevantes, úteis e utilizáveis, obtidas a partir da *confiança*, da *confidencialidade* e do *anonimato* conquistados com o "*estabelecimento de empatia e intimidade entre o pesquisador e os participantes da pesquisa*" (RIVLIN, 2002, 21).

4.4. O Questionário Orientativo.

A primeira premissa estabelecida na elaboração do questionário orientativo foi que as questões fossem abertas, não apenas para não induzir respostas, mas principalmente para que os entrevistados pudessem falar com liberdade, dando ênfase ao que teve relevância para eles. Comparando as respostas do marido com as da esposa ou de filhos com as dos pais, para uma mesma questão, verifica-se nitidamente a importância dessa liberdade de expressão. Para exemplificar questões que induzem respostas é mais fácil e claro recorrer a caricaturas, tais como:

- *você ficou satisfeito de escolher um lugar para morar, longe do grande centro, dos melhores hospitais, das melhores escolas, de teatros?*
- *Você se sente bem morando num lugar, tranquilo, seguro, sem poluição, cheio de verde e ar puro?*

Questões que não propiciam falar livremente, que raramente se prestam a abrir e manter a conversa, são aquelas que admitem respostas breves, tais como:

- *A obra teve problemas?*
- *Para ir até a padaria você tem que ir de carro?*
- *O atendimento do arquiteto foi adequado?*

Questões negativas ou com várias negativas e muito longas, além de serem de difícil compreensão, freqüentemente induzem a respostas errôneas, evasivas e quase que sempre curtas:

- *Parece que aqui não é como em São Paulo, onde as crianças não podem mais brincar na rua, correto?*
- *O projeto não ficaria melhor se o arquiteto não desprezasse a possibilidade de não interpretar corretamente as explicações que você, como não conhecedor do assunto, não saberia dar adequadamente?*

Na elaboração das questões, também foram evitadas expressões contendo palavras-chave, isto é, palavras que monopolizam o assunto, independentemente da real relevância que tiveram para o tema investigado, tais como *segurança, poluição ou ar puro, qualidade de vida, emergentes, ostentação, mão-de-obra desqualificada*, entre outras.

Além de tais expressões, há assuntos que por si próprios costumam tender a um mesmo tipo de resposta. Quando se pergunta a alguém se está satisfeito com sua nova casa, usualmente a resposta começa com sim. É preciso esperar o desenvolvimento da conversa para que eventuais insatisfações comecem a aparecer. Por isso, foram elaboradas algumas questões que parecem repetir anteriores, apenas com forma diferente. A comparação de ambas as respostas permite verificar qual das percepções do entrevistado é a real.

Considerada em sentido amplo, esta pesquisa teve início em 2002, durante a disciplina AUT-5805 - Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Desde o primeiro momento, mesmo sem o devido embasamento teórico, surgiu a intenção de utilizar entrevistas como fonte de dados sobre a satisfação dos usuários com seu ambiente construído.

Desde o início houve, portanto, a preocupação de criar um elenco de questões que se limitasse a conduzir uma conversa, não as respostas, sobre os temas de maior interesse, evitando o risco de dispersão mas, ao mesmo tempo, sem inibir a espontaneidade e a liberdade de discorrer. Assim, a estrutura da entrevista foi organizada em torno de cinco temas:

- a) da intenção.
- b) do projeto.
- c) da construção.
- d) da residência.
- e) do conforto ambiental.

O primeiro questionário orientativo foi pré-testado com uma família que havia produzido um exemplar semelhante ao objeto desta pesquisa, onde se constataram pelo menos dois pontos relevantes.

- A importância de realizar entrevistas individuais, sem a presença de outros membros da família.
- Tornar as questões mais informais, pois as melhores informações foram obtidas depois da entrevista, em conversa mais casual.

Feitas as reformulações, as entrevistas seriam aplicadas a oito famílias residentes em Alphaville, que empreenderam a produção de suas moradias. Constataram-se, então, as dificuldades de agendamento e a extensão das entrevistas. Quatro foram efetivamente realizadas e as outras quatro deixadas com as famílias, para responderem por escrito. Dessas quatro deixadas, apenas uma foi respondida e devolvida.

Posteriormente, já no desenvolvimento desta pesquisa, as questões foram sendo reelaboradas e pré-testadas de maneira a respeitar o embasamento teórico e a corrigir as deficiências verificadas. Sua estrutura em torno de cinco temas de interesse, porém, se manteve. Algumas das questões mudaram de lugar na seqüência, como se explica adiante, e outras mudaram inclusive de tema, para melhor cumprir seu objetivo, seja por seu conteúdo temático, ou seja, em função de manter a fluência desejada para as entrevistas. A seguir as questões são apresentadas com a motivação de cada uma.

a) Da intenção.

- 1) Como surgiu a idéia de construir uma casa num condomínio fechado? Por quê não comprar uma casa pronta?*
- 2) Quais as vantagens que lhe interessavam no condomínio fechado?*
- 3) E quais as desvantagens?*
- 4) O que acha hoje da vida num condomínio fechado?*

O que mais se pretende nesta parte é abrir a conversa e criar uma situação confortável. As perguntas são bastante abertas para permitir aos entrevistados expor suas idéias, aspirações, motivações e críticas e deixá-los à vontade. A primeira questão contém propositalmente três assuntos diferentes. Cada entrevistado poderá mostrar em qual deles estava a sua ênfase.

b) Do projeto

- 1) Como foram pensadas as dependências da casa?*

2) Como foi contratado o Autor do Projeto?

Nesta seção, aparentemente a segunda questão deveria vir antes da primeira. Alguns clientes, no entanto, procuram o arquiteto com uma idéia pronta e fechada, às vezes até desenhada em papel almaço quadriculado. Esse tipo de cliente, não tão raro, dificilmente muda de opinião, o que vai ter influência significativa no resultado do produto.

3) Da idéia inicial até o projeto final, houve mudanças significativas? Cite algumas.

4) Houve solicitações da família que não puderam ser atendidas? Porquê?

Essas duas questões, além das respostas em si, buscam saber qual foi a flexibilidade dessa relação cliente-arquiteto, qual o grau de liberdade que o autor do projeto teve para criar.

5) Dos ambientes que mais lhe interessavam durante a fase de projeto, algum não foi satisfatoriamente atendido no projeto? Por quê?

Esta questão pretende conhecer o nível de participação deste entrevistado na realização do sonho, além de checar as respostas anteriores.

6) Como e quando se escolheram os materiais de acabamento?

Essa questão inicia o assunto que pode mostrar o grau de participação do autor do projeto na obra.

7) O Autor do Projeto fez sugestões além do que a família pedia? Em que resultaram tais sugestões?

8) Das conversas com o autor do projeto, os aspectos mais relevantes foram de ordem estética, funcional, construtiva, relativas a custo/benefício ou de alguma outra ordem?

Estas duas questões visam a prolongar o assunto para obter mais informações sobre o relacionamento *família - arquiteto*, bem como sobre o grau de liberdade com que o autor do projeto pode trabalhar, que serão úteis na comparação com o grau de satisfação obtido com o ambiente construído.

9) Como foi decidido o "estilo" da casa?

Essa questão bastante aberta, sem rigor de linguagem, pretende desvelar símbolos e valores, além de validar as informações sobre o grau de participação do autor do projeto em todas as decisões.

c) Da construção

1) Como foi contratado o Responsável pela Obra?

2) Como foi contratada a equipe de mão de obra?

Ambas as questões destinam-se a abrir a conversa para revelar a participação do responsável legal, aquele que assinou os documentos, na efetiva condução técnica da obra.

Há casos, principalmente com profissionais jovens, em que o próprio Autor do Projeto se encarrega da sua aprovação junto aos órgãos oficiais competentes e, por ainda não estar contratado o Responsável Técnico pela Obra, o autor assina os documentos pelos dois, isto é, como autor e como responsável pela obra. Em alguns desses casos, o micro-empendedor contrata apenas um empreiteiro de mão de obra e o autor do projeto, às vezes sem saber, permanece como Responsável Técnico pela Obra, obrigando-se a responder, civil e criminalmente, por quaisquer ocorrências relativas à construção.

3) Qual foi a participação do Autor do Projeto durante a obra?

Aqui, além das informações diretas, se pretende iniciar também a questão do respeito à autoria do projeto.

4) Que outros profissionais tiveram participação na obra? Porquê?

Pretende-se saber o porte da estrutura empregada na produção deste ambiente, já que nem sempre os projetos complementares são encomendados a profissionais habilitados.

5) Houve modificações do projeto durante a obra? Porquê e como se realizaram?

6) Qual foi a participação do Autor do Projeto nessas modificações?

7) Houve modificações desejadas que não puderam ser feitas durante a obra? Quais e porquê?

Novamente, além das informações diretas, se pretende checar o grau de participação do autor do projeto e a questão do respeito à autoria.

8) Como foram contratados os serviços de terceiros, por exemplo, pisos de madeira ou pedra, gesso, iluminação, revestimentos especiais, etc.

Pretende-se saber como a obra foi conduzida, se havia um profissional habilitado dirigindo e coordenando todos os serviços, seja o Responsável Técnico seja o Autor do Projeto.

9) Que modificações você faria na equipe de construção?

Essa questão visa a verificar a validação e/ou modificação do grau de consciência desse micro-empendedor sobre a importância dos profissionais habilitados bem como da importância de um coordenador de todos os serviços.

d) Da residência

1) Morar na casa é como você imaginava que seria?

Essa questão visa a deixar o cliente à vontade para manifestar insatisfações, elogios e críticas. O início da resposta, elogio ou crítica, frequentemente já denota a disposição geral do entrevistado para com todo o processo. Verificando-se as respostas, especialmente a esta questão, percebe-se o acerto na escolha da entrevista aberta como método de obtenção de dados. Permitindo-se ao entrevistado falar livremente, sem interrupções e sem tempo limitado, constata-se que sua ênfase vai oscilando durante a resposta, entre elogios e críticas, aparentemente se contradizendo, mas de fato, mostrando satisfações e insatisfações que invariavelmente se misturam nas percepções subjetivas.

Parece lógico que, não apenas nesta pesquisa, mas também ao final de qualquer outro processo, nenhum dos entrevistados se sinta numa situação de completa satisfação ou absoluta insatisfação com relação a todas as suas fases.

2) Quais os ambientes que mais lhe agradam? Quem os sugeriu?

3) Quais os ambientes que você menos gosta e porquê?

Essas questões buscam informações subjetivas de cada entrevistado, tanto a respeito dos ambientes preferidos quanto do grau de sua participação no processo de realização.

4) Quais os ambientes que você mais usa? Quem os sugeriu?

5) Quais os ambientes em que a família mais se reúne?

6) Quais os ambientes que você mais usa para receber seus amigos?

Essas três questões têm o mesmo teor das duas anteriores, mas fornecem informações objetivas, tanto de cada entrevistado como do conjunto da família.

7) Você faria a casa diferente hoje? Em quê?

8) Você já fez ou planeja fazer alguma reforma nesta casa? Qual?

Estas duas questões buscam checar as respostas às questões anteriores: checagem subjetiva (faria?) na questão 7 e checagem objetiva (planeja?) na questão 8.

e) Do conforto ambiental

Convém ressaltar que *conforto ambiental* está sendo usado, nesta seção, com certa liberalidade. Como o que importa são as impressões dos usuários e não cabem medições com o rigor técnico pertinente ao assunto, seria mais correto empregar-se o conceito de agradabilidade ou de domesticidade (COELHO, 2000). Contudo, considerando sua melhor inteligibilidade para os entrevistados, preferiu-se manter aquela expressão dentro de uma conotação mais popular. Pelo teor das respostas e dos comentários, com certeza nenhum especialista se confundirá, ao contrário do que poderia ocorrer com não especialistas diante da situação inversa.

- 1) *Sem considerar ar-condicionado, quais são os ambientes mais agradáveis no inverno? Sabe por quê?*
- 2) *E quais são os ambientes mais agradáveis no verão? Sabe por quê?*
- 3) *Quais são os ambientes mais quentes, mais frios ou úmidos?*
- 4) *Considerando apenas a iluminação natural, quais os ambientes mais claros e os mais escuros nas férias de julho? Sabe por quê?*
- 5) *Como foi definida a iluminação artificial? O que você acha dela?*
- 6) *Em que medida o som externo ou de algum ambiente interfere em outros ambientes? Sabe por quê?*
- 7) *A circulação e integração entre os ambientes mostram algum inconveniente no dia a dia? E em festas?*

Com esta seqüência busca-se checar e detalhar os diversos aspectos relativos à seção anterior, à luz de eventuais comparações com dados físicos.

8) Que modificações você faria em todo esse processo de materialização do sonho?

Pretende-se verificar a validação e/ou transformação, do grau de consciência desse micro-empendedor sobre a importância dos projetos, da participação dos profissionais adequados a cada função e de uma coordenação geral na produção de um ambiente construído.

9) Qual é a formação escolar (graduação) do Autor do Projeto?

10) Qual é a formação escolar (graduação) do Responsável Técnico pela obra?

Duas questões de caráter informativo que buscam verificar qual a condução técnica mais usual desse tipo de micro-empendimento.

O Questionário Orientativo para as entrevistas auto administradas contém as mesmas questões e na mesma ordem. Adaptam-se apenas algumas formas de perguntar, mais claras para a linguagem escrita.

Capítulo 5

Análise comparativa das entrevistas aplicadas a moradores de Alphaville.

"À sua volta, a atmosfera era de uma frescura agradável, tanto mais que, a dois metros, para além da fronteira de sombra e de sol, tudo parecia uma fornalha em que as moscas zumbiam ruidosamente..."

O lugar da casa que Maigret mais apreciava era aquele em que se encontravam: um lugar sem nome, uma espécie de pátio entre a cozinha e o jardim, parcialmente coberto e que, a pouco e pouco, tinham mobiliado, até instalado um fogão e um bufete, para aí tomarem a maior parte das refeições estivais.

Fazia lembrar um pátio espanhol, com o chão de tijoleira vermelha que dava à sombra uma tonalidade especial". (SIMENON, 1986, 7 e 8, apud COELHO, 2000, 390)⁷.

⁷ SIMENON, Georges, "Maigret e os Cães Ferozes". Coleção Vampiro, 463, Livros do Brasil, Lisboa, 1986.

A *Casa dos Sonhos da família*, que se busca conhecer com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, está mais relacionada com *domesticidade*, isto é, a qualidade de um espaço habitacional, ou de alguns de seus elementos, onde estão presentes características que os tornam locais de aprazível viver diário da família (COELHO, 2000, 390), do que com a *alta tecnologia* incorporada à arquitetura nesta virada de milênios, com Foster, Rogers ou Piano, por exemplo (MONTANER, 2001, 247). A *domesticidade* diz respeito à família, à intimidade, aos sentimentos de lar, segundo Rybczinski (1997). A tecnologia diz respeito à qualidade de abrigo físico. Se esta não servir àquela, poderá permanecer apenas no plano do ostentar, ou seja, no plano dos símbolos não legítimos, de *status*.

Dentre os fundamentos do marketing (KOTLER, 2000), (WESTWOOD, 1997), há uma distinção entre *features* e *benefits*, bastante esclarecedora a esse respeito, de um ponto de vista técnico. *Features* são características *objetivas* de um produto ou serviço, que podem representar vantagens em relação aos produtos concorrentes. *Benefits* representam os benefícios *subjetivos* que cada consumidor percebe para si nessas mesmas características, ou seja,

"Nem todos exigem o mesmo produto e nem todos exigem os mesmos benefícios do produto. Mesmo em relação a um produto individual, nem todos os clientes o comprarão pelos mesmos motivos". (WESTWOOD, 1997, 1).

Desta forma, como dito desde a introdução deste trabalho, não são os imóveis que estão em análise. Muito embora grande parte das características físicas dessas casas (*features*) se apresentem nas entrevistas, o foco sempre estará no proveito (*benefits*) que cada usuário faz delas, nas suas vivências cotidianas (HILLIER; HANSON, 1984).

Esse enfoque representa uma atitude semelhante à de Rybczinski (1997), quando considera mais importantes *as conquistas femininas*, por meio das transformações do papel das mães de família, do que a grande variedade de aparelhos eletrodomésticos desenvolvidos ao longo de todo o século XX, ainda que estas lhe tenham facilitado o *trabalhar fora de casa* e o compartilhar o serviço doméstico com os demais membros da família.

Considerando este enfoque, em face das recentes transformações em todo o âmbito familiar, das próprias mudanças de usos do ambiente doméstico, devidas à transição para uma era pós-industrial (DE MASI, 2000) e à revolução no campo das comunicações (CASTELLS 2000, 2002), o grupo de entrevistados foi selecionado entre pessoas que tinham um certo grau de liberdade de escolha do seu ambiente residencial (MARCUS, 1997, 4).

Um certo grau de liberdade de escolha, além de ser uma das premissas, provavelmente, será a conclusão mais segura que se pode tirar desta pesquisa. Praticamente todos os entrevistados revelaram, em algum momento, que seus *sonhos* eram maiores do que aquilo que *podiam ou pretendiam* realizar. Como se pode verificar em muitas das entrevistas, sobretudo na parte relativa à fase de projeto, encontram-se respostas como:

"Acho que só não fizemos mais por que a casa já estava muito grande, pelo menos para a nossa verba" (3M).

"Todos ficaram encantados com o primeiro projeto que ele (o autor do projeto) apresentou..., mas não dava para a gente fazer. Além de muito grande, iria ficar muito caro" (16E).

"Tivemos que cortar algumas coisas... Quantos empregados não ia precisar para manter uma casa com tudo o que todos queriam?" (22E).

Considerando que se pretende investigar os processos de realização, foi estabelecido como critério basilar que cada micro-empendimento estudado fosse a primeira residência planejada, idealizada e construída pela família. Interessa exatamente a ausência de experiência anterior, para se conhecer melhor como esses clientes procuram os arquitetos e os demais prestadores de serviços técnicos especializados, bem como os acertos e os erros que eles cometem, ou como se sentem atendidos e qual a sua atual disposição tanto com relação a repetir a experiência como quanto às mudanças de atitude com relação aos meios e métodos a empregar.

Como universo para o estudo de caso, a região de Alphaville se mostrou conveniente, além do *certo grau de liberdade de escolha* mencionado, por apresentar uma grande quantidade de exemplares recentes desses micro-empendimentos, quer dizer, todos realizados dentro de um intervalo de cerca de vinte anos. Essa proximidade com relação à variável tempo, permite investigar alguma homogeneidade tanto no que diz respeito às motivações, anseios, aspirações e símbolos, como também no que se refere ao próprio processo de produção desse ambiente construído, seja na busca pelos profissionais técnicos demandados, seja nos meios e métodos empregados, sem desconsiderar aspectos que possam ser extrapolados para outras regiões.

A princípio seriam entrevistados apenas moradores dos residenciais Alphaville propriamente ditos, isto é, do Alphaville Residencial Zero ao 12, excluindo-se o 7, que não existe, e incluindo-se o 18 do Forte, o último criado pelos idealizadores, a Construtora Albuquerque, Takaoka (ver figura a seguir).

Alguns dos residenciais similares, criados por outros empreendedores, porém, tornaram-se tão integrados, geográfica e socialmente, aos Alphavilles, que seria uma restrição inapropriada excluí-los. É o caso dos residenciais Tamboré 2 e 3, Melville e do Conde. O Tamboré Residencial 1, tanto por sua localização afastada como por seu acesso diferenciado à Rodovia Castello Branco, é considerado mais como um *vizinho* do que parte do complexo. Assim, famílias moradoras dos residenciais Tamboré 3 e Melville também foram entrevistadas.

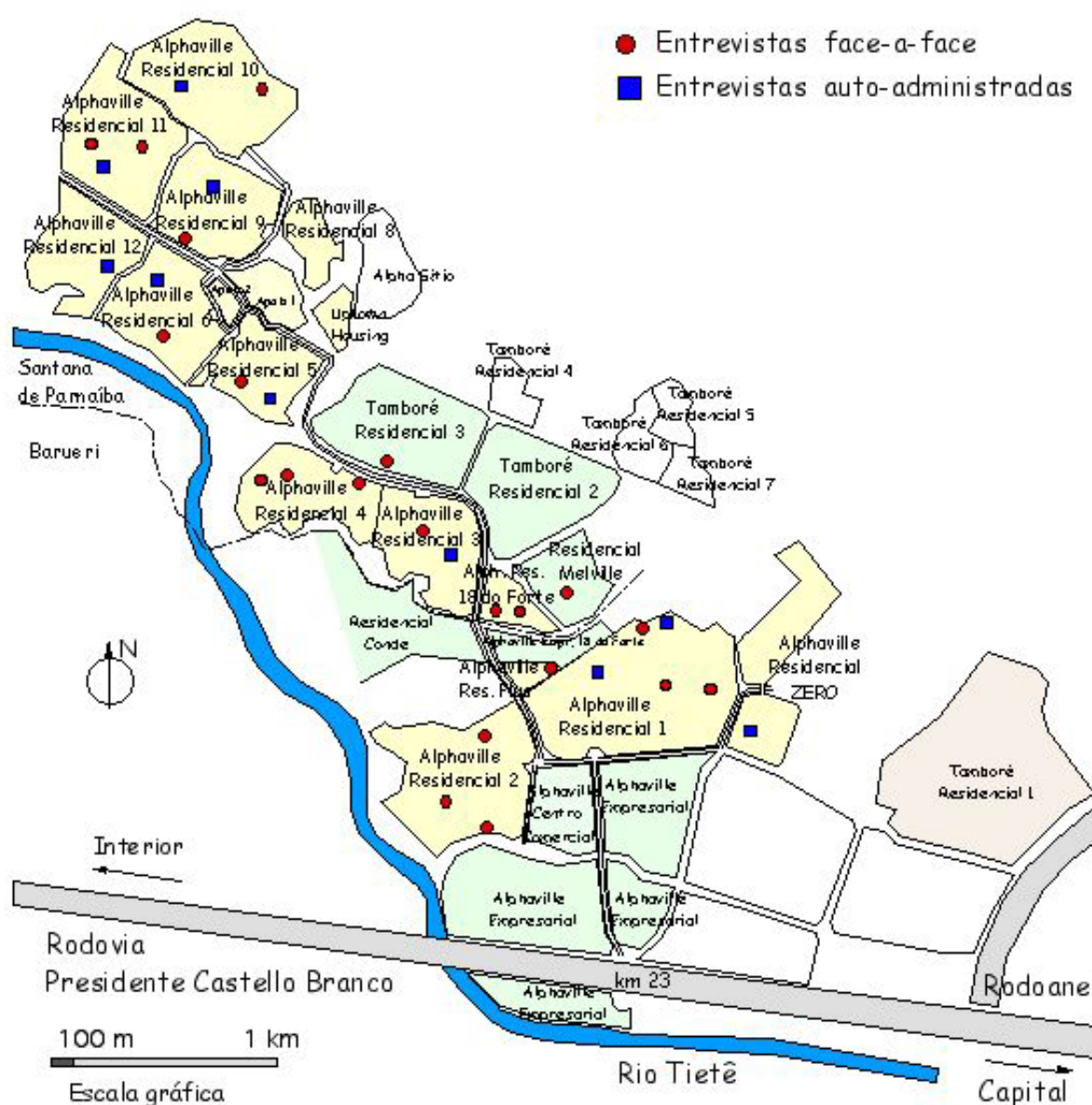


Fig. 24. Desenho esquemático da localização das habitações cujos moradores foram entrevistados nos Condomínios Residenciais da região de Alphaville (sem escala).
Fonte: AlphaVille Urbanismo S.A.

Outro critério estabelecido para seleção dos entrevistados, foi que não participariam exemplares distantes da média de cada residencial, como também o fez Marcus (1997, 4). Por exemplo, os residenciais Alphaville 1, 2, 8, 10 e ZERO, bem como os residenciais Tamboré 3 e 2, estão divididos em lotes cuja área gira em torno de 600 m² e suas casas têm área construída, em média, entre 500 e 600 m². Nestes residenciais, contudo, há casas com menos de 300 m² em lotes de 560 m², como também há casas com mais do que 1.200 m² de área construída, em lotes lembrados cuja área totaliza mais do que 2.000 m². São casos atípicos que poderiam conduzir a distorções na análise comparativa. Para os residenciais Alphaville 3 e 4, por exemplo, casas em torno de 300 m², em lotes com área de 400 m², estarão bem próximas da média do residencial.

Procurou-se ainda, abranger as mais diversas situações de relevo e orientação geográfica, bem como de localização dentro do residencial, isto é, imóveis próximos e imóveis distantes da portaria, centrais e lindeiros aos muros que cercam o condomínio, imóveis em lotes com aclive, planos e com declives, e lotes com frente, fundos e com um dos lados voltados para o Norte.

Considerando que se torna difícil estabelecer limites entre o que deve e o que não deve ser investigado, como salienta Goldenberg (2002), uma vez que, sendo uma abstração científica, não existem limites inerentes ao objeto de pesquisa, considerando a importância tanto do evento isolado como do evento generalizável para a compreensão dos fenômenos a partir de diferentes perspectivas e observadores (BECHTEL; CHURCHMAN, 2002, 205), e também considerando que o estudo de caso pode estimular novas descobertas para futuros estudos, segundo GIL (1988), pode ser interessante intercalar aqui uma questão, que se manifestou durante as entrevistas, como prevê Alves (1991, 54), que não fazia parte dos objetivos propostos inicialmente.

Ao empregar as recomendações quanto a ser ouvinte atento e buscar interpretar respostas (YIN, 2001), visando a apreender a totalidade e a complexidade das situações concretas (GOLDENBERG, 2002), percebeu-se que a restrição impondo micro-empresendedores sem experiência prévia permitiu a manifestação de uma interessante questão relacionada com a afirmação, feita no capítulo 2, de que o arquiteto não pode renunciar à sua condição de ser o profissional que *conhece a arte de prover as pré-condições materiais do conviver, acima do coabitar*.

As entrevistas revelam que, via de regra, quando a família procura o arquiteto para elaborar o projeto da sua casa dos sonhos, essa família já adquiriu o terreno. Com isso, uma das mais importantes restrições à liberdade de criar já fica estabelecida.

O entrevistado *5M*, por exemplo, pensava ter comprado um lote excelente para os seus sonhos. É um terreno em aclave, adequado para uma implantação acima do nível da rua. Essa implantação correspondia a um de seus principais anseios, mas estava relacionada, ainda que de forma inconsciente, basicamente com *símbolos de status*, ou seja, não exatamente símbolos genuínos. Com o desenvolvimento do projeto, foram sendo esclarecidos os demais anseios, aspirações, necessidades e símbolos legítimos e, só então, essa família foi percebendo a inadequação desse terreno. A área de lazer, situada entre a casa e o elevado muro de arrimo, divisa com o vizinho dos fundos, recebe insolação insatisfatória durante a maior parte do ano, dificultando o uso freqüente não apenas da piscina, mas também de todo o espaço ao ar livre. A foto 24, a seguir, mostra diversos outros imóveis com implantação semelhante à da *casa dos sonhos* deste grupo familiar.



Foto 24. Área de lazer confinada entre a casa e um elevado muro de arrimo, recebendo insolação insatisfatória. 2005.

Depreende-se das respostas desses entrevistados, que as insatisfações relativas às áreas de convivência e lazer, causadas pelas dificuldades do terreno, se tornaram bem mais importantes do que a satisfação com o aspecto visual da implantação acima do nível da rua.

Além de lembrar a afirmação de Hillier e Hanson citada no início do capítulo 2, de que a arquitetura permeia nossa vida cotidiana muito mais do que a preocupação com as propriedades visuais poderia sugerir, essa situação é praticamente impossível de ser solucionada na primeira casa dos sonhos empreendida por uma família.

Talvez seja por esse motivo que diversos entrevistados se mostraram dispostos a empreender uma segunda casa, mais satisfatória em relação aos seus anseios e, também, manifestaram seu desejo de serem acompanhados pelo arquiteto na escolha de um eventual próximo terreno.

Visando manter a espontaneidade dos entrevistados, como exposto no capítulo 4, além das entrevistas serem realizadas individualmente, logo de início deixava-se claro que não eram as pessoas que estavam sendo analisadas e que, portanto, nomes não deveriam ser mencionados. Contudo, parece ser inevitável que uma senhora se refira ao marido e aos filhos citando seus nomes, como também foi bastante freqüente utilizar o nome do arquiteto ou do construtor.

Assim, toda vez que ocorreram tais citações, nas transcrições os nomes próprios foram substituídos por sua posição no grupo. Por isso algumas frases das transcrições podem, eventualmente, parecer um pouco estranhas. Apenas a título de exemplo, se o entrevistado respondia "quando nasceu a Mariazinha", a transcrição seria feita por "quando nasceu a filha 2".

Da mesma forma, quando o nome do autor do projeto foi citado, este foi substituído ou por *arquiteto* ou por *autor do projeto*, o nome do construtor por *construtor* e similarmente para os demais prestadores de serviços, como também para *vizinhos* e para *amigos*.

Uma situação que ocorreu com certa freqüência mostrou o acerto com relação à importância dada à privacidade das entrevistas. Alguns entrevistados, principalmente os menos satisfeitos, expressaram o desejo de que seu cônjuge presenciasse a sua entrevista. É provável que, se assim ocorresse, as suas respostas poderiam ser mais dirigidas a fazer o seu cônjuge ouvir as suas atuais insatisfações, do que a discorrer livremente sobre os aspectos mais relevantes para si, positivos ou negativos, das fases de idealização, de planejamento e de realização da casa.

Para a análise comparativa das respostas, que se segue, foi mantida a mesma estrutura estabelecida para a elaboração do questionário orientativo, organizada em torno dos seguintes temas:

- a) da intenção.
- b) do projeto.
- c) da construção.
- d) da residência.
- e) do conforto ambiental.

Após cada questão são apresentadas as características mais marcantes das respostas obtidas, em função dos objetivos gerais da pesquisa.

a) Da intenção.

- 1) *Como surgiu a idéia de construir uma casa num condomínio fechado? Por quê não comprar uma casa pronta?*
- 2) *Quais as vantagens que lhe interessavam no condomínio fechado?*
- 3) *E quais as desvantagens?*
- 4) *O que acha hoje da vida num condomínio fechado?*

Estas quatro questões devem ser analisadas em conjunto pois, como foi explanado no capítulo anterior, sua finalidade é abrir a conversa e criar uma situação confortável para o livre discorrer. As perguntas são bastante abertas para permitir aos entrevistados expor suas idéias, aspirações, motivações e críticas e deixá-los à vontade, para que cada entrevistado possa mostrar em que temas residia a sua ênfase. Comparando-se as respostas, pode-se perceber que ao responder à segunda, à terceira ou à quarta questão, freqüentemente os entrevistados voltam ao que foi perguntado nas anteriores. Somente uma análise de todas como um só conjunto pode permitir alguma compreensão com respeito às diferentes perspectivas e à complexidade do tema.

Em primeiro lugar, as respostas a estas questões mostram a necessidade de subdividir os entrevistados em grupos e subgrupos. Uma primeira divisão seria entre o que poderíamos chamar de *primeiros moradores e moradores mais recentes*. A distinção não é precisa por haver certa superposição, mas há uma clara predominância, ou seja, uma marcante diferença de motivações entre aqueles que empreenderam a construção de sua casa em Alphaville durante os primeiros anos após sua implantação, isto é, a partir de 1976, e os que o procuraram a partir da segunda metade da década de 1980, aproximadamente.

Para o grupo dos *primeiros moradores*, as motivações se referem mais às aspirações relativas à casa propriamente dita, ou seja, ao desejo de espaços amplos, de jardins, de lazer lúdico no cotidiano para os filhos, da convivência com vizinhos, de verde e de ar puro. A questão da segurança aparece como que de passagem nas respostas, como algo lembrado mais em função da situação atual do que como uma motivação à época.



Foto 25. Liberdade para brincar na rua. 1987.

Fonte: foto cedida por entrevistado.

Com relação à convivência com os vizinhos, com o sentir-se parte de um grupo social homogêneo, mais do que a segregação (RUDLIN; FALK, 2001,108), praticamente todos os entrevistados deste grupo se referem a este *primeiro período* como uma época de convivência bem mais intensa do que a atual. Além da convivência com os vizinhos mais diretos, são diversos os relatos que mencionam as festas realizadas no clube, algumas especiais, com atrações até internacionais, mas na maior parte, festas simples tais como juninas, de dia da criança ou de dia das mães. Uma destas, mencionada por diversos entrevistados de diferentes



Foto 26. Convivência com vizinhos. 1987.

Fonte: foto cedida por entrevistado.

grupos de amigos, era realizada na discoteca do clube, a *Muleka*, para casais jovens, que se chamava *Casais 30*, referência a uma série de TV muito popular à época, intitulada *Casal 20*.

Para o grupo chamado de *moradores mais recentes*, a busca da segurança em função do crescimento da violência na Capital aparece de imediato, como a principal motivação da busca pelo condomínio residencial fechado. A entrevistada 8E, por exemplo, relata que logo após ter sido assaltada na porta de seu próprio domicílio, e depois de ter ido à delegacia para relatar a ocorrência, saiu com o marido para procurar uma casa ou um lote em Alphaville. Com relação à convivência com os vizinhos, mencionam frequentemente que esta não ocorre com a intensidade que esperavam. Os encontros e reuniões com amigos residentes em outras localidades parece ser mais comum do que com os moradores do mesmo residencial em que habitam.

O grupo dos *primeiros moradores*, quanto à motivação pelo condomínio fechado, deve ainda ser subdividido em *esposas e maridos*. Diversas esposas dessa primeira fase, à parte de se sentirem satisfeitas com a casa, frequentemente mostram-se insatisfeitas com a sua localização. Com relação aos maridos, para uma parte significativa dos entrevistados, parece ter havido inicialmente a intenção de construir uma casa como investimento, isto é, para vendê-la depois de pronta. No decorrer do processo de construção, porém, essa intenção foi se transformando em opção de moradia.

A entrevistada 1E, por exemplo, relata: *"quando nasceu meu terceiro filho, era inviável ir para um apartamento lá em São Paulo, era inviável devido ao preço. E aí acabou construindo aqui. [...] Foi um investimento que veio a calhar quando nasceu o terceiro filho. [...] Eu não vim por livre e espontânea vontade. Eu vim por necessidade. [...] Eu trabalhava. Eu ia onde queria. Jamais queria morar aqui. De repente, morar aqui..., é tudo longe. É uma coisa que me limitou muito"*.

Seu marido, paralelamente, relata que *"inicialmente foi investimento, a compra do terreno, e depois foi uma solução para eu partir para uma casa própria. Então não foi o fato de ser um condomínio fechado. Eu nem tinha idéia do que era um condomínio fechado"*.

A entrevistada 21E, por sua vez, declara que só ficou sabendo que *"viria morar aqui, quando a casa estava quase pronta"*. Ela participava das reuniões com o autor do projeto, não como se tratando de sua casa mas como o projeto de um imóvel para vender.

Já seu marido manifesta claramente as insatisfações mencionadas na introdução deste trabalho, como sendo alguns dos estopins capazes de detonar a *reação em cadeia* deste processo em estudo. *"Eu morava numa casa [...] muito boa, grande, [...] e comecei a sentir a casa relativamente pequena por um lado, numa rua meio incômoda [...], num bairro cujo nível de ruído era muito alto [...] e já se falava em periculosidade"*.

Mais adiante, seu relato prossegue mostrando a *reação em cadeia* já se processando, e nitidamente mesclada com a intenção de investimento, mostrando que as motivações não estão em compartimentos estanques. *"Como eu conhecia muito bem Alphaville, pois eu havia comprado um terreno no Alphaville 1, na época do lançamento, e eu tinha um primo que morava aqui, morava e mora ainda no Alphaville 2, [...] nesta época que eu estou falando, 1981, 1982, é que às vezes, a gente ia passar o fim de semana no interior, que era o Alphaville. A gente vinha para cá, ficava na casa desse meu primo e passava o fim de semana aqui e, obviamente, começamos a gostar da tranquilidade daqui. [...] Eu decidi fazer uma casa, que a princípio minha mulher não estava querendo muito vir para cá, achava distante... E eu estava fazendo a casa para vender, não para morar."*

O prosseguimento do seu relato mostra o envolvimento progressivo do grupo familiar nesse processo de realização desta casa dos sonhos, que se investiga nesta dissertação: *“Mas com o desenvolvimento do projeto, encontrar o arquiteto e tal, a família se envolveu de tal forma no projeto, que não saiu uma casa para vender, saiu uma casa para morar. Toda a família se envolveu. A intenção estava indefinida, mas aí que começou..., aí que a família..., como ela se envolveu no projeto, aí cada um começou a decidir onde ficar, qual o quarto, tal, daí eu atingi o meu objetivo. O meu pessoalmente e, talvez, dos meus filhos, era vir para cá. Minha mulher que ainda estava meio relutante, mas como envolveu toda a família e, ela mesma também se envolveu, então a decisão foi tomada. Então, a casa foi feita para nós, com o nosso jeito, com os defeitos que ela possa ter e com as virtudes que ela possa ter”*.

Este relato, além de mostrar diversos aspectos do processo em estudo, tais como as insatisfações com o ambiente de que dispunham anteriormente como origem da idealização, a relutância da esposa em se mudar para longe do centro urbano, o envolvimento progressivo de toda a família na criação do ambiente, mostra sobretudo o jogo político existente dentro do grupo, como foi exposto no capítulo 2. Ao final, este entrevistado *21M* confessa candidamente que atingiu o *seu* objetivo. Logo a seguir, note-se que ele se apressa em ressaltar que tal objetivo era também o dos filhos. Apenas a esposa não queria.

Um aspecto interessante neste caso é que a mudança de objetivo do grupo familiar, isto é, a transformação de investimento familiar para habitação do imóvel, não foi ditatorialmente imposta por um *chefe*, como se pode depreender de outras entrevistas. Houve um processo democrático, um plano político de envolvimento e de convencimento.

Ainda no sentido de que, para os primeiros moradores, quanto à motivação, é preciso distinguir entre esposas e maridos, há uma outra esposa, 14E, que declara: *"não é o caso de não gostar... Eu simplesmente odeio isto aqui. Com todo este espaço, esse verde, eu sinto uma espécie de claustrofobia. Eu queria estar na cidade, sair na rua, andar na calçada, sentir cheiro de fumaça..., qualquer coisa em vez dessa tranqüilidade... Esse excesso de paz me dá claustrofobia"*.

Mais adiante, no entanto, é interessante observar as intenções dessa mesma moradora, bem específicas com relação ao proveito dos filhos, ao pensar no projeto de alguns dos ambientes da casa, e compará-las com o uso que os filhos fizeram desses mesmos ambientes. Durante a fase de projeto, eles tinham apenas um filho, de 9 anos. A filha nasceu já na fase final da obra. Esta entrevistada relata que queria que seu filho, quando crescesse, pudesse se reunir com os amigos em casa. Para isso, fez um salão de estar, na parte inferior que, além de ser uma área de lazer interna, com certa privacidade, faria a ligação entre a casa e a área de lazer externa.



Foto 27. Área de lazer com o referido salão ao fundo, fornecida pelos entrevistados, 1984.

O filho, hoje com mais de trinta anos, casado e também morador de Alphaville, por opção própria, isto é, por querer proporcionar à sua filha o que ele teve de melhor, como ele mesmo declara, relata, ainda, que os melhores momentos de sua adolescência e juventude se passaram nesse salão, que se tornou de fato o ponto de reunião de sua turma.

"Às vezes, tinha mais de vinte amigos meus no salão. Passávamos horas e horas lá jogando, conversando..., e, às vezes, a gente 'varava' a madrugada com o grupo da escola, estudando ou fazendo trabalhos..." É interessante notar que, ao contrário do que costuma ocorrer atualmente, este entrevistado relata que praticamente todas essas vinte e tantas amizades permanecem até hoje, apesar de muitos já estarem casados e morando em outros lugares.

Para o que se refere ao escopo desta pesquisa, a questão que se repete em muitas das entrevistas é uma espécie de dicotomia *mulher-mãe*. Separadas por poucos minutos de conversa, há manifestações de extrema insatisfação da *mulher* com o ambiente construído, motivadas principalmente por isolamento, solidão no dia-a-dia, redução das atividades pessoais causada pela maior complexidade do *ir e vir*, seguidas de manifestações de profunda satisfação da *mãe* com relação ao proveito que os filhos fazem, ou fizeram desse mesmo ambiente construído.

Com relação ao grupo aqui denominado *moradores mais recentes*, a subdivisão em *maridos* e *esposas* parece perder a importância. Torna-se marcante como motivação principal, nestas entrevistas, a busca por segurança. Provavelmente é por essa razão que o consenso entre ambos, inclusive quanto à localização da sua casa dos sonhos, seja mais patente.

Uma insatisfação digna de nota neste segundo grupo, refere-se às dificuldades dos filhos crescidos lá, em relação ao ambiente urbano. "*Minha filha não consegue andar em São Paulo sozinha. Como ela não gosta de dirigir, tenho que levá-la na faculdade..., depois o pai busca..., todos os dias... Para ir às baladas, a gente reúne várias amigas dela e aluga uma 'van', que leva, fica esperando e traz de volta...*", relata a entrevistada 11E.

b) Do projeto

1) *Como foram pensadas as dependências da casa?*

A decisão de colocar esta questão em primeiro lugar, antes daquela que se refere à contratação do arquiteto, parece ter sido acertada. Quase que sempre os entrevistados começam falando, de uma forma genérica, de suas aspirações e das insatisfações com o ambiente de que dispunham, mostrando como o processo de realização vai se originando mais ou menos inconscientemente. A procura do arquiteto, de maneira geral, representa o terceiro ou o quarto passo na cadeia de acontecimentos. O primeiro passo é representado pela tomada de decisão de produzir um ambiente que atenda à maior parte das suas necessidades, das suas aspirações e dos seus anseios. O segundo é a compra do terreno e o terceiro mostrou-se, mais freqüentemente, ser a procura por um construtor, verificada em 17 das 30 entrevistas.

Esta questão, em conjunto com a parte anterior, da intenção, apresentou a possibilidade da identificação tanto do *patrão*, conforme explanado no capítulo 4, como do grau de influência que este exerceu dentro do grupo. Algumas das entrevistas, tais como 7M e 7E, mostram um dos extremos, em que o *patrão* é muito forte e exerce todo o seu poder abertamente. Na entrevista 9E, o *patrão* nitidamente aparece como sendo o autor do projeto. Comparando-a com a entrevista 9M, no entanto, como se mostrará mais adiante, fica clara a percepção de que o principal *patrão* é o próprio entrevistado 9M, que na verdade delegou seu poder ao autor do projeto. Outras entrevistas apresentam os mais variados matizes de negociação entre as partes interessadas, inclusive apresentando generosas concessões pessoais no interesse da satisfação do grupo como se verá à medida que forem aparecendo na análise comparativa.

Digno de nota, por hora, é o caso da entrevistada *8E*, que se privou de uma aspiração pessoal, uma pequena sauna, para poderem ter uma *quadrinha* de vôlei, mais usada por todos, o que dá a ela mesma bastante satisfação pessoal.

Pode-se observar que, nesta fase de início de projeto, as aspirações ainda são geralmente pouco concretas. Assim, parece ser nesta etapa que a atuação do arquiteto, como o elemento que conhece *a arte de prover as pré-condições materiais que podem gerar ou inibir a convivência e a privacidade*, pode ser fundamental na definição do rumo que o grupo seguirá. É neste momento que ele tem a maior possibilidade tanto de se estabelecer como o *patrão*, passando a impor suas convicções, como de se posicionar como o empregado, pronto a atender às ordens de um eventual *patrão*.

Mas também é nesta fase, por excelência, que o autor do projeto pode melhor exercer aquela *ética das responsabilidades* mencionada no capítulo 2, assumindo o papel, não de *patrão*, mas de *líder e coordenador*, disponibilizando todo o seu acervo, como pano de fundo, ao serviço do processo de concretização dos anseios e das aspirações mais legítimas da *família-cliente*.

Neste sentido, há um interessante e sintomático relato do entrevistado *19M*, contando como seu amigo lhe recomendou o arquiteto que havia feito o projeto de sua casa:

"Esse arquiteto vai concordando com tudo o que cada um fala..., parece que nem tem personalidade. Depois ele vai fazendo tudo do jeito que ele tinha dito que achava melhor. No final, tu concordas com ele e ainda acha que tu já querias o que ele dizia que era melhor".

2) Como foi contratado o Autor do Projeto?

São diversas as formas pelas quais esses micro-empresendedores buscam o autor do projeto. Como já foi dito, muitos procuram antes por um construtor, outros seguem recomendações de amigos ou conhecidos, às vezes indicações do próprio corretor que lhes vendeu o terreno, e há outros que procuram diversos escritórios de arquitetura para depois selecionar um desses.

Neste último caso, costuma ocorrer um fenômeno um tanto perverso, principalmente com profissionais mais jovens e menos experientes. Seja pela importância subjetiva que a casa dos sonhos assume para esse micro-empresendedor, seja pela própria ausência de experiência prévia de sua parte, esse potencial cliente costuma solicitar um estudo para cada arquiteto consultado. Os profissionais mais jovens aceitam a imposição e despedem muitas horas de intenso trabalho, na expectativa de conseguir o cliente. Ao final da seleção, um deles é escolhido e todos os demais não recebem nenhuma remuneração pelo serviço prestado. Isto ocorre com relação aos processos de seleção honestos, felizmente a maior parte, pois também há clientes aparentemente potenciais, que se aproveitam da ansiedade e da boa vontade desses jovens, para apenas obter boas idéias, não contratando, às vezes, nenhum arquiteto para o detalhamento do projeto.

Este fenômeno com certeza não é exclusivo da região de Alphaville, pois Johnson, citando Diamonstein, sustenta que empresários *"sabem que eles podem obter trabalho arquitetônico muito barato porque nós estamos morrendo para construir e o faríamos por nada, por tanto tempo quanto ainda conseguíssemos comer"* (JOHNSON, 1994, 129).

Quando esse micro-empendedor procura primeiro o construtor, é comum este assumir de imediato o papel de coordenador do micro-empendimento. Se ele não dispõe de serviços de arquitetura em sua empresa, habitualmente ele chama um arquiteto de sua confiança e promove, em seu escritório, as reuniões iniciais entre cliente e arquiteto. Enquanto o cliente em potencial e o arquiteto mantêm as conversas preliminares visando a uma eventual contratação, este construtor já vai recomendando ao cliente a realização de alguns trabalhos preliminares, tais como sondagem do subsolo e levantamento topográfico, que serão necessários para a elaboração do projeto, e que o próprio construtor pode se encarregar de providenciar. Antes que o cliente se dê conta, o cargo de coordenação do empreendimento já está ocupado pelo construtor. Este procedimento, verificado na atividade de *observação* descrita no capítulo 4, pode ser confirmado nas entrelinhas de diversas entrevistas, tais como 6, 8, 12 e 15, entre outros.

Pelo menos nos casos em que o autor do projeto é o primeiro profissional a ser procurado, ele é quem deveria assumir também esse cargo de coordenação de todas as atividades, para o qual o arquiteto é o profissional adequado, e é quem pode ter a melhor visão de conjunto da obra.

"O engenheiro civil, via de regra, vê uma construção como uma série de elementos estruturais, enquanto que para um arquiteto, trata-se de uma coleção de recintos". (BAILEY; SMITH, 1994).

3) *Da idéia inicial até o projeto final, houve mudanças significativas? Cite algumas.*

4) *Houve solicitações da família que não puderam ser atendidas? Porquê?*

A análise das respostas a estas duas questões deve ser feita em conjunto, pois ambas se complementam e se esclarecem. Provavelmente por que as entrevistas foram feitas muito tempo depois da época do projeto, houve uma tendência maior a responderem que não houve mudanças significativas da idéia inicial até o projeto final. Todavia, quando se faz a pergunta seguinte, que se refere mais especificamente aos anseios iniciais, torna-se muito freqüente os entrevistados voltarem à questão anterior e retomarem aspirações pouco definidas, não atendidas e, às vezes, até esquecidas.

O entrevistado *2M*, por exemplo, um publicitário com cerca de 35 anos à época do projeto, gostaria de que seu ambiente de estar íntimo, seu *hometheater*, tivesse acesso visual a uma boa paisagem. Mesmo que ele nunca tenha formulado conscientemente essa aspiração, a possibilidade física havia e, por isso, uma sensação de perda acabou aflorando durante a própria entrevista, ao discorrer livremente sobre suas atuais satisfações e insatisfações relativas ao dia-a-dia na sua *casa dos sonhos*.

Já para o entrevistado *11M*, houve uma aspiração concreta com relação à vista da paisagem e a integração física das salas com a área de lazer externa, ou seja, ele queria uma vista livre e, também, sair da sala caminhando para o gramado e para a piscina. O relevo acidentado do lote impossibilitou parte da realização desejo. As salas, apenas com janelas, ficaram um andar acima da área externa, como se vê nas fotos a seguir.



Fotos 28 e 29. A sala de estar da casa 11, sem saída direta para os jardins, e a área de lazer vista desta sala, 2005.

No primeiro caso, uma visão melhor do projeto por parte desse futuro usuário, uma percepção mais clara do ambiente ainda por ser construído, teria evitado tal desacerto. Já para o segundo caso, apenas uma assessoria antes da compra do lote, dotada de um bom conhecimento de suas aspirações, poderia prevenir a insatisfação resultante.

Na elaboração dos projetos em que houve maior interação entre o *autor do projeto* e a *família-cliente*, ainda que não tenha havido uma intenção explícita, pode-se perceber a presença dos conceitos desenvolvidos em "*Pattern Language*", em que Alexander (1977) defende uma forma de realizar a arquitetura que pode extrapolar o mundo dos especialistas. Para ele, cada indivíduo é capaz de sentir as relações de idoneidade no espaço e inventar seus próprios "*patterns*". Parece que, uma vez organizadas as idéias mais gerais, os "*patterns*" iniciais na obra citada, à medida que se vai aprofundando no detalhamento das idéias mais concretas, correspondentes aos "*patterns*" intermediários, vão progressivamente crescendo não apenas a compreensão e o interesse pelo projeto, mas também a vontade e a própria capacidade de cada integrante do grupo, de interpretar e de manifestar seus próprios anseios, suas aspirações e seus símbolos.

São inúmeros os entrevistados que relatam um envolvimento progressivo da família durante a fase de elaboração do projeto. O exemplo mais significativo de colaboração, no autêntico sentido de *elaborarem juntos*, ocorreu com a cozinha da residência 19, mencionada no capítulo 2.

Definidos os “patterns” mais gerais, chegou o momento de detalhar a cozinha, ambiente de extrema importância para este usuário, inclusive no que se refere à *educação para o ócio* (De Masi, 2000). Sendo o executivo principal de uma grande empresa multinacional, para a ocupação de seu tempo livre em casa, sua atividade preferida é cozinhar. Buscando a melhor maneira de exprimir suas aspirações, ele recorre à linguagem preferencial do autor do projeto, o desenho, para esboçar a sua idéia.

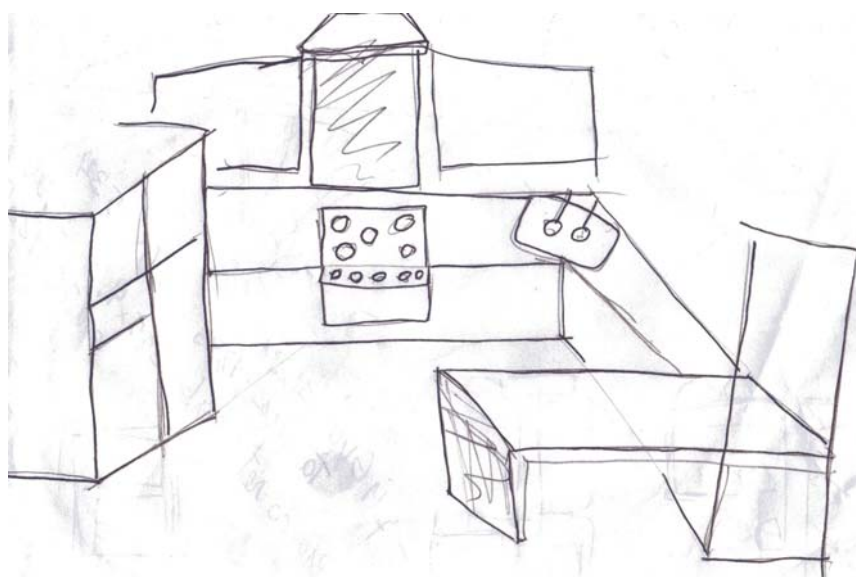


Fig. 25. Esboço da cozinha feito pelo entrevistado, à época do projeto, 2005.

Apesar da imprecisão técnica do desenho, as informações são claras e corretas. O autor do projeto, segundo seu relato, aceitou as bases estabelecidas pelo cliente e o diálogo foi prosseguindo na mesma linguagem.

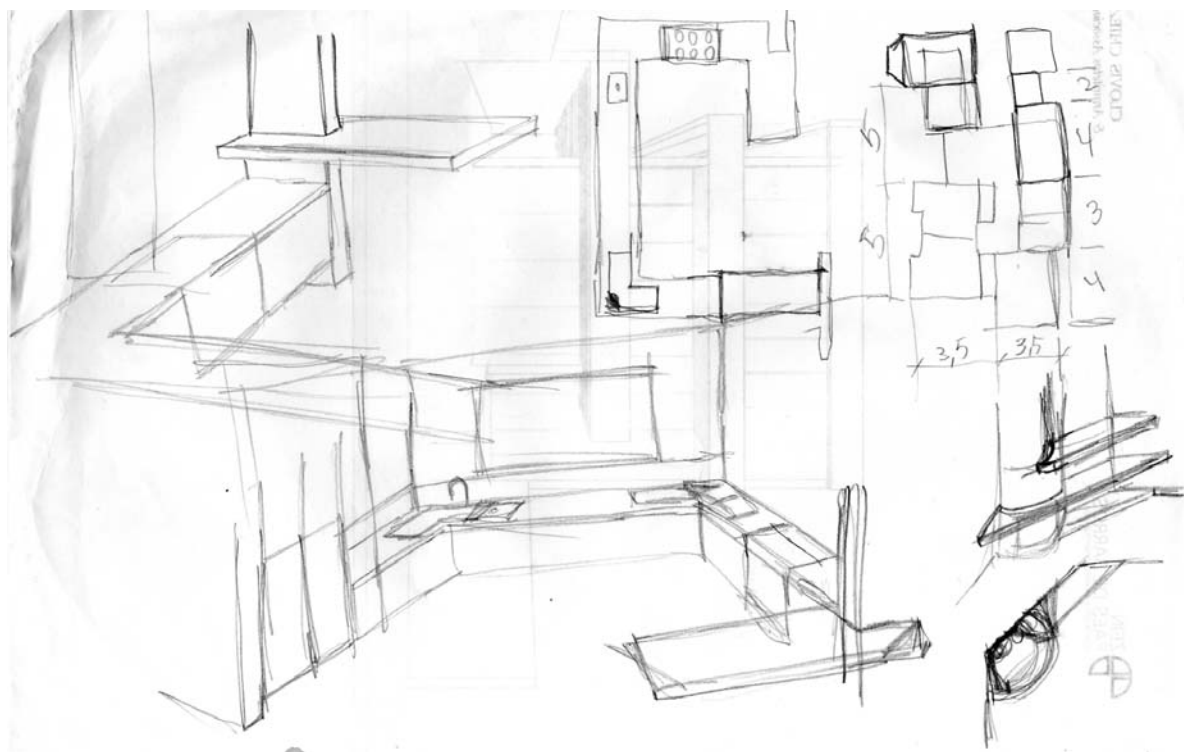


Fig. 26. Esboços do projetista, fornecidos pelo entrevistado, com autorização do autor. 2005.

A idéia inicial vai se desenvolvendo em plena colaboração. Ambos, sem se lembrarem de quem é o *autor do projeto*, de quem é o *cliente* e, menos ainda, de quem é o *patrão*, vão concebendo o ambiente até chegarem ao consenso.

Somente depois de estudar até mesmo os "*patterns*" mais, aparentemente, insignificantes, tais como ornamentos, luz natural e artificial, cor, assentos e disposição de objetos pessoais (ALEXANDER, 1977, 1997), é que o *colaborador* mais técnico produz um esboço final, aproximadamente em escala, para confirmar a mútua compreensão e a viabilidade do produto resultante.

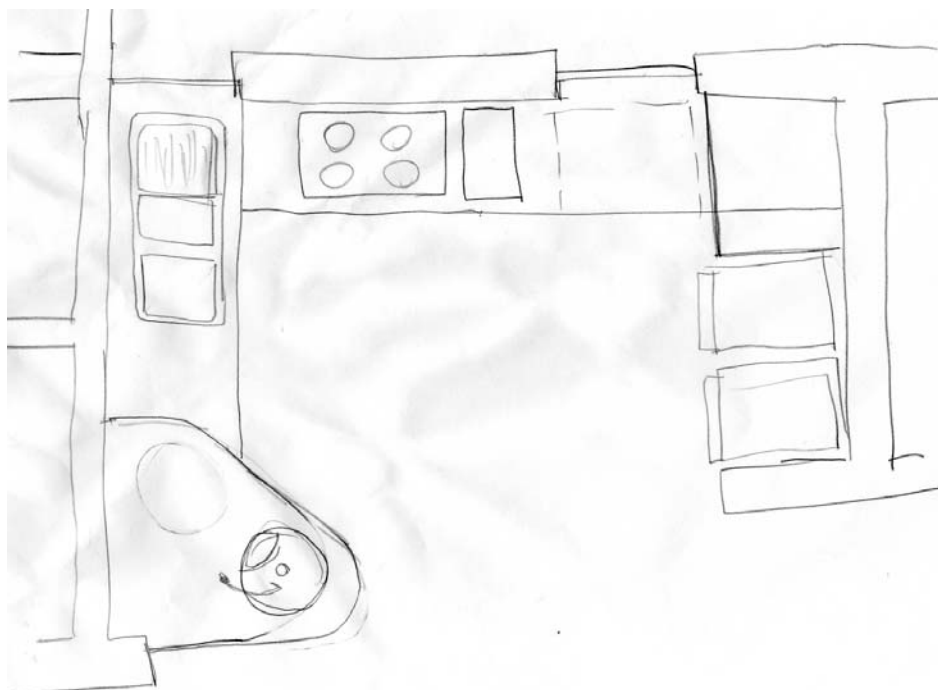


Fig. 27. Esboços finais desta cozinha, fornecidos pelo entrevistado, com autorização do autor. 2005.

Inventado desta maneira, e ocupando um reduzido espaço, esse ambiente construído resultou completo e adequado para as atividades desejadas.

Segundo a opinião do entrevistado, esse ambiente é completo porque dispõe de todas as utilidades de que ele necessita numa cozinha. E é adequado porque a sua função principal não se resume a prover alimentação. Para ele, este é um dos ambientes sociais da casa. O seu lazer não se limita a cozinhar. Ele quer entreter-se cozinhando *para e com* amigos.

Como se pode observar na figura 28, a seguir, não há separação entre a área de produzir e a área de consumir os alimentos. Mais ainda, a integração com a área externa de lazer é imediata, separada apenas por uma porta de vidro, que mais serve de proteção contra intempéries do que como divisão. Nem mesmo no piso ou no teto há qualquer divisão, como também não há divisão no piso que continua pelo *hometheater*, se estendendo por todo o pavimento térreo.

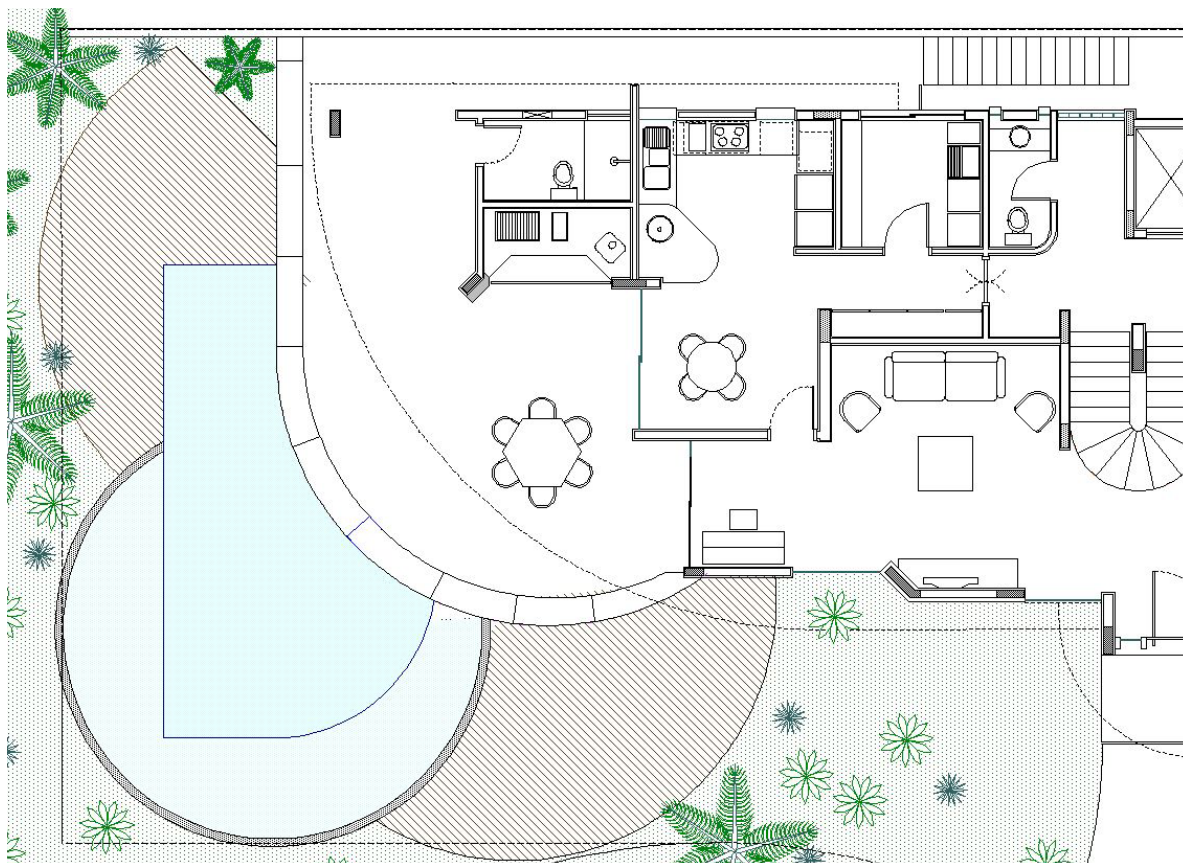


Fig. 28. Parte do desenho de implantação, já apresentado, ampliado, no qual se pode perceber a centralidade e a permeabilidade da cozinha em relação a toda a área social desta casa. Fonte: fornecido pelo entrevistado, com autorização do autor do projeto. 2005.



Fotos 30 e 31. Vistas da parte destinada à produção e desta para a área externa. 2006.

De fato, é difícil discordar da opinião deste entrevistado, de que esta cozinha é um dos principais ambientes de convivência diária nesta casa.

Como foi dito anteriormente, é nesta fase que mais se manifestam com clareza as diversas variantes das relações *cliente-patrão-arquiteto*. Neste sentido é interessante a seguinte avaliação do entrevistado com respeito ao autor deste projeto: *"uma boa característica dele, é que ele não faz questão de ser o pai da idéia; se a idéia é boa, seja de quem for, ele a incorpora sem rodeios, sem o menor problema"*.

5) *Dos ambientes que mais lhe interessavam durante a fase de projeto, algum não foi satisfatoriamente atendido no projeto? Por quê?*

As insatisfações quanto ao atendimento das aspirações individuais no projeto apresentaram motivos de diferentes ordens. O motivo mais relevante nesta fase parece ser a existência de um *patrão* muito forte no grupo, pois os ressentimentos oriundos destas insatisfações se apresentam mais vivos do que, por exemplo, aqueles causados por condicionantes físicos, tais como lote inadequado, seja pelas dimensões, pelo relevo ou pela localização.

Há os casos em que esse poder é exercido de maneira clara, como já citado anteriormente, e outros em que, como alertam Hillier e Hanson (1984, 83), o exercício desse poder não é facilmente identificável. A entrevistada 9E, por exemplo, responde a esta questão da seguinte maneira:

"Acho que todos (foram insatisfatoriamente atendidos). Eu queria uma cozinha maior, não deu. Quando minha família vem almoçar aqui, minha mãe, minhas irmãs, temos que comer na varanda. Na sala de jantar também não cabe todo mundo... Eu queria uma sala gostosa, aconchegante, ficou enorme e fria. Fria de chata e fria de gelada. Deixa para lá..."

Já o marido (9M) responde apenas que: "*Não, nenhum (ambiente que lhe interessava) ficou ruim. Gosto muito da casa..., acho linda. Valeu a pena!*"

Recorrendo-se às questões anteriores, verifica-se que era patente o descontentamento dessa esposa quanto à forma de elaboração do projeto. Sobre mudanças significativas, da idéia inicial até o projeto final, ela responde que:

"A coisa mais difícil do mundo era aquele homem (o autor do projeto) mudar alguma coisa. Ele mostrou o projeto e pronto! É isso e não se fala mais nisso, sabe? Tudo que você perguntava, sabe?, não dá para aumentar um pouco a cozinha? Não. Não dava. Só se aumentasse o terreno..., só se não fizesse área de serviço... Deixa para lá. Não mudou nada!"

E, para a questão seguinte, se houve solicitações da família que não puderam ser atendidas, ela se limita a dizer: "*Precisa responder? Nem quero nem me lembrar disso*".

Para as mesmas questões, o marido responde apenas que "*o arquiteto organizou bem o projeto*".

Apesar de ser um caso mais complexo, não é necessária uma análise muito profunda para se depreender a presença de dois *patrões*, sendo um de fato e o outro, por delegação.

Não são as pessoas que estão em análise, é importante lembrar, mas apenas e tão somente as suas eventuais funções dentro do processo de produção deste tipo de ambiente construído.

O autor do projeto em questão, à primeira vista, pode parecer um jovem com pouca experiência e, portanto, pouco habilidoso e um tanto inseguro. Porém, sabe-se que este é um profissional renomado e requisitado na região de Alphaville. Este é o *patrão* que exerce um poder delegado.

Com relação à atitude deste marido, é importante considerar as suas respostas às duas primeiras questões desta fase do projeto.

"Bom, o que eu mais conheço é casa. Eu vivo disso. Mas eu não sei muito bem como organizar... Nós falamos para o arquiteto isso, aquilo, quatro suítes, um bom home theater... Ele é que pensou nas dependências".

"Isso (como foi contratado o autor do projeto?) foi o mais difícil... Porque eu conheço quase todo mundo aqui, e eles também me conhecem. Não digo todo mundo, mas muita gente e muitos arquitetos. Sabe como é, eu também dependo deles, eles trazem negócios. Então, cada um que eu escolhesse, os outros iam achar ruim. Então eu falei com os mais conhecidos e disse que ia sortear. Mas eu acabei escolhendo um dos mais famosos daqui".

Esse marido é um dos empresários mais bem sucedidos do setor de negócios imobiliários na região deste estudo de caso. Por isso ele relata ter grande conhecimento a respeito de casas e também depender dos arquitetos, que lhe trazem negócios. Observando as suas respostas e salientando novamente que são as posições e não as pessoas que estão sob análise, não há como não lembrar Marcus (1997), Rybczinski (1997), Sommer (1983) ou Becker (1989), citados anteriormente neste trabalho.

Como bom profissional deste segmento imobiliário, este senhor entende muito de casas, do ponto de vista de *features*, mas também parece entender pouco de residências, do ponto de vista de *benefits*. Sendo o *patrão principal* neste caso, delegou seus poderes ao autor do projeto, talvez involuntariamente, mas à frente dos anseios, das aspirações e das necessidades de sua família.

6) *Como e quando foram escolhidos os materiais de acabamento?*

A intenção desta questão era investigar tanto o nível de detalhamento destes projetos, como o grau de participação dos autores e o próprio respeito à autoria na produção do ambiente construído. Como regra geral, pode-se afirmar para esses micro-empreendimentos, que a definição dos materiais de acabamento é feita durante o decorrer da obra, quase sempre com a assessoria do construtor e raramente com acompanhamento do autor do projeto.

A alegação mais comum para justificar este *modus operandi* diz respeito ao incremento de custo que representaria uma assessoria do autor do projeto. Contudo, muitas das adaptações promovidas em obra, além de modificarem substancialmente as concepções de projeto, nem sempre acarretam significativas reduções de custo. Como observou Artigas, na entrevista anteriormente citada, "o dia em que se entender que o arquiteto é uma economia, arquiteto vai morrer de trabalhar". (ARTIGAS, 1973, 33).

O entrevistado 13M, por exemplo, se sente insatisfeito com o ambiente onde eles se imaginavam aquecidos em noites de inverno rigoroso, fazendo um *fondue* diante da lareira acesa, tendo como pano de fundo o espelho d'água iluminado da piscina em meio à vegetação do jardim.

Esse ambiente acabou ficando com uma visão bastante reduzida para a parte externa, porque trocaram os grandes vidros sem caixilhos, especificados em projeto, por pequenas janelas de madeira, bem menos dispendiosas segundo os orçamentos apresentados pelo construtor. E este entrevistado se lamentava porque, atualmente, comparando a diferença de tais custos com o valor total do seu micro-empendimento, esta diferença se mostra irrisória. Segundo suas próprias palavras, ele *"recebeu muito pouco pelo que entregou"*.

Mesmo considerando as pressões financeiras dos finais de obra, ou talvez exatamente por isso, o autor do projeto lhe teria feito lembrar as premissas de projeto e, com certeza, o teria assessorado melhor do que o construtor.

Dentre os casos entrevistados, lembrando que esta não é uma pesquisa quantitativa, foram relativamente poucos aqueles em que o autor do projeto acompanhou sua execução, não como construtor, mas com uma função de coordenação, de acompanhamento ou, pelo menos, de assessoria do ponto de vista de arquitetura. Ainda assim, é de se notar que nestes casos (6, 12, 15 e 19), o grau de satisfação dos usuários com relação ao ambiente construído é sintomaticamente maior do que nos demais.

7) O autor do projeto fez sugestões além do que a família pedia? Em que resultaram tais sugestões?

8) Das conversas com o autor do projeto, os aspectos mais relevantes foram de ordem estética, funcional, construtiva, relativas a custo/benefício ou de alguma outra ordem?

A principal intenção que une estas duas questões é revelar como esse micro-empendedor, sem experiência prévia, se sente atendido pelo profissional de arquitetura. Neste sentido, pode-se afirmar, pelo menos, que a atuação do autor do projeto apresentou uma ampla gama de possibilidades, sem uma predominância clara de algum tipo de postura. A maior parte dos entrevistados, num total 16 (3, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 21, 24, 25, 27 e 30), relata que a atitude do autor do projeto foi fundamental para a interpretação de suas idéias genéricas, dos seus anseios e de suas aspirações, para a concretização das expectativas subjetivas e para uma certa hierarquização de metas em função de relações custo/benefício, devidas aos limites impostos pelo, quase sempre relativo, grau de liberdade de escolha com relação ao ambiente construído.

Uma outra parte significativa, num total de 7 dos entrevistados (2, 4, 11, 16, 18, 23 e 26), relata que, apesar do bom trabalho, o autor do projeto *não precisou (2M)* contribuir muito pois os entrevistados *sabiam bastante bem o que queriam (4E)* e *o arquiteto acertou logo (4M)*. Verificando-se, porém, o grau de satisfação destes, tanto com o espaço criado como com o processo de criação em si, percebe-se que, de maneira geral, este é menor do que o grau de satisfação manifestado pela parte anteriormente citada, aquela em que o arquiteto pode dar maior contribuição.

Duas entrevistas interessantes neste sentido são a *4E* e a *4M*. Os entrevistados, um engenheiro civil com cerca de 40 anos e uma dona de casa com instrução universitária, três filhos entre 6 e 10 anos à época do projeto, de início relatam que a sua família sabia muito bem o que queria, que *"o arquiteto acertou logo"* e fez muito bem o que *eles pediriam*. A esposa manifesta, logo ao princípio da entrevista, insatisfação com relação à privacidade do casal, mas o marido não parece insatisfeito nesse aspecto.

A entrevista, realizada no ambiente principal de estar da casa, o qual concentra as passagens para todos os demais ambientes, foi interrompida diversas vezes, não só pela passagem de pessoas como também porque os filhos e seus amigos eventualmente se sentavam em algum lugar do mesmo ambiente.

Progressivamente, durante o próprio desenrolar da conversa, o marido vai percebendo o inconveniente dessa falta de privacidade. A princípio vai se irritando, mas depois relaxa e passa até a brincar com o assunto, tornando-o quase que como uma idéia fixa para as suas respostas. Mais adiante, quando perguntado sobre qual o ambiente que ele mais usa na casa, sua resposta é: *"a sala de estar... Todos usam mais, os amigos dos nossos filhos, o Alphaville inteiro usa mais a 'nossa' sala de estar..."*

Ao final da entrevista, quando perguntado se faria a casa diferente hoje, ele brinca um pouco, mas responde com a devida seriedade:

"Sim, faria um salão para meus filhos e seus amigos e, depois pensaria no resto... Na verdade, quando pensamos nesta casa, só pensamos nos filhos pequenos. Foi um erro. A sala de TV não está suficientemente isolada da sala de estar. Eu prefiro que meus filhos se reúnam com os amigos aqui em casa, mas aí congestiona. Mas, mesmo assim, eu prefiro que eles venham aqui".

Como se pode perceber, para este entrevistado, o cuidado com os filhos é uma aspiração e uma necessidade de primeira ordem. A habilidade de prover as pré-condições materiais para os movimentos, para o convívio e para a privacidade desta família não foi devidamente exercida na fase de projeto.

Buscando-se interpretar causas para esses exercícios eventualmente insuficientes, nota-se que a variedade de possibilidades também é ampla. Por vezes, é precisamente a atitude pretensiosa dos clientes, demonstrando que *sabem muito bem o que querem*, que limita o espaço de atuação do autor do projeto. Outras vezes, parece ter havido um número muito limitado de participantes no projeto, havendo casos, *1M e 7M* em que apenas um representante da família, sempre o marido nos casos entrevistados, interage com o autor do projeto, transmitindo-lhe as aspirações e as necessidades dos demais. E há ainda casos em que o autor do projeto parece ter se limitado a elaborar um arranjo espacial, a partir de um programa de necessidades previamente feito pela família ou por seu *chefe*.

Seria desnecessário retomar os casos que apresentaram *padrões fortes*, já suficientemente mencionados, bastando salientar apenas que entre eles, de fato, se verificaram os mais elevados níveis de insatisfação com relação ao ambiente concebido.

9) Como foi decidido o "estilo" da casa?

Um aspecto interessante das respostas é que, para uma quantidade significativa de entrevistados, somente nesta questão surgiram os chamados símbolos não genuínos impregnando as idéias iniciais. Entretanto, percebe-se que quanto maior foi a participação dos integrantes do grupo familiar no processo de criação dos ambientes, tanto maior fica a ênfase em outros aspectos e menor foi se tornando a importância desses *símbolos de status*. É bem verdade que essa percepção é bem mais nítida na expressão não verbal dos entrevistados do que na transcrição das respostas.

A entrevistada *13E*, por exemplo, falando sobre a escolha do *estilo* da casa, relata de forma relativamente casual, que queria uma casa que tivesse uma grande porta de entrada, hall com de pé-direito duplo e "porte cochère"⁸ à frente, mas que isso não foi possível devido ao relevo do lote, com elevado a cume da frente para os fundos e elevado declive de um lado para o outro. Nota-se também aqui a questão já mencionada de quanto seria importante uma assessoria antes da compra do terreno.

Mais adiante, ela relata a criação de uma sala de brinquedos para os filhos, com diversos condicionantes, tais como, um local onde as crianças pudessem brincar com liberdade, sem requerer vigilância constante, sem risco de cair acidentalmente na piscina, mas que ao mesmo tempo não ficassem confinadas em um ambiente fechado, entre outros.

Este relato a respeito da concepção da sala de brinquedo, ao vivo, é bastante intenso, carregado de emoção e de satisfação com o resultado obtido, ao contrário do relato anterior, a respeito da porta de entrada social da casa, que apesar de ter significado uma perda com relação a um símbolo acalentado desde as primeiras intenções de criar a sua casa dos sonhos, foi um relato bastante casual e sem ressentimentos.

Os diversos exemplos de ressentimentos originados com insatisfações similares, *1M*, *4M* e *4E*, *5M* e *5Fa*, *11M*, *22E* e *22M*, entre outros, permitem perceber que, com o amadurecimento proporcionado pela efetiva participação no projeto, os símbolos menos genuínos vão perdendo relevância em relação aos valores mais autênticos relativos às atividades da família.

⁸ Porte cochère, neste sentido, é uma alça de acesso semicircular que permite que o automóvel pare exatamente diante do portal da entrada principal da casa

c) Da construção.

1) Como foi contratado o Responsável pela Obra?

2) Como foi contratada a equipe de mão de obra?

É interessante verificar que alguns dos micro-empresendedores entrevistados não têm uma clara consciência de que a obra deva ter um responsável legal. Ao mesmo tempo, é preocupante constatar que alguns autores de projeto também parecem não ter consciência clara das responsabilidades que indevidamente vêm assumindo. Em alguns dos casos entrevistados, o autor do projeto também assinou os documentos para aprovação pela prefeitura como Responsável Técnico pela Obra, apesar de não haver, posteriormente, mantido controle algum sobre a mesma.

Há pelo menos dois casos, o de um engenheiro químico e o de um contador, em que os entrevistados declaram que eles mesmos *tocaram* suas obras com um bom empreiteiro. Num dos casos, o autor do projeto foi quem assinou as plantas como responsável pela obra. No outro caso não foi possível verificar pois não houve acesso ao projeto aprovado pela Prefeitura.

Porém, na maior parte dos casos entrevistados e observados, a construção desses imóveis é encomendada a pequenas construtoras ou a profissionais liberais, devidamente habilitados, estabelecidos na própria região de Alphaville.

3) Qual foi a participação do Autor do Projeto durante a obra?

Como já se comentou anteriormente, via de regra, tal participação é pequena, podendo ser considerados como casos isolados, muito ao contrário do que seria o ideal. Os entrevistados 8E e 8M, 12E e 12M, 13E, 20M, 27E e 27M relatam que foram bem atendidos quando solicitaram a participação do autor do projeto, mas que evitaram chamá-lo pois não sabiam se tinham esse direito. O entrevistado 21M relata ter havido bastante interação com o autor durante a obra. Apenas os entrevistados 15E e 15M e 19E e 19M contrataram o autor do projeto especificamente para também acompanhar e fiscalizar o trabalho da construtora que executou a sua obra.

Um bom exemplo de trabalho em conjunto, independente de contratação, que resultou num elevado nível de satisfação com o ambiente construído, encontra-se nas entrevistas 6M e 6E, parcialmente já citadas. O entrevistado, primo do construtor, que por sua vez parece manter bom relacionamento com o autor do projeto, responde a esta e às perguntas seguintes com uma simplicidade digna de nota: *"A gente ia junto na obra, bastante. Quando tinha dúvidas, era só ligar, passar no escritório dele e ir junto para a obra"*.

Quanto às modificações durante a obra: *"só aquelas que eu falei de acabamentos..., para segurar o custo"*.

E, quanto à participação do autor do projeto nessas modificações: *"Total. Ninguém fazia nada sem falar com ele"*.

4) Que outros profissionais tiveram participação na obra? Porquê?

Exceto o engenheiro calculista da estrutura e das fundações, não é freqüente a participação de outros profissionais de nível superior. As instalações hidráulico-sanitárias, elétricas e de telecomunicação habitualmente ficam por conta de encanadores e eletricitas experientes. Outras eventuais especialidades, tais como ar-condicionado ou aspiração central de pó, centrais de telefonia e transmissão de dados e vozes, costumam ter a responsabilidade técnica das próprias empresas fornecedoras dos equipamentos.

5) Houve modificações do projeto durante a obra? Porquê e como se realizaram?

6) Qual foi a participação do Autor do Projeto nessas modificações?

7) Houve modificações desejadas que não puderam ser feitas durante a obra? Quais e porquê?

Constatou-se que sempre há modificações, quase todas referentes a aspectos construtivos e a relações de custo/benefício. Verificou-se que raramente o autor do projeto é consultado sobre tais modificações, o que freqüentemente resulta em desrespeito às premissas das concepções e, por conseqüência, também em perda de qualidade do conjunto.

8) Como foram contratados os serviços de terceiros, por exemplo, pisos de madeira ou pedra, gesso, iluminação, revestimentos especiais, etc.?

As respostas a estas questões apenas confirmam que a coordenação geral, quando existe, é feita pelo construtor. A regra é que cada serviço costuma ser decidido individualmente, mais em função *do que está na moda*, também com descaso em relação às concepções de projeto.

Como se verá adiante, estas tomadas de decisões sem considerar o conjunto são fontes de relevantes insatisfações.

9) Que modificações você faria na equipe de construção?

Esta questão não trouxe informações substanciais. As insatisfações em geral são pouco específicas e as propostas de mudanças são localizadas e pouco efetivas. Os entrevistados mais insatisfeitos dizem que mudariam tudo. Outros lamentam a baixa qualidade da mão de obra e acreditam que não há como mudar nada. Quanto aos mais satisfeitos, a observação mais freqüente é a de que recomendam com entusiasmo essa equipe aos amigos e conhecidos.

d) Da residência.

1) *Morar na casa é como você imaginava que seria?*

É preciso separar inicialmente os entrevistados que não tinham intenção de morar em Alphaville, destacando-se principalmente o sub-grupo das *esposas* do grupo dos *primeiros moradores*, que afirmam nunca terem imaginado como seria morar na casa. Com relação aos demais entrevistados, esta questão confirma a afirmação de que quanto maior a participação dos usuários na elaboração do projeto, maior o nível de satisfação com os ambientes construídos.

As entrevistas *3E e 3M, 5E, 5M, 5F1 e 5Fa, 6E e 6M, 8E, 8M e 8Fa, 10E, 10M e 10F, 12E e 12M, 19E e 19M, 21E e 21M*, só para citar algumas, demonstram em diferentes graus, a importância tanto dessa participação ativa e progressiva dos beneficiários, quanto do empenho do autor do projeto em identificar, interpretar e concretizar suas aspirações mais legítimas.

O entrevistado *10F*, por exemplo, um rapaz de treze anos à época do projeto, hoje já casado e morando em São Paulo, além de muito satisfeito, manifesta a intenção de fazer a sua própria *casa dos sonhos* assim que tiver recursos para tanto, e ainda lembra o quanto se sentiu *importante* quando o autor do projeto, na primeira reunião, lhe perguntou o que ele gostaria que tivesse, de especial para ele, na casa.

A entrevistada *5Fa*, por sua vez, relata entusiasmada, "parece que eu nasci aqui, quer dizer, parece que eu sempre morei aqui", fazendo lembrar novamente a afirmação de Bachelard (1984, 200), de que "*todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova*".

Por outro lado, diversas outras entrevistas, tais como 1E, 1F1 e 1F2, 2E e 2M, 4E e 4M, 7E e 9E, mostram com diferentes graus que o nível de insatisfação é, de fato, inversamente proporcional ao nível de participação na criação do projeto.

A entrevistada 1E, pedagoga e mãe de três filhos com idades de 2 a 8 anos à época do projeto, responde que quase não participou do projeto e, portanto, não chegou a imaginar como seria morar na casa. *"Não foi a minha casa dos meus sonhos. Foi uma necessidade. Depois você acaba gostando porque é sua casa. Não foi uma realização pessoal minha. Foi do meu marido, não minha"*. Seus dois filhos maiores, hoje com 26 e 23 anos, também entrevistados, responderam simplesmente que não sabem o que dizer a respeito, mas que se sentem satisfeitos com a casa. Não manifestaram insatisfações mas, sintomaticamente, tampouco manifestaram algum entusiasmo.

2) *Quais os ambientes que mais lhe agradam? Quem os sugeriu?*

3) *Quais os ambientes que você menos gosta e porquê?*

Estas questões têm caráter subjetivo e, apesar de opostas, mostraram que são similares e se complementam. São relativamente poucos os entrevistados que se detiveram muito tempo discorrendo sobre o ambiente físico. Em geral elogiam rapidamente alguns deles e, em seguida, passam a apontar insatisfações. Com a segunda questão ocorre inverso, relatam-se insatisfações, intercalando-as com elogios. Estão em tela os *benefits* e, por isso, os insatisfatórios têm mais um sentido de não cumprirem o prometido do que de objetivamente serem ambiente inadequados.

Há pelo menos dois pontos a destacar. Por um lado, foi muito raro algum entrevistado citar apenas um ambiente como o seu preferido e, antes de responder sobre quem o sugeriu, preferem explicar as situações *em que e por que* lhes agrada cada um dos citados, mostrando que os anseios e as aspirações abrangem realmente diferentes momentos e situações do cotidiano. Nestes casos, a questão de quem os sugeriu não pareceu importante, pois muitas vezes ficou esquecida, sem resposta.

Por outro lado, quando o espaço que agrada não fazia parte das expectativas dos usuários, isto é, foi sugerido pelo autor do projeto, sem constar do programa de necessidades e aspirações da família, como o *mezzanino* da casa 5 ou a área da churrasqueira da casa 12, por exemplo, o autor da sugestão é enfaticamente citado. Muitas das entrevistas contêm situações semelhantes a essa, dando a impressão de que, quando o arquiteto tem a sorte, ou o empenho bem sucedido de descobrir e interpretar corretamente algum anseio não explicitamente formulado pela *família-cliente*, este se torna um ser especial, para essa família, uma espécie de visionário quase que digno de idolatria.

Com certa licença e em escala micro, parece tratar-se de outra faceta daquela afirmação contida no capítulo 2, de que *"toda coletividade necessita de lugares arquetípicos, impregnados de valores simbólicos: se a cidade não os oferece, a sociedade os cria"*. (MONTANER, 1999, 174). Quando um arquiteto consegue criar um lugar arquetípico para uma família, parece que ele próprio se torna também, para essa família, impregnado de valores simbólicos.

4) *Quais os ambientes que você mais usa? Quem os sugeriu?*

5) *Quais os ambientes em que a família mais se reúne?*

6) *Quais os ambientes que você mais usa para receber seus amigos?*

Estas são questões que relacionam, direta e simultaneamente, percepções subjetivas dos usuários com dados físicos objetivos dos ambientes, que é por excelência o campo da APO (ORNSTEIN; ROMÉRO, 1992). Nestas respostas os usuários relatam os proveitos (*benefits*) que cada um percebe para si, nas características físicas (*features*) dos ambientes construídos.

Quando se trata de uso individual, há uma tendência clara para o próprio dormitório. Não propriamente o dormitório, pois esse ambiente, além do repouso, acumula também as funções de trabalho e lazer individual. Nos exemplares estudados nesta pesquisa, praticamente todos são apartamentos de duas peças, ou seja, suítes compostas de quarto e banheiro. São também equipados com as mais variadas utilidades tecnológicas atuais, tais como televisores e aparelhos de som, telefone e computadores providos de acesso à Internet em *banda larga*, entre outros. Assim, nessas residências, o uso do dormitório para atividades domésticas cotidianas individuais é prolongado e intenso.

Quando o uso é coletivo, as respostas mostram diversas possibilidades, mas a opção cotidiana é sempre por ambientes informais. Em quase todos os exemplares estudados, existem as salas destinadas às visitas mais formais, pouco utilizadas no dia-a-dia.

As cozinhas em que há a superposição das funções de produção e consumo dos alimentos, isto é, com copa e cozinha num mesmo ambiente, e também quando há superposição de cargos, ou seja, esposa e/ou marido também cozinham, principalmente aquelas cozinhas que são mais confortáveis e funcionais, são bastante utilizadas para reuniões familiares e, também, com amigos mais íntimos.

Quando há um local destinado exclusivamente às refeições informais do dia-a-dia, geralmente chamado de sala de almoço, esse ambiente não é tão empregado quanto a copa para as reuniões informais.

Os *hometheaters*, apesar da aparente especificidade do ambiente, apresentam usos diversos. No convívio diário são mais utilizados pela família, para assistir à TV ou a filmes. Porém, também são utilizados para as reuniões informais com amigos, tanto para assistir a algum programa especial ou a algum DVD interessante, como para apenas conversar ouvindo música, por exemplo, de um *show de rock*, de MPB ou mesmo de música lírica, gravado em DVD. Em seis dos trinta exemplares estudados nesta pesquisa, todos de projeto mais recente, estes *hometheaters* não são ambientes estanques como o eram as salas de TV de dez ou quinze anos atrás. Em alguns casos observou-se que essa aparelhagem produz um som de elevada qualidade e potência, porém bastante concentrado, ou seja, em outro ambiente a sete ou oito metros de distância, quase não se ouve o som nele produzido. Observam-se também cuidados especiais com a acústica, com a reverberação, o que contribui para minimizar a propagação de ruídos.

Esta tecnologia, na medida em que afeta positivamente a convivência no dia-a-dia, pode ser um daqueles itens que irão se popularizar e, posteriormente, se incorporar definitivamente à casa, como a própria TV, o rádio e a *vitrola*.

Com relação às varandas, salões de jogos e áreas de churrasqueiras e de lazer externas, ambientes muito comuns nessas residências, a sua utilização parece depender mais da integração com os ambientes de uso contínuo da casa do que da própria agradabilidade ou da convivialidade do ambiente.

A área de lazer mostrada na foto 32, por exemplo, é bastante agradável e ensolarada, consistindo de um amplo salão de estar e uma área de churrasqueira à direita da piscina e do deck vistos na foto.



Foto 32. Área de lazer de um exemplar pesquisado. 2005.

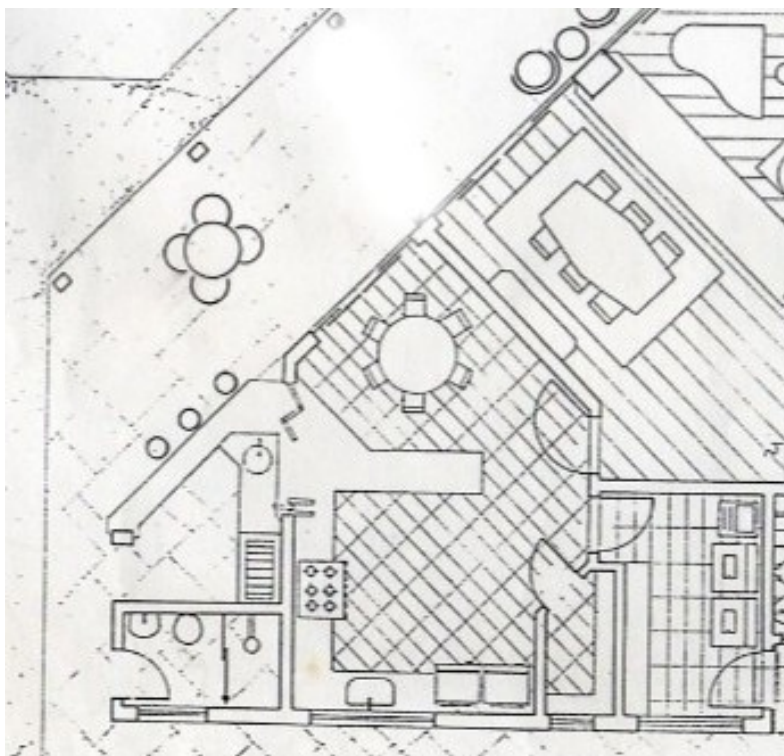
No entanto, esse conjunto se situa um pavimento abaixo do pavimento térreo. A foto 33, seguinte, mostra o mesmo espaço visto da janela da sala de



Foto 33. A área de lazer vista da sala de estar. 2005.

estar, situada no térreo, o pavimento de principal uso cotidiano. Exatamente essa descontinuidade é o motivo apresentado pelo entrevistado ao afirmar: *"deve fazer mais de dois meses que eu não vou lá em baixo"*.

Um arranjo espacial empregado em outro exemplar pesquisado, a residência 15, que integra a área de churrasqueira à varanda e à cozinha,



inclusive com uma bancada contínua, como mostra a figura 29, ao lado, permite transformar essa área em ambiente de convívio contínuo. A entrevistada relata que muitas vezes, *"quando o tempo permite, a família faz as refeições da noite na própria varanda, com a iluminação da piscina acesa..."*

Fig. 29. Churrasqueira integrada à cozinha e à varanda. 1994.
Fonte: fornecido pelo entrevistado com autorização do autor.

Essa possibilidade de uso freqüente lembra a insatisfação manifestada pela entrevistada 21E, precisamente no que se refere à distância entre a sua área da churrasqueira e a cozinha. Para tornar menos incômodo o seu uso freqüente, segundo seu relato, seria preciso que a churrasqueira fosse equipada com outro jogo completo de utensílios de cozinha, incluindo-se saleiro, abridor de latas e saca-rolhas.

Soluções similares à anterior, que visam a integrar e a complementar ambientes de lazer e de produção de alimentação foram observadas em outros 13 dos 30 exemplares estudados (1, 3, 5, 6, 8, 10, 12, 18, 19, 20, 28, 29 e 30).

Outra interessante solução de arranjo espacial especificamente destinada ao convívio familiar é encontrada na residência 17. O marido, um empresário com intensa atividade profissional diurna, ao chegar em casa prefere relaxar, passar mais tempo conversando à mesa de refeição e assistir TV. A esposa, uma *designer*, trabalha a maior parte do tempo em casa e, freqüentemente, invade o período noturno trabalhando. A filha, uma estudante de segundo grau à época do projeto, costumava reunir colegas em casa, para fazer trabalhos escolares.

Na casa em que moravam anteriormente, ou eles interrompiam suas tarefas para conviver, ou cada um permanecia em seus afazeres, isolado dos demais, ou seja, a esposa no escritório, o marido na sala de TV e a filha numa outra sala que servia também como sala de estudos.

Para a casa atual, idealizada, planejada e realizada por essa família, além dos ambientes sociais de estar e jantar, para as ocasiões mais formais, essa *designer* imaginou uma ampla sala informal, composta de três ambientes distintos, mas sem divisões físicas entre eles, demarcados apenas pela própria mobília. Um ambiente destina-se ao seu ateliê, outro a um *home theater* e o terceiro às refeições do dia-a-dia. A mesa de refeições, em outros horários, também se presta à realização dos trabalhos escolares da filha, agora estudante universitária.

Esta sala possui uma das paredes longitudinais praticamente composta por grandes vãos envidraçados, voltados para o jardim e para a piscina. Com esta solução, se necessário, cada um deles pode permanecer em suas atividades sem se isolar dos demais, como se pode observar nas fotos a seguir.

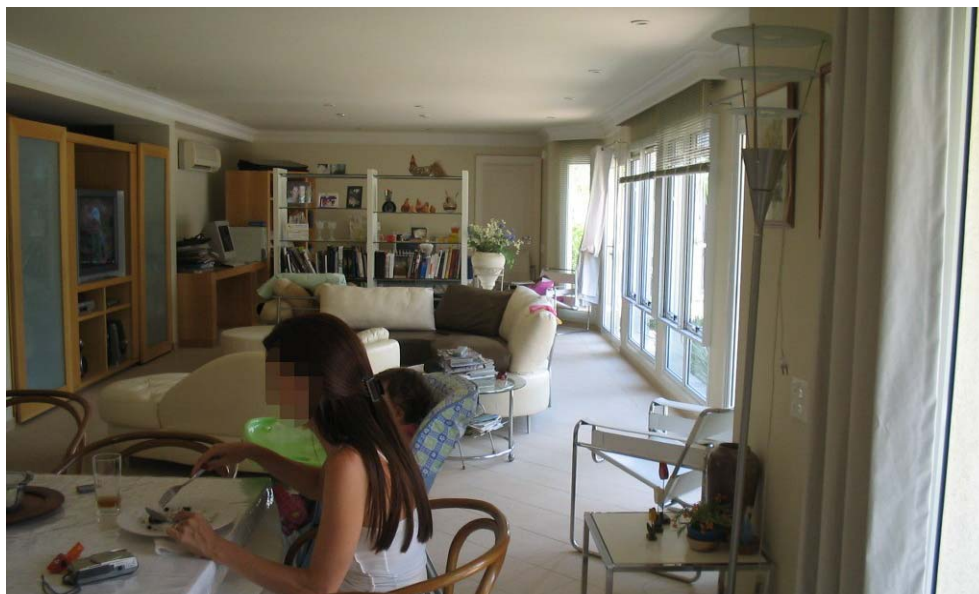


Foto 34. A área de refeições, o *hometheater* e ao fundo o ateliê, 2006



Foto 35. vista do ateliê para o *hometheater* e a área de refeições, 2006

Sem esquecer que os entrevistados nesta pesquisa são pessoas que tiveram *um certo grau de liberdade de escolha de onde e como morar*, há uma conclusão que parece inevitável. Ao longo de capítulos anteriores, observou-se como o convívio foi se transformando com o passar do tempo, desde os primeiros casarões rurais até hoje, passando pela época em que os filhos e as filhas passam a receber maior instrução escolar.

Quem viveu sua infância entre as décadas de 1950 e 1960, com certeza participou de muitos momentos de convívio familiar obrigatórios, isto é, independentes de sua vontade. Nesta virada de milênio, os ambientes individuais contam com todas as condições materiais necessárias para se viver em total privacidade ou, até mesmo, em completo isolamento. Ao mesmo tempo se verifica que quase não existem mais obrigações referentes à vida em família. Contudo, os espaços criados para tais encontros tornam-se cada vez mais bem elaborados.

A conclusão que parece inevitável é que, o anseio pelo convívio familiar é um daqueles anseios inerentes à natureza humana. Na mesma medida em que esse convívio vai deixando de ser compulsório, o anseio por ele vai obrigando-o a crescer em qualidade.

7) Você faria a casa diferente hoje? Em quê?

8) Você já fez ou planeja fazer alguma reforma nesta casa? Qual?

As respostas a estas duas questões devem ser analisadas em conjunto, pois ambas tratam de um mesmo tema, mas em planos diferentes: enquanto a primeira se situa num plano subjetivo de aspirações, a segunda se situa no plano objetivo das intenções.

As modificações desejadas ou planejadas em decorrência de uma fase de projeto mal conduzida, já analisadas em itens anteriores, foram confirmadas aqui, ou seja, a maior quantidade de aspirações por mudanças ocorre realmente com os entrevistados que, por alguma razão, não passaram por uma fase de elaboração de programa de necessidades e aspirações bem cuidada.

Há, todavia, outras causas importantes para os anseios por uma nova casa. Uma delas refere-se ao ciclo de vida dos entrevistados. Independentemente do nível de satisfação atingido com o primeiro micro-empendimento, as atuais circunstâncias são diferentes. Não é a casa que deixa de atender às aspirações, mas as aspirações é que deixaram de existir.

Os filhos cresceram, casaram-se, e a casa se tornou desnecessariamente grande. Esta é uma insatisfação manifestada pela entrevistada *21E*. Hoje sua aspiração é morar num apartamento confortável. Ao mesmo tempo, não pretende fazê-lo pois nos fins de semana seus filhos e netos vêm para sua casa e, quando o clima permite, todos passam o dia lá fora, entre a churrasqueira e a piscina.

O entrevistado *18M*, por outro lado, nas mesmas circunstâncias com relação ao ciclo de vida e pelos mesmos motivos, decidiu-se por empreender uma nova casa que atendesse especificamente a estas novas aspirações. É uma casa térrea e pequena para os padrões da região. Contém uma ampla suíte para o casal, duas pequenas suítes para hóspedes, ou seja, os filhos e netos que vêm passar os fins de semana, um amplo living com três ambientes, cozinha e sala de almoço, e uma ampla área de lazer, composta de uma grande varanda com churrasqueira e uma piscina.

Insatisfações semelhantes, referentes às mudanças de ciclo de vida foram observadas também em outras entrevistas, tais como, *14E* e *23E*. Salientando que esses casos não constituem uma amostragem (Yin, 2001), é interessante observar que a insatisfação ocorre apenas, ou mais intensamente, para as esposas. O único caso em que o marido também manifestou insatisfação neste sentido foi aquele em que o casal (*18*) decidiu empreender uma nova casa.

e) Do conforto ambiental.

- 1) *Sem considerar ar-condicionado, quais os ambientes mais agradáveis no inverno? Sabe por quê?*
- 2) *E quais os ambientes mais agradáveis no verão? Sabe por quê?*
- 3) *Quais os ambientes mais quentes, mais frios ou úmidos?*
- 4) *Considerando apenas a iluminação natural, quais os ambientes mais claros e os mais escuros nas férias de julho? Sabe por quê?*

A partir das percepções subjetivas dos usuários, busca-se descobrir qual é a importância dada ao aproveitamento dos recursos naturais, em função de outros apelos, tais como a paisagem, o relevo, a volumetria ou mesmo a fachada, por exemplo. Em geral, como já foi mencionado, os entrevistados responderam dando mais ênfase aos aspectos insatisfatórios do que aos mais agradáveis.

A entrevistada *21E*, por exemplo, manifesta insatisfação com relação ao excessivo calor especialmente na cozinha e na sala de TV de sua residência. Menciona também os dormitórios da frente e o seu escritório, para os quais a questão foi resolvida com ar-condicionado. Quanto à cozinha, ela acredita que o desconforto se deva às dimensões reduzidas da mesma, combinada com o calor gerado pelos diversos aparelhos eletrodomésticos. Já para a sala de TV, por situar-se num mezzanino, aberto para as salas de estar, ela relata que foi impossível instalar ar-condicionado e, por isso, passa a maior parte do tempo com as cortinas fechadas e um ventilador de teto ligado.

Examinando-se a planta baixa, verifica-se que a sala em questão possui duas grandes janelas envidraçadas, voltadas para o poente. A foto 36, a seguir, foi feita à tarde, ao final de abril. As janelas mencionadas são as duas da esquina, no pavimento superior. Constata-se que todo o sol da tarde, em qualquer estação do ano, principalmente no verão, irá incidir diretamente nessa sala. As cortinas brancas pouco ajudarão para amenizar o calor produzido. As janelas no pavimento inferior, em formas de tiras horizontais, à esquerda, são da cozinha



Foto 36. Fachada principal da residência 21, 2006.

que, recebendo o calor do sol da tarde, agravam o desconforto devido ao calor produzido pelos eletrodomésticos. Esse problema poderia ter sido evitado com uma orientação adequada para os vãos iluminantes.

A entrevistada *1E* menciona o excessivo frio em seu dormitório e seu marido manifesta insatisfação com relação a frio no escritório. A foto 37, feita no mês de dezembro, mostra a leve incidência do sol poente de verão na fachada frontal, onde estão as janelas desse dormitório e do escritório. Em outras épocas do ano, o sol nunca incide nessa fachada.



Foto 37. Fachada com insolação insuficiente. 2004.

O entrevistado *2M* cita também o frio com relação ao seu *hometheater*, a *17E* em relação ao dormitório de hóspedes, *22E* ao seu dormitório e *30Fo1* também ao seu dormitório. Em todos estes casos, verifica-se que os vãos iluminantes estão voltados quase que para o sul. Contudo, apenas nos casos de *1E* e *22E*, a orientação desses vãos iluminantes parece ter sido motivada pela composição da fachada.

Com relação às insatisfações motivadas por calor ou frio excessivos, umidade e ambientes mais escuros, nas residências estudadas nesta pesquisa, quase que a totalidade se deve à orientação incorreta dos vãos iluminantes. O aspecto mais intrigante, no entanto, é que poucas vezes a escolha da orientação apresenta uma motivação clara, como o desfrutar da melhor paisagem, por exemplo. No caso das residências *1* ou *2*, chega-se ao extremo de perder a melhor paisagem, a qual estava exatamente na face norte da casa.

5) Como foi definida a iluminação artificial? O que você acha dela?

Verificou-se que, via de regra, não se dá a devida importância também à iluminação artificial. Percebe-se, na maioria dos casos, que se despende bastante com lustres, arandelas e luminárias em geral, mas o detalhamento técnico fica relegado ao acaso, dependendo da loja, onde as peças foram adquiridas, oferecer ou não um serviço de projeto.

6) Em que medida o som externo ou de algum ambiente interfere em outros ambientes? Sabe por quê?

Com relação aos ruídos de um ambiente para outro, é interessante que a princípio os usuários respondem que não há interferência. Contudo, no decorrer da entrevista ou durante o *walkthrough* pela casa, que os entrevistados invariavelmente demandaram que se fizesse, sempre foram narradas algumas insatisfações a respeito. Porém, nada mais sério do que perder algum diálogo na TV ou coisa similar, como relata os entrevistados 4E e 4M.

Quanto a ruídos externos, as únicas insatisfações ocorrem nas casas próximas aos muros que cercam os residenciais, limítrofes às avenidas que fazem as ligações entre eles ou com as áreas comerciais.

7) A circulação e integração entre os ambientes mostram algum inconveniente no dia-a-dia? E em festas?

Esta questão apresentou respostas e reações intrigantes. A maior parte dos entrevistados, a princípio, declara-se bastante satisfeita com a circulação e a integração entre os seus ambientes. Posteriormente, comentam um ou outro inconveniente, fazendo sempre o possível para amenizá-los.

No entanto, observando-se as casas e examinando-se as suas plantas, verificam-se em muitas delas, sérios inconvenientes tanto de circulação, como de integração e também de acessibilidade, principalmente nas regiões sociais de lazer ao ar livre. E o mais grave quanto à acessibilidade a pessoas com necessidades especiais é que os inconvenientes não se apresentam apenas em imóveis de quinze ou vinte anos atrás, como se pode observar na foto 38, na página seguinte, quando rebaixos e ressaltos em salas estavam na moda, mas também em casas atuais, com cerca de cinco ou seis anos de ocupação.



Foto 38. Degraus internos dificultando acessibilidade. 1987.

8) Que modificações você faria em todo esse processo de materialização do sonho?

A experiência, mais ou menos bem sucedida, de empreender uma vez, não parece modificar relevantemente o nível de consciência com relação ao processo de produção. Quanto aos ambientes e seus usos, não resta dúvida de que todos os entrevistados têm hoje mais experiência do que antes da primeira empreitada. Com relação ao refletir e repensar as idéias durante a criação de ambientes, no entanto, aqueles que já o fizeram bem na primeira vez parecem ter aproveitado melhor a experiência do que os outros.

Não é fácil explicar essa percepção apenas com as transcrições literais das entrevistas. Contudo, como está-se lidando com impressões subjetivas, percebe-se com base em atitudes paralelas e em expressões não verbais, que a mesma superficialidade com que alguns dos projetos foram discutidos e aceitos na primeira vez, estará presente na próxima. Já a profundidade com que outros projetos foram elaborados na primeira vez, será ainda maior na próxima.

9) Qual é a formação escolar (diploma) do Autor do Projeto?

Cumprе salientar que esta questão e a próxima têm intenção meramente informativa e que trinta casos não representam uma amostragem. Vinte e quatro dos projetos das residências estudadas foram elaborados por arquitetos. Cinco foram elaborados por engenheiros civis. Apenas um foi elaborado pelo próprio entrevistado e assinado por um arquiteto.

10) Qual é a formação escolar (diploma) do Responsável Técnico pela Obra?

Com relação à Direção Técnica da Obra, exigida pelo Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (CREA), mais do que a simples assinatura pela Responsabilidade Técnica pela Obra perante os órgãos oficiais competentes, nem todos os micro-empresendedores entrevistados têm ciência do que significa. Seis dos exemplares estudados nesta pesquisa foram construídos sem a efetiva direção de um profissional devidamente habilitado.

Capítulo 6

Considerações Finais

"Não é mais em sua positividade que a casa é verdadeiramente 'vívda', não é só na hora presente que se reconhecem os seus benefícios. O verdadeiro bem-estar tem um passado. Todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova. [...] E o devaneio se aprofunda a tal ponto que um domínio imemorial, para além da mais antiga memória, se abre para o sonhador do lar. [...] Nessa região longínqua, memória e imaginação não se deixam dissociar. Uma e outra trabalham para seu aprofundamento mútuo. Uma e outra constituem, na ordem dos valores, a comunhão da lembrança e da imagem. Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. [...] As lembranças do mundo exterior nunca terão a mesma tonalidade das lembranças da casa". (BACHELARD, 1984, 200).

As conclusões mais relevantes que se podem tirar desta pesquisa são, à primeira vista, também as mais simples:

- *A Casa dos Sonhos é um ideal, é uma meta a ser buscada caso a caso e não um ambiente concreto, que possa ser formalmente reproduzido.*
- *O arquiteto é o profissional que tem as melhores aptidões, natas ou inatas, para materializar esse ambiente tão próximo quanto possível do ideal a ser atingido.*
- *O arquiteto não tem todas as aptidões necessárias para, sozinho, interpretar este ideal e buscar a sua concretização.*
- *A partir deste terceiro milênio, face à diversidade das novas ocupações que vêm surgindo, dentre todas as atividades humanas facultativas do dia-a-dia, isto é, dentre todas aquelas que serão de livre escolha do indivíduo, com pouca possibilidade de erro, a principal continuará sendo a conversa, ou seja, simplesmente o convívio. O Homem parece, de fato, estar destinado a ser um animal social.*

Todas as demais considerações, ainda que necessárias, em última análise parecem representar o detalhamento destas, ou quando muito, variações sobre os mesmos temas.

Esta mesma dissertação já é uma variação sobre o tema da quarta conclusão. Nenhum pesquisador se dá ao trabalho de pesquisar para guardar os resultados para si. Sua intenção é *trocar* conhecimentos, aprender e transmitir, expor e ouvir, versar junto com outros, em suma, *conversar*.

"O bem estar doméstico é algo demasiado importante para deixá-lo a cargo dos experts; é, como sempre foi, um assunto de família e da pessoa. Temos que redescobrir por nós mesmos o mistério do conforto, pois sem ele nossas residências serão de verdade máquinas e não casas". (RYBCZYNSKI, 1997, 234),

A *Casa dos Sonhos* que é o objeto desta pesquisa, é ideal não apenas por ter sido idealizada a partir de necessidades, que provocaram aspirações e revolveram símbolos e anseios. É ideal, também, porque a sua concretização implica na criação das pré-condições materiais, que podem catalisar ou inibir o convívio e a privacidade de seres humanos.

Esta *Casa dos Sonhos*, portanto, só se aproxima de se realizar plenamente quando há uma efetiva participação, uma real *"co-laboração"*, de todos os seus beneficiários em cada uma das etapas de sua produção, na sua *idealização*, no seu *planejamento* e na sua *construção*.

Para que haja esta real *"co-laboração"*, em primeiro lugar, o autor do projeto não pode renunciar à sua condição de *ser o membro da equipe de criação* que tem as melhores aptidões para materializar um artefato tão próximo quanto possível do ideal buscado. Para que haja esta real *"co-laboração"*, o primeiro obstáculo a ser superado é o receio da questão relativa a *quem vai mandar?* Quando se abre espaço para a *"co-laboração"*, também se abre mão do controle da criação? Abre-se mão do direito às próprias convicções? As entrevistas mostram que não. Os autores dos projetos mais bem sucedidos, do ponto de vista dos usuários, da satisfação obtida com o ambiente construído, foram aqueles que empregaram as convicções próprias no exercício do convencimento, para buscar a conciliação dentro do grupo e não para impor o que é certo e excluir o que é errado, nem para ditar o que é melhor ou o que seria pior.

Agindo assim, parecem ter sido capazes de melhor interpretar as necessidades e as aspirações de cada um e, acima de tudo, não permitir que outros, menos capacitados, assumissem o comando da tarefa.

"Caberia prever que as diversas invenções que contribuíram para o conforto humano ao princípio do século XX tivessem profundas conseqüências para o aspecto da casa. Surpreendentemente não foi assim. [...] Não há nenhum motivo para que houvesse ocorrido de outro modo". (RYBCZYNSKI, 1997, 177).

Contudo, também é verdade que cada item tecnológico, que implicasse na facilitação das atividades cotidianas, na geração dos encontros, da convivência e da privacidade, que em algum momento entrou na casa, tal item nunca mais deixou de equipá-la. O telefone dos finais do século XIX, por exemplo, apenas foi sendo substituído por aparelhos e sistemas mais desenvolvidos, mas a possibilidade de *telecomunicação* nunca mais deixou de existir dentro de uma casa.

Para gerar as pré-condições materiais mencionadas, para exercer a ética das responsabilidades buscando harmonizar consensualmente todos os interesses conflitantes, além de convicções, é necessário acervo. A simples negociação requer *força*. O convencimento requer *conhecimento*.

Tratando-se de tecnologia embarcada na *Casa dos Sonhos*, ou seja, de todos os possíveis artefatos tecnológicos que se podem incorporar às atividades do dia-a-dia, a questão do conhecimento necessário ao autor do projeto adquire uma abrangência e uma complexidade do mesmo porte do mais complexo dos artefatos humanos.

Este acervo, principalmente, não pode estar dissociado da distinção entre os conceitos de contemporâneos e coetâneos. Para que o conhecimento do autor do projeto sirva como pano de fundo para intermediar a conciliação, é necessário que tenha um enfoque coetâneo com cada um dos contemporâneos envolvidos na “*co-laboração*” do processo de criação do ambiente.

Os pressupostos tomados das ciências cognitivas, estabelecidos como fundamentais no início desta dissertação, sustentam que, das propriedades particulares do mundo que habitamos, cada indivíduo seleciona ou recupera, representando internamente, aquelas que conformarão a sua particular experiência humana. O compromisso entre estes pressupostos é o que impede a banalização dos conflitos objetivo-subjetivo, ou seja, o mundo e também cada artefato têm características próprias, independentes tanto dos sujeitos que as conhecem, coetâneos ou apenas contemporâneos, como da forma de os conhecer.

Será útil, portanto, considerar também a distinção mencionada no capítulo 4, bastante clara no campo do *marketing*, entre *features* e *benefits*. O profundo conhecimento técnico das características dos artefatos tecnológicos não será tão importante quanto o conhecimento dos benefícios, isto é, do proveito que cada um dos contemporâneos, pais, filhos ou avós, esperam de cada um desses artefatos. Para um adolescente, apenas a título de exemplo, pode não fazer sentido instalar em toda a região social da casa um sistema de som central, com controle independente em cada ambiente. Para o pai, entretanto, pode significar um proveito importante se, numa festa em que reúne muitos de seus amigos em diversos ambientes, puder brindá-los com as músicas preferidas desses seus coetâneos, com o volume adequado a cada ambiente.

Mesmo que se tratando apenas de coetâneos, os benefícios adquirem diferentes matizes. Com relação àquela designer mencionada no capítulo anterior, que por vezes trabalha noite adentro, em companhia de seu marido que assiste TV ao lado, na mesma sala, se ela precisasse produzir relatórios, por exemplo, ou trabalhasse com edição de sons e imagens, não lhe serviria um ateliê num amplo living que também contém um home theater e uma área para as refeições informais do dia-a-dia. Um sistema de aspiração de pó central, por outro exemplo, não terá interesse especial para uma senhora que não está habituada a se encarregar dos afazeres domésticos. Para uma executiva de classe média, que não tem hora certa para sair do trabalho e que, nos dias de hoje, freqüentemente acumula parte dos serviços caseiros, tal equipamento poderá ser de inestimável valia. Considerando-se as aparentemente simples janelas, como já mencionado, seu papel é muito mais amplo do que apenas o de iluminar e ventilar. A ligação do ambiente interno com o mundo exterior é tão mais importante do que a própria iluminação natural que, além dos diversos autores anteriormente mencionados, até Franz Kafka escreveu sobre o tema:

"Quem, em função das mudanças da hora do dia, do tempo, do estado de seus negócios, etc., deseje de repente ver algum braço em que se agarrar, não poderá se arrumar por muito tempo sem uma janela que dê para a rua. E se não está com humor para desejar nada, basta que este homem enfastiado se apóie no peitoril de sua janela, com os olhos voltados para o céu fugindo de seu público, sem querer olhar e com a cabeça voltada para cima, mesmo assim, os cavalos em baixo o atrairão para o seu trem de carroças e para o tumulto, e ao final o colocarão na harmonia humana". (KAFKA, 1972 apud ALEXANDER, 1977, 676)⁹

⁹ KAFKA, Franz. **The Complete Stories**, ed. Nahum N. Glatzer, Schocken Books, New York, 1972, p. 384.

Contudo, uma abertura voltada para o sol poente de verão irá demandar um grande consumo de energia para manter artificialmente agradável a temperatura do respectivo ambiente. A relação custo/benefício dessa solução, portanto, seja ela para *benefício de coetâneos* ou de *contemporâneos*, seja para atender a *necessidade*, a *aspiração* ou a *símbolo*, terá que ser suficientemente esclarecida antes de ser adotada.

Como se vê, são muitos os campos do conhecimento pelos quais o autor de um projeto precisa transitar. Por isso, pode-se afirmar que o arquiteto não tem todas as aptidões necessárias para, sozinho, interpretar o *ideal* e buscar a sua *concretização*. Além de cada integrante da *família-cliente*, ele precisará ainda recorrer à "*co-laboração*" de especialistas que conheçam em profundidade as *features*, isto é, as características técnicas dos artefatos tecnológicos cada vez mais sofisticados que estarão disponíveis, aguardando a sua vez de embarcarem no mais complexo artefato humano.

Como também se pode ver, pelo menos para a *Casa dos Sonhos*, não há outro profissional mais habilitado para coordenar as ações de todos os "*co-laboradores*" do que o próprio autor do projeto. Esta questão extrapola os limites desta dissertação, mas, sem dúvida, seria necessário distinguir as funções de coordenação e de gerenciamento de execução. *Gerenciar* refere-se a gerir em tempo e qualidade a correta execução das ações. *Coordenar* refere-se a ordenar segundo a importância, a hierarquizar, em sentido absoluto, as ações.

A este propósito, a questão das janelas faz lembrar a entrevista *13M*, comentada no capítulo anterior. Para o construtor e para a *família-cliente* havia um problema circunstancial representado pela necessidade de reduzir os custos da obra.

Caixilhos de madeira industrializados supriam perfeitamente as necessidades de iluminação e de ventilação, apresentavam custo menor do que os amplos vidros temperados e, portanto, foram adotados como solução adequada. Ocorre que a principal razão de ser de tais vãos não era a iluminação e a ventilação, mas sim a ligação do ambiente com a paisagem exterior, a lareira acesa fazendo contra-ponto com o espelho d'água iluminado da piscina em meio à vegetação (MOORE, 1999), transmitindo maior sensação de aconchego em noites de inverno, lamentava posteriormente o morador entrevistado.

Este exemplo não representa um caso isolado para estes exemplares de *micro-empresendimentos*, mas uma dentre muitas das decisões que são tomadas durante a obra, em bases meramente circunstanciais, pela ausência de uma hierarquização conjuntural. Tais decisões, na maioria dos casos, não conduzem a soluções satisfatórias, como se depreende do resumido, mas eloqüente lamento daquele entrevistado, já mencionado no capítulo anterior: "*foi o tipo da economia burra..., eu acabei recebendo muito pouco pelo que eu entreguei*".

Visando à fidelidade da execução em relação ao projeto e à minimização das dificuldades inerentes à obra, Oliveira e Melhado (2006) sugerem aos escritórios de arquitetura uma série de medidas e de serviços que podem ser agregados ao projeto, tais como apresentações detalhadas desse projeto às equipes de construção, um programa de visitas técnicas à obra, uma assistência técnica rápida e eficiente, para esclarecimentos, para maiores detalhamentos, para modificações ou mesmo para correções de projeto. E salientam a utilidade destes serviços para ambas as partes, tanto para o contratante que obterá um produto melhor, como para o autor do projeto que obterá importantes subsídios para o seu próprio processo projetual.

Contudo, para o micro-empresendimento objeto desta pesquisa, uma hierarquização das ações em obra, segundo a relevância dos resultados produzidos por tais ações, torna-se mais importante do que a hierarquização em função de cronogramas e de custos. É uma hierarquização assim, focalizando os *benefits* acima das *features*, não poderia ser oferecida por outro profissional que não aquele que, nesse processo, empregou as suas aptidões e a sua habilidade para criar as pré-condições materiais para os movimentos, para a convivência e para a privacidade da sua *família-cliente*.

Muito embora estes serviços adicionais devam ser adequadamente remunerados, Oliveira e Melhado (Ibidem) salientam que eles devem ser encarados como investimentos e não como despesas, inclusive de um ponto de vista de *marketing*, uma vez que um cliente satisfeito se torna a melhor fonte de indicações para outros clientes. Esta afirmação foi constatada com diversos entrevistados que, além de manifestaram sua disposição para empreender uma segunda *casa dos sonhos*, buscando corrigir as insatisfações encontradas na primeira, também recomendam o próprio arquiteto aos seus amigos. Observou-se também que um processo de produção bem sucedido costuma originar um bom relacionamento pessoal, de longo prazo, entre o autor do projeto e os membros da *família-cliente*.

Uma das mais importantes decisões normalmente tomadas sem a opinião do autor do projeto talvez seja, entretanto, uma das mais difíceis de se reparar. É a escolha do terreno. Verificou-se que o relevo combinado com a orientação geográfica do lote pode significar um dos mais restritivos condicionantes do projeto da *casa dos sonhos*. Via de regra, porém, quando o autor do projeto se incorpora ao processo de realização, o terreno já foi adquirido pela família.

Os entrevistados que consideram a possibilidade de voltar a empreender, além de salientarem que para a próxima vez o arquiteto orientará a escolha do terreno, também recomendam esse mesmo procedimento aos seus amigos. Portanto, a redução de tal condicionante é bem possível tanto para a *segunda casa dos sonhos* como para a *casa dos sonhos* dos amigos dessas famílias. Mais do que isso, neste ponto o autor do projeto tem as melhores circunstâncias para se estabelecer como o autêntico *hierarquizador* de todo o processo de produção desse particular espaço criado.

Seria interessante o estabelecimento de uma lista de passos relevantes para o autor do projeto conduzir a bom termo o processo de produção da *casa dos sonhos* de uma família. A partir do ouvir e do observar atentamente as expressões não verbais de cada beneficiário, enquanto discorre sobre as suas necessidades, as suas aspirações, os seus símbolos..., enfim, sobre o seu particular sonho. A seguir, atentar para a identificação do *chefe* e da sua forma de exercer a *chefia*. Posterior ou concomitantemente, buscar identificar a real capacidade de investimento da família-cliente para que esse micro-empendimento reflita efetivamente o seu sonho. Em uma etapa mais adiante, encarregar-se da compatibilização dos projetos complementares, mais freqüentemente delegada ao construtor, como também se verificou nas entrevistas. Quanto às inevitáveis mudanças de materiais de acabamentos durante a fase de execução, que geralmente visam a *segurar custos (6M)*, seria importante a intervenção do autor do projeto para hierarquizar segundo os *benefits* e não apenas segundo as *features*, ou seja, priorizar levando em consideração os pressupostos *objetivos/subjetivos* do projeto.

Se, por um lado, as entrevistas realizadas nesta pesquisa revelaram uma complexidade de motivações ainda maior do que se poderia suspeitar ao início, a respeito da *idealização*, do *planejamento* e da *realização* de uma residência unifamiliar produzida sob a encomenda dos seus usuários, por outro, são consideráveis os subsídios que os relatos nelas presentes oferecem àqueles que pretendem interpretar e atender às autênticas aspirações e necessidades dos beneficiários do espaço criado.

A essência da *Casa dos Sonhos* de uma família, da mesma forma que a *essência das cidades* (MONTANER, 1999, 19), em suma, é constituída de muitos materiais diferentes, tais como a representação, os símbolos, a memória, os desenhos e os sonhos, e não somente de fatores funcionais, produtivos ou tecnocráticos. Por isso mesmo, ela representa um *ideal* a ser buscado caso a caso e não algum ambiente *concreto* a ser formalmente repetido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALEXANDER, Christopher; ISHIKAWA, Sara; SILVERSTEIN, Murray; et al. **A Pattern Language: towns, buildings, construction**. New York : Oxford University Press, 1977

ALVES, A. J. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 77, p. 53-61, 1991.

AQUINO, Eneida Mara Moraes Zanella. **A Política Urbana no Brasil Pós-64**. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 1990.

ARANGO, Silvia. **Crítica da crítica: o provincianismo de sentir-se centro**. Projeto, São Paulo, n. 118, p. 121-126, jan./fev. 1989.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Vilanova Artigas, O arquiteto**. Entrevista a João Pedro Nunes Pereira. Mais Gente, São Paulo, p. 30-33, Dez. 1973.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **Vilanova Artigas: arquitetos brasileiros**. São Paulo, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi / Fundação Vilanova Artigas, 1977.

ARTIGAS, João Batista Vilanova. **A função social do arquiteto**. São Paulo, Fundação Vilanova Artigas / Nobel, 1989 (São Paulo, LECH, 1981).

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço**. São Paulo, Abril Cultural, 1984.

BAILEY, S. F.; SMITH, I. F. C. Case-based preliminarily building design. *Journal of Computing in Civil Engineering*. V. 8. n.4. p. 454-468, out. 1994.

BECHTEL, Robert B.; MARANS, Robert W.; MICHELSON, William. **Methods in Environmental and Behavioral Research**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

BECHTEL, Robert B.; CHURCHMAN, Arza, **Handbook of Environmental Psychology**, New York: John Wiley & Sons, 2002.

BEST, J. W. **Como investigar en educación**. 2 ed. Madrid: Morata, 1972.

BECKER, Franklin. Post-occupancy evaluation: research paradigm or diagnostic tool. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, c1989.

BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A Casa Subjetiva. Matérias, afectos e espaços domésticos**. São Paulo: Perspectiva / Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo; Companhia da Letras, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Me Considero...** Entrevista a Mario Sabino. São Paulo; Veja, ed. 1948, 22/março/2006. p. 99.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**, São Paulo, Prentice Hall, 2002.

CHAPIN, D.; CHORIKI, D.; WOLFE, M. Ought to do and what to do? A comparison of personal ethical statements with professional ethical codes [Abstract]. Proceedings of the 11th **biennial conference of the International Association for the Study of People and their Physical Surroundings** (Vol. 1, pp. 54-55) Ankara, Turkey. 1990.

CHERNOW, Ron. **The House of Morgan**. Nova York; Touchstone, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Ed Cortez, 1991.

COELHO, António Baptista, **Qualidade arquitectónica residencial - Rumos e factores de análise**, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, col. Informação Técnica Arquitectura (ITA) n.º 8, 2000.

COELHO, Antonio Batista; PEDRO, João Branco. **Do bairro e da vizinhança à habitação: tipologias e caracterização dos níveis físicos residenciais**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1998. Informação Técnica Arquitectura ITA, 2.

COOKE, Catherine. Extensive or Intensive Development? A Century of Debates and Experience in Moscow. *In: Cities for the new millennium*, edited by Marcial Echenique and Andrew Saint. London; New York: Spon Press, 2001.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1999.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo** / Domenico De Masi; entrevista a Maria Serena Palieri. Rio de Janeiro : Sextante, 2000.

DONAIRE, Denis. **A utilização do estudo de casos como método de pesquisa na área de Administração**. Revista IMES, São Paulo, (40): 9-19, Maio, 1997.

ECHENIQUE, Marcial; SAINT, Andrew. **Cities For The New Millenniu**. London; New York : Spon Press, 2001.

ECHENIQUE, Marcial. Mobility and Space In Metropolitan Areas. *In: Cities For The New Millennium*. London; New York : Spon Press, 2001.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Globalização e Urbanização Subdesenvolvida**. Revista SP Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, Janeiro de 2001, São Paulo, Vol. 14, nº 4, out.dez 2000.

FORSEE, Aylesa. **Frank Lloyd Wright: vida e obra**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962

GARBIM, Luciana. **Projeto cria bairros particulares; Mercado recebe projeto com cautela.** Artigos publicados no jornal O ESTADO DE S. PAULO, em 19 de janeiro de 2006, p. C1 e C3.

GARCIA, Bruno Lacerda Cordeiro. **Explorando o conceito de estilos de vida no Brasil como um tipo de segmentação de mercado.** 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

GHOUBAR, Khaled. Alguns indicadores econômicos e funcionais de habitações unifamiliares autoconstruídas em bairros periféricos de São Paulo. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DOS PRÉ-MOLDADOS E AUTOCONSTRUÇÃO. Anais... São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1995. p. 281-289.

GHOUBAR, Khaled. **Sobre a falta de visibilidade dos custos no projeto arquitetônico.** 1999. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo, Atlas, 1988.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro; Record, 2002.

GUEDES Sobrinho, Joaquim Manoel. A arquitetura atual não segue a função nem estilos... [Entrevista] *In: Projeto Design*, n.250, p.6-8, dez. 2000.

GUEDES Sobrinho, Joaquim Manoel. Trabalhando, interminavelmente, em alguns, sempre quase os mesmos textos...[Prefácio] *In: Holanda, Frederico, org (*)*. **Arquitetura e urbanidade.** São Paulo: PróEditores Associados, 2003, p. 9-11.

HAMDI, Nabeel. **Housing without houses: participation, flexibility, enablement.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The social logic of space.** Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill. **Space is the machine. ôA configurational theory of architecture.** Cambridge: University Press, 1996.

JOCKUSCH, Peter. Post-occupancy evaluation as a tool for the preparation of architectural competitions. *In: Building Evaluation.* Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, c1989.

JOHNSON, Paul Allan. **The Theory of Architecture. Concepts, them and pratices.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

KATZ, Peter. **The New Urbanism, Toward an Architecture of Community.** McGraw-Hill, New York, 1994.

KAUFMANN Jr, Edgar. **Fallingwater, a Frank Lloyd Wright Country House**. Abbeville Publishing Group. New York, 1986.

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. Avaliação Pós-Ocupação. Estudo Evidencia Arquitetura com poucos elementos de Humanização. **Revista Habitare**, Abril/Maio 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1971.

LAWRENCE, P. R. Como lidar com a resistência às mudanças. *In: Coleção Harvard de Administração*. v. 10, p 5-25. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1986.

LAZZARINI, S. G. Estudo de caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. **Economia & Empresas**, São Paulo, 2(4): 17-26, Out-1995.

LEMONS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinha, etc. Um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **La Fonction symbolique: essais d'anthropologie**, réunis par Michel Izard et Pierre Smith. [Paris]: Gallimard, 1979.

MACDONALD, Donald. **Democratic Architecture**. New York: Whitney Library of Design, 1996.

MARANS, Robert W. Generative evaluations using quantitative methods: a case study. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

MARCUS, Clare Cooper. **House as a Mirror of Self; exploring the deeper meaning of home**. Berkeley, California, Conari Press, 1997.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. **São Paulo, metrópole e isso tudo de 1920-1980**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A Pesquisa Qualitativa em Psicologia – Fundamentos e Recursos Básicos**. São Paulo, Editora Moraes EDUC – Editora da PUC-SP, 1989.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. **A vida sem condomínio: configuração e serviços públicos urbanos**. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

MELHADO, Silvio Burrattino. **Coordenação de projetos de edificações**. São Paulo: O Nome da Rosa, 2005.

MEYER, Regina Maria Prósperi. **São Paulo centro uma nova abordagem**. São Paulo, Associação Viva o Centro, 2000.

MONTANER, Josep Maria. **La modernidad superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX**. Barcelona: Gili, 1999

MONTANER, J. M. **Depois do Movimento Moderno. Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona; Editorial Gustavo Gilli, S/A, 2001.

MOORE, Charles; ALLEN, Gerald; LYNDON, Donlyn, **La Casa: Forma y Diseño**. Col. Arquitectura Perspectivas, Barcelona, Editorial Gustavo Gilli, 1976.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOUGHTIN, Cliff. **Urban design: street and square**. Oxford; Boston: Butterworth Architecture, 1992.

OLIVEIRA, O. J.; MELHADO, S. B. **Como Administrar Empresas de Projeto de Arquitetura e Engenharia Civil**. São Paulo: PINI, 2006.

OLIVEIRA, Otávio José de. **Modelo de Gestão para Pequenas Empresas de Projeto de Edifícios**. 2005. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ORNSTEIN, Sheila; ROMÉRO, Marcelo. **Avaliação Pós-Ocupação do Ambiente Construído**. Studio Nobel, EDUSP, 1992.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Desempenho do ambiente construído, Interdisciplinaridade e arquitetura**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1996.

ORNSTEIN, Sheila Walbe. Gestão da Qualidade na Construção Civil e o Desenho Universal. Novos rumos para Avaliação Pós-Ocupação (APO) aplicada no desenho urbano. *In: Seminário Acessibilidade no Cotidiano*: Rio de Janeiro: 2004.

PARSHALL, Steven. A hospital evaluation: the problem-seeking method. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

PAULY, Danièle. **La Chapelle du Ronchamp**. Basel: Birkhauser, 1997.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. 2^a ed. São Paulo, Perspectiva 1995.

PERDIGÃO, Ana Kláudia de Almeida Viana. **A Dimensão Afetiva da Arquitetura de Espaços Habitacionais**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

PETIT, Jean. **NIEMEYER poète d'architecture**. Lugano: Fidea Edizioni d'arte. 1995.

PORTO, Antonio Rodrigues. **História urbanística da cidade de São Paulo (1554-1988)**. São Paulo, Carthago & Forte Editoras Associadas, 1992.

PREISER, Wolfgang F.E. **Post-Occupancy Evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.

PREISER, Wolfgang F. E.; VISCHER, Jacqueline C.. **Assessing Building Performance**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.

RABINOWITZ, Harvey Z. The uses and boundaries of post-occupancy evaluation: an overview. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Algumas experiências urbanísticas do início da República: 1890-1920**. São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1994.

RICHARDSON, Harry W.; GORDON, Peter. Compactness or Sprawl: America's Future vs. the Present. *In: Cities For The New Millennium*. London; New York : Spon Press, 2001.

RIVLIN, Leanne. The Ethical Imperative. *In Handbook of Environmental Psychology*, New York: John Wiley & Sons, 2002.

ROCHA, Paulo Mendes. Palestra "Minha Experiência". *In: Congresso de Atualização Profissional*. São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista, 09/06/2006.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP, 1997.

ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Avaliação pós-ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Editores e Coordenadores Marcelo de Andrade Roméro e Sheila Walbe Ornstein. Porto Alegre: ANTAC, 2003.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: veredas** 20 ed – Rio de Janeiro – Nova Fronteira, 1986.

RUDLIN, David; FALK, Nicholas. **Building the 21st century home: the sustainable urban neighbourhood**. Oxford: Architectural Press, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1989

RYBCZYNSKI, Witold. **La casa, historia de una idea**. Madrid: Nerea, 1997.

SACCHI, Even. **Yojiro Takaoka: o construtor de sonhos**. Barueri, SP: ASA Editora, 2003.

SALGADO, Elizabeth Carvalho de Oliveira. **O “Loteamento Residencial Fechado” no Quadro das Transformações da Metrópole de São Paulo**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SANOFF, Henry. **Participatory design: theory and techniques**. Raleigh: Henry Sanoff, 1990.

SANOFF, Henry. **53 Research Papers in Social Architecture 1965-2005**. Raleigh. Aardvark Publishing Company, 2006.

SANTOS, Denise Mônaco dos. **Atrás dos muros: unidades habitacionais em condomínios horizontais fechados**. 2000. Dissertação (Mestrado) - EESC – Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 2002.

SANTOS, G. T.; ROSSI, G.; JARDILINO, J. R. L. **Orientações Metodológicas para elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. 2ª ed. São Paulo: Gion Editora, 2000.

SEGNINI Jr., Francisco. **A prática profissional do arquiteto em discussão**. 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SHIMBO, Lúcia Z., INO, Akemi. Pesquisa no campo 2: análise mostra divergências entre os ideais das famílias e dos pesquisadores. In: ENTAC – ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2004, publicado na **Revista Habitare**, fevereiro/2005.

SIEBER, J. E. **Planning Ethically Responsible Research**. Newbury Park, CA: Sage. 1992.

SILVA, M. O. S. **Refletindo a Pesquisa Participante**. São Paulo, Cortez, 1991.

SILVA, Adeilson Gomes da. **Município de Barueri : segregação espacial e clientelismo político na metrópole paulistana**, 2002 Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SOMMER, Robert. O Desenvolvimento e a Aplicação dos Conceitos de Espaço Pessoal. In: **DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. Projeto do Lugar: Colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**, Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. p.21.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A Identidade da Metrópole**. São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1994.

TRAMONTANO, M.; BENEVENTE, V. A.. Comportamentos & espaços de morar: leituras preliminares das e-pesquisas Nomads. In: **ENTAC'04, 2004**, São Paulo. Anais, 2004.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **The Embodied Mind: cognitive science and human experience**. Massachusetts Institute of Technology, 1991.

VARGAS, Heliana Comim. **Espaço Terciário: o Lugar, a Arquitetura e a Imagem do Comércio**. São Paulo, Senac, 2001. p. 49-90.

VENTURI, Robert; SCOTT BROWN, Denise; IZENOUR, Steven. **Learning from Las Vegas (revised edition)**. Cambridge: The MIT Press, 1977.

VENTURI, Robert. **Complexity and Contradiction in Architecture. 2 ed.** London: Architectural Press, 1985.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP – Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado de São Paulo. Lincoln Institute, 2001.

VISCHER, Jacqueline C. **Issues and further directions**. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

VIVEIROS, Ricardo. **Alphaville: o sonho, o tempo, o sucesso**. Santana de Parnaíba, SP: Vero, 2003

VOORDT, Teo. J. M. Van der. Building adaptable housing: from theory to practice. **Architecture & Behaviour**, v. 6, n. 1, p. 17-38, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WESTWOOD, John. **O Plano de Marketing**. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1997.

ZANETTINI, Siegbert. Uma visão da obra de Yojiro Takaoka. *In: Yojiro Takaoka: o construtor de sonhos*. Barueri, SP: ASA Editora, 2003. p. 117-119.

ZEISEL, John. **Inquiry by Design: tools for environment-behavior research**. Monterrey, CA: Brooks/Cole Publishing Company, 1980.

ZEISEL, John. Towards a POE paradigm. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

ZERBST, Rainer. **Antoni Gaudí**. Köln: Benedikt Taschen Verlag, 1997.

ZIMRING, Craig M. Post-occupancy evaluation and implicit theory: an overview. *In: Building Evaluation*. Edited by Wolfgang F.E. Preiser. New York: Plenum Press, 1989.

Anexo – Quadro.
Características Básicas dos Imóveis e
Situação Sócio-Familiar dos Entrevistados.

O quadro a seguir contém dados dos imóveis e da situação sócio-familiar das famílias dos entrevistados, tanto à época da elaboração do projeto das suas *casas dos sonhos*, quanto no momento em que foi realizada a respectiva entrevista.

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006</u>
1) projeto: 1987 área do lote: 300 m ² área construída: 311 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (8, 5 e 2 anos) <i>1E</i> - pedagoga e instrumentadora, 33 anos <i>1M</i> - militar e engenheiro, 40 anos <i>1Fo1</i> - estudante, 1º grau <i>1Fo2</i> - estudante, 1º grau	casal e 3 filhos moram na casa (26, 23 e 20 anos) gerente setorial de empresa, 51 anos militar reformado e engenheiro autônomo, 58 anos arquiteto, 26 anos designer industrial, 23 anos
2) projeto: 1985 área do lote: 360 m ² área construída: 344 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (5 e 2 anos) <i>2E</i> - do lar, instrução 3º grau, 32 anos <i>2M</i> - publicitário, 36 anos	casal e 2 filhos moram na casa (25, 22 anos) do lar, 52 anos empresário de publicidade, 56 anos
3) projeto: 1983 área do lote: 560 m ² área construída: 376 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e sótão	casal, 2 filhos (6 e 3 anos) <i>3E</i> - professora, 36 anos <i>3M</i> - engenheiro, 40 anos	casal separado; mãe e 2 filhos moram na casa (28 e 25 anos) professora, 58 anos engenheiro autônomo, 62 anos
4) projeto: 1992 área do lote: 560 m ² área construída: 412 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (10, 8 e 6 anos) <i>4E</i> - do lar, instrução 3º grau, 32 anos <i>4M</i> - engenheiro, 44 anos <i>4Fo2</i> - estudante, 1º grau, 8 anos <i>4Fo3</i> - estudante, 1º grau, 12 anos	casal e 3 filhos moram na casa (24, 22 e 20 anos) do lar, 46 anos engenheiro e empresário, 58 anos estudante de engenharia, 22 anos estudante de engenharia, 20 anos
5) projeto: 1984 área do lote: 368 m ² área construída: 341 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e subsolo	casal, 3 filhos (16, 15 e 11 anos) <i>5E</i> - do lar, 40 anos <i>5M</i> - engenheiro, diretor de empresa, 41 anos <i>5Fo1</i> - estudante, 2º grau <i>5Fa</i> - estudante, 1º grau	casal e 2 filhos moram na casa (37, 36 e 32 anos) do lar, 61 anos aposentado, 62 anos empresário, 36 anos médica, 32 anos

(continua...)

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006 (continuação)</u>
6) projeto: 1996 área do lote: 380 m ² área construída: 287 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, sem filhos <i>6E</i> - do lar, instrução 3º grau, 24 anos <i>6M</i> - empresário, 26 anos	casal e 2 filhos moram na casa (6 e 3 anos) comerciante, 33 anos empresário, 35 anos
7) projeto: 1993 área do lote: 360 m ² área construída: 410 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e subsolo	casal, 2 filhos (5 e 3 anos) <i>7E</i> - do lar, instrução 3º grau, 35 anos <i>7M</i> - empresário, 38 anos	casal e 2 filhos moram na casa (17, 15 anos) do lar, 47 anos empresário, 50 anos
8) projeto: 1997 área do lote: 586 m ² área construída: 387 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (18, 16 e 13 anos) <i>8E</i> - do lar, instrução 3º grau, 40 anos <i>8M</i> - engenheiro, 47 anos <i>8Fa2</i> - estudante, 1º grau, 13 anos <i>8Fa1</i> - estudante, 1º grau, 16 anos	casal e 1 filha moram na casa (21 anos) do lar, 48 anos engenheiro, 55 anos estudante de medicina casada, não mora na casa, 24 anos
9) projeto: 1999 área do lote: 1.058 m ² área construída: 612 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (15, 13 e 9 anos) <i>9E</i> - do lar, 34 anos <i>9M</i> - empresário, 40 anos	casal e 3 filhos moram na casa (21, 19 e 15 anos) do lar, 40 anos empresário, 46 anos
10) projeto: 1996 área do lote: 460 m ² área construída: 420 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (17, 15 e 12 anos) <i>10E</i> - do lar, 36 anos <i>10M</i> - comerciante, 41 anos <i>10Fo1</i> - estudante, 2º grau, 17 anos <i>10Fa2</i> - estudante, 1º grau, 12 anos	casal e 1 filha moram na casa (21 anos) do lar, 45 anos comerciante, 50 anos comerciante, 26 anos estudante de hotelaria, 21 anos

(continua...)

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006 (continuação)</u>
11) projeto: 1988 área do lote: 450 m ² área construída: 413 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e subsolo	casal, 2 filhos (5 e 3 anos) <i>11E</i> - administradora, 30 anos <i>11M</i> - empresário, 48 anos	casal e 2 filhos moram na casa (22 e 20 anos) administradora, 47 anos empresário, 65 anos
12) projeto: 1994 área do lote: 460 m ² área construída: 415 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 1 filhos (recém nascido) <i>12E</i> - administradora, 25 anos <i>12M</i> - diretor de empresa, 40 anos	casal e 2 filhos moram na casa (11 e 9 anos) do lar, 36 anos empresário, 51 anos
13) projeto: 2002 área do lote: 525 m ² área construída: 420 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e subsolo	casal, 2 filhos (3 e 2 anos) <i>13E</i> - do lar, instrução 3 ^o grau, 30 anos <i>13M</i> - empresário, 49 anos	casal e 3 filhos moram na casa (6, 5 e 3 anos) do lar, 35 anos empresário, 52 anos
14) projeto: 1982 área do lote: 687 m ² área construída: 440 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 1 filho (9 anos) <i>14E</i> - decoradora de interiores, 35 anos <i>14M</i> - engenheiro e diretor de empresa, 41 anos <i>14Fo</i> - estudante, 1 ^o grau	casal e 1 filha moram na casa (21 anos) decoradora e designer, 58 anos empresário, 64 anos engenheiro, 32 anos, casado, mora em outra casa
15) projeto: 1994 área do lote: 580 m ² área construída: 440 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (15 e 12 anos) <i>15E</i> - do lar, instrução 3 ^o grau, 38 anos <i>15M</i> - empresário, 44 anos	casal e 2 filhos moram na casa (26 e 23 anos) do lar, 49 anos empresário, 55 anos

(continua...)

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006 (continuação)</u>
16) projeto: 1992 área do lote: 533 m ² área construída: 416 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (5 e 3 anos) <i>16E</i> - do lar, 26 anos <i>16M</i> - comerciante, 40 anos <i>16Fo1</i> - estudante, pré-escola	casal e 2 filhos moram na casa (18 e 16 anos) do lar, 39 anos comerciante, 53 anos estudante de engenharia, 18 anos
17) projeto: 2000 área do lote: 1.163 m ² área construída: 781 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 1 filha (16 anos) <i>17E</i> - do lar, instrução 3º grau, 39 anos <i>17M</i> - empresário, 47 anos <i>17Fa</i> - estudante, 2º grau, 16 anos	casal e filha moram na casa (21 anos) designer autônoma, 44 anos empresário, 52 anos estudante de desenho industrial, 21 anos
18) projeto: 2001 área do lote: 530 m ² área construída: 236 m ² 1 pavimento: térreo	casal, 2 filhos casados <i>18E</i> - do lar, instrução 3º grau, 56 anos <i>18M</i> - empresário, 59 anos	só o casal mora na casa do lar, 61 anos empresário, 64 anos
19) projeto: 2003 área do lote: 596 m ² área construída: 511 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e subsolo	casal, sem filhos <i>19E</i> - do lar, instrução 3º grau, 25 anos <i>19M</i> - empresário, 39 anos	casal e 1 filha moram na casa (1 ano) do lar, 27 anos empresário, 42 anos
20) projeto: 1998 área do lote: 486 m ² área construída: 442 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (15 e 12 anos) <i>20E</i> - do lar, instrução 3º grau, 38 anos <i>20M</i> - empresário, 40 anos <i>20Fo</i> - estudante, 2º grau, 15 anos <i>20Fa</i> - estudante, 1º grau, 12 anos	casal e 2 filhos moram na casa do lar, 46 anos empresário, 48 anos estudante de medicina, 23 anos estudante de arquitetura, 20 anos

(continua...)

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006 (continuação)</u>
21) projeto: 1981 área do lote: 1.108 m ² área construída: 561 m ² 3 pavimentos: térreo, superior e sótão	casal, 3 filhos (15, 13 e 8 anos) <i>21E</i> - professora, 34 anos <i>21M</i> - presidente de empresa, 38 anos <i>21Fa1</i> - estudante, 2º grau, 15 anos <i>21Fo</i> - estudante, 1º grau, 8 anos	só o casal mora na casa aposentada e do lar, 59 anos empresário, 63 anos casada, engenheira, 40 anos arquiteto, 33 anos
22) projeto: 1993 área do lote: 620 m ² área construída: 498 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (16 e 13 anos) <i>22E</i> - do lar, 37 anos <i>22M</i> - empresário, 44 anos	casal e 2 filhos moram na casa (28 e 26 anos) do lar, 49 anos empresário, 56 anos
23) projeto: 1989 área do lote: 380 m ² área construída: 380 m ² 2 pavimentos: térreo, superior	casal, 2 filhos (8 e 6 anos) <i>23E</i> - do lar, instrução 3º grau, 31 anos <i>23M</i> - executivo bancário, 35 anos <i>23Fa</i> - estudante, 1º grau, 6 anos	casal e 2 filhos moram na casa (24 e 22 anos) do lar, 47 anos executivo bancário, 51 anos jornalista, 22 anos
24) projeto: 1992 área do lote: 450 m ² área construída: 404 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (4 e 2 anos) <i>24E</i> - gerente financeira, 29 anos <i>24M</i> - engenheiro, 30 anos	casal separado mãe e 2 filhos moram na casa (17 e 15 anos) diretora de empresa, 42 anos engenheiro, 43 anos
25) projeto: 1997 área do lote: 817 m ² área construída: 722 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 1 filho (1 ano) <i>25E</i> - administradora de empresa, 33 anos <i>25M</i> - empresário, 40 anos	casal e 1 filho moram na casa (10 anos) empresária, 42 anos empresário, 49 anos

(continua...)

<u>dados do imóvel</u>	<u>situação sócio-familiar à época do projeto</u>	<u>situação sócio-familiar em 2005/2006 (continuação)</u>
26) projeto: 1997 área do lote: 420 m ² área construída: 296 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (9 e 8 anos) <i>26E</i> - professora, 39 anos <i>26M</i> - arquiteto liberal, 40 anos <i>26Fo2</i> - estudante, 1º grau, 8 anos	casal separado mãe 2 filhos moram na casa (18 e 17 anos) professora, 48 anos arquiteto liberal, 49 anos estudante de arquitetura, 17 anos
27) projeto: 1998 área do lote: 450 m ² área construída: 360 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal sem filhos <i>27E</i> - promotora de justiça, 37 anos <i>27M</i> - engenheiro liberal, 40 anos	casal sem filhos mora na casa promotora de justiça, 45 anos engenheiro liberal, 48 anos
28) projeto: 1999 área do lote: 360 m ² área construída: 289 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 2 filhos (4 e 2 anos) <i>28E</i> - auxiliar de contabilidade, 26 anos <i>28M</i> - contador e empresário, 30 anos <i>28Fa1</i> - criança, 4 anos	casal e 4 filhos moram na casa (11, 9, 6 e 3 anos) do lar, 33 anos contador e empresário, 37 anos estudante de 1º grau, 11 anos
29) projeto: 1997 área do lote: 420 m ² área construída: 377 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 1 filho (2 anos) <i>29E</i> - do lar, instrução 3º grau, 23 anos <i>29M</i> - músico e empresário, 39 anos	casal e 2 filhos moram na casa (11 e 5 anos) do lar, 32 anos músico e empresário, 48 anos
30) projeto: 1995 área do lote: 360 m ² área construída: 334 m ² 2 pavimentos: térreo e superior	casal, 3 filhos (10, 9 e 7 anos) <i>30E</i> - administradora, 36 anos <i>30M</i> - dentista e empresário, 43 anos <i>30Fa1</i> - estudante, 1º grau, 10 anos <i>30Fo1</i> - estudante, 1º grau, 9 anos	casal e 3 filhos moram na casa (21, 20 e 18 anos) administradora, 47 anos dentista e empresário, 54 anos estudante de odontologia, 21 anos estudante de publicidade, 20 anos

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)